



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 209

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3627
ADVOCACIA-GERAL	3628
SECRETARIA DE PLAN. E ORÇAMENTO	3629

TAQUIGRAFIA

15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
OBJETIVO: Discutir o Código de Ética da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Projeto de Lei nº 1515/2021.

EM: 18.11.2022
INÍCIO: 09h33min

PRESIDENTE: SR. JESUINO BOABAID

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuino Boabaid, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir o Código de Ética da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Projeto de Lei nº 1515/2021.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Senhor Deputado Estadual Jesuino Boabaid, proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Sargento da Polícia Elizeu Nascimento, da Assembleia

Legislativa do Estado do Mato Grosso e Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Tenente Coronel da Polícia Militar Vanilce Almeida, Assessoria Militar, neste ato representando a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

Coronel da Polícia Militar José Carlos França, Corregedor-Geral, neste ato representando o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Coronel do Corpo de Bombeiros Alan Fabrício da Silva Costa, Subcomandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

Subtenente da PM Gleyton José Rezende, Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e Presidente da ASPRAMAT – Associação dos Praças da Polícia Militar do Mato Grosso.

Sargento da Polícia Militar Laudicério Machado, Presidente em exercício da Associação Nacional de Praças do Estado do Mato Grosso - ANASPPRA.

Senhor Rubemar Moraes de Souza, Vice-Presidente da Associação dos Praças de Rondônia – ASPRA.

Neste momento, sua Excelência, o Deputado Jesuino Boabaid procederá a abertura desta solenidade.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o Código de Ética da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Projeto de Lei 1515/2021.

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino “Céus de Rondônia”. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Também gostaríamos de agradecer a presença nesta de Casa de Leis das autoridades também que se fazem presentes. Queremos agradecer aqui a presença do Tenente Coronel da PM Henrique Barbosa. Seja bem-vindo. Senhor Eliel Tenório, assessor de gabinete

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ
1º Secretário: CIRONE DEIRO
2º Secretário: PIMENTEL
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Div. de Publicações e Anais - Francisco Edigar Silva de Sousa

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



do Deputado Elizeu Nascimento do Estado do Mato Grosso. Senhora Mara Valverde, Diretora da Valorização da Mulher da FENALE (Federação dos Sindicatos dos Poderes Legislativos, Câmara e Senado). Agradecemos a presença de todos os militares que estão nesta Audiência Pública. Senhor Marcelino, assessor de gabinete do Deputado Elizeu Nascimento, do Estado do Mato Grosso.

Passo a palavra ao Deputado Jesuino Boabaid para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Bom dia a todos. Para mim é uma grande satisfação nesta sexta-feira, dia 18, poder estar aqui com vocês. Relembrar um pouco das Audiências Públicas que nós fizemos por muitas vezes na Assembleia Legislativa antiga. E é a primeira Audiência que eu presido nessa na 10ª Legislatura.

Agradecer a presença do Deputado Elizeu, meu amigo. Deputado do Mato Grosso, que a gente conheceu, foi até no Mato Grosso, mas sempre ouvia falar dele pela luta encampada no seu Estado junto com o senhor Gleyton também, Subtenente, Presidente da ASPRAMAT.

Então, para mim, é uma grata satisfação poder estar aqui. Assim como o Sargento Laudicério, Presidente da Associação de Cabos, mas hoje representa a ANASPPRA (Associação Nacional de Praças). Uma satisfação também poder aqui estar presente com a Polícia Militar, representada aqui pelo Coronel França, foi do meu pelotão de formação de soldado, 4º pelotão, no ano de 2002. A Tenente Coronel Vanilce e também o Coronel BM Fabricio — em 2002, não é, Fabrício? E a todos que se encontram nessa galeria.

A presente proposição é inerente ao Projeto de Lei 1515, que foi apresentado nesta Casa, aportou nesta Casa no dia 15 de dezembro de 2021. E estava aqui adormecido. Adormecido quando eu falo, não estava avançando. E eu, analisando toda a contextualização que hoje o governo passa, o cenário que a gente pode enfrentar, que são tempos nebulosos, e que poderão vir no ano de 2023 — até porque não estaremos aqui, não estaremos presentes — eu achei por bem discutir uma proposta de Código de Ética, trazendo aqui experiências de pessoas ou autoridades dos outros Estados para a gente tentar avançar.

E ontem eu recebi, inclusive, a ligação do Coronel Herton — Subcomandante da Polícia Militar — alegando “Não, deputado, já acabou o objeto, houve a perda do objeto por conta da Lei 13.967”, essa Lei Federal havia retirado do campo jurídico as penas restritivas de liberdade, penas de prisão e detenção no âmbito das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiro do Distrito Federal e dos Estados. Quando eu ouvi, eu falei para ele: “Coronel, houve a perda do objeto em parte”. Porque o nosso Decreto é de 2007, que trata do nosso regulamento disciplinar, e está ainda com muitas falhas, e a gente precisa debater e discutir no campo próprio, que é este Poder.”

Poder Legislativo, no qual, aqui sim, nós temos a oportunidade de discutir de uma forma democrática,

discutir ações que não venham prejudicar tanto as instituições militares como os próprios policiais. Então, analisando de forma bem superficial, fizeram, parece, algumas comissões para discutir o Código de Ética. E eu percebo que há algumas questões que podem ser melhoradas, que têm que ser retiradas. Até porque a jurisprudência, a doutrina, as ações apontadas ali no Supremo Tribunal Federal e no campo jurídico, a todo momento a gente vê que tem mudanças. E eu vi também aqui que foram assentados alguns dispositivos, que aí eu vou passar a palavra para os que estão possam também acrescentar.

Mas, eu vi algumas situações que, ao meu sentir, ficaram falhas. Só a leitura do artigo 1º eu já fico preocupado. Porque uma coisa que, pode ter certeza que, eu não defendo — e não vou defender, jamais, — é a indisciplina. Isso é fato. “Ah, mas, Jesuino, você liderou o movimento paredista.” É outro momento. Era uma outra situação e eu não atentei contra, assim, as consequências todos já sabem que ocorreram contra mim. Isso é fato. Mas, quando nós insurgimos, quando nós viemos para esse enfrentamento, era um cenário totalmente diferente. Mas, as consequências vieram de forma penal, de forma administrativa e assim sucessivamente, mas cada um responde pelos seus atos.

Agora, quando eu estive na caserna, quando eu estive dentro da corporação, pode perguntar lá como é que eu me portava, porque é base da disciplina você ter o mínimo de trato com as pessoas e respeitar o seu superior que é uma cadeia de comando. Mas, algo também que eu não vou defender, Deputado Elizeu, são as penas aplicadas aos oficiais não são dadas a devida publicidade, e já vivemos em outro momento. Todas as penas pelo princípio do artigo 37 da Constituição Federal tem que ser dada a publicidade e aí certa feita, conversando com o Oficial (**ininteligível**), “Não, deputado, isso aí pode ocasionar uma indisciplina generalizada.” Falei “Não. Hoje, os nossos Policiais Militares do Estado de Rondônia, quando for ingressar, são nível superior. É uma outra formação. O tempo, o mundo contemporâneo já avançou...” E aqui, se for aprovado esse Código de Ética, vai ser a sanção dada a publicidade do soldado ao coronel.

E não importa. Tem que ser consolidado um entendimento que ninguém está acima da lei. E se você praticou qualquer ação, omissão ou transgressão deve ser dada a publicidade. “Ah, mas as penas a oficiais são mais rígidas.” É o cargo que você assumiu, assim como as praças também.

Então, alguns apontamentos que a gente poderia fazer aqui, até por que eu disse para o Coronel Herton: “Coronel, se a gente não discutir, eu vou buscar aprovar esse projeto aqui de uma forma mais branda, pegando outros Códigos de Ética de outros Estados, e aí vocês não vão ter a oportunidade de enfrentar isso. Busco Executivo, a parte política - que cabe a mim - e vocês não vão ter condições...” “Ah, mas, é um outro momento.” Todo momento é oportuno para a gente discutir aqui de forma tranquila, de forma harmônica o

que pode ser melhorado, o que pode assentar, o que pode ser é colocado dentro de um Projeto de Lei. E quando for pautado – que, aqui sim, é o campo correto, é o campo de discussão aos deputados, a gente poder aprovar.

Então, eu queria passar a palavra para, até coloquei aqui, já enumeraram aqui para mim, na verdade. Eu vou passar a palavra para o Sargento Rubemar, Vice-Presidente da Associação dos Praças de Rondônia, a ASPRA. Se o senhor quiser falar ali na tribuna, fique à vontade, ou o senhor pode falar daí mesmo. Isso é com o senhor.

O SR. RUBEMAR MORAES DE SOUZA – Bom dia. É uma satisfação muito grande de estar aqui nessa Casa de Leis convidado pelo Deputado Jesuino Boabaid para a nossa discussão sobre o Código de Ética que é muito importante para a nossa Polícia Militar, não só do Estado de Rondônia, mas, no modo geral, nacionalizado. É um momento oportuno que estamos aqui para fazer esse debate, essa discussão para a melhoria, para que os nossos policiais, não só os que estão caserna como os futuros policiais, possam ter uma ampla visão de defesa, de trabalho mais à vontade, mais aberto. Poder discutir, debater assuntos internos e externos para a melhoria da classe.

Eu fico satisfeito de estar compondo essa Mesa para a gente ter uma discussão sadia, que possa levar a uma conclusão bem mais, vamos dizer assim, mais sensata, para que a gente possa dar prosseguimento aos nossos trabalhos de maneira mais é tranquila. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) – Obrigado, Sargento Rubemar. Eu vou passar a palavra agora para ao representante da ANASPRA, Sargento Laudicério Machado, Presidente em exercício da Associação, na verdade é Federação Nacional dos Praças. Fique à vontade, meu amigo Laudicério.

Assessoria, tem os slides do Sargento Laudicério? Está colocando? Como é o nome? “Apresentação para Audiência.”

O SR. LAUDICÉRIO MACHADO – Senhores, bom dia a todos. Bom dia ao Deputado Jesuino, deputado por Rondônia. Bom dia ao Deputado Elizeu Nascimento, deputado pelo Estado do Mato Grosso, aos senhores oficiais presentes na tribuna e os convidados, e também ao Subtenente Gleyton, Presidente da ASPRAMAT e Diretor Jurídico da ANASPRA — Federação Nacional de Praças.

Vou fazer uma explanação aqui aos senhores e senhoras convidadas presentes, sobre o que é a ANASPRA. A ANASPRA é uma Federação Nacional de Praças.

(Apresentação de slides)

O histórico da ANASPRA. Eu vou contextualizar aqui porque muitas vezes nós falamos ANASPRA, falamos ASPRAMAT, falamos ASSFAPOM (Associação dos Praças

e Familiares da PM e BM de Rondônia) e não sabemos o histórico. Não tem como nós darmos continuidade sem sabermos o que ocorreu no passado. Próximo.

“A Anaspra é fundada no 3º Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças, dentro do 3º ENERP, dias 13 e 14 de setembro de 2007, na cidade de Campo Grande (MS).

A Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças – ANASPRA, criada com o objetivo de debater, em nível nacional as principais questões relativas aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e construir ações de forma unificada e coletiva.”

Por que isso, senhoras e senhores? Porque nós temos pautas pontuais, a nível de Estado, e temos diretrizes nacionais que precisam ser demandadas. Para isso tem essa convergência dentro dessa Federação Nacional de Praças, de oficiais nós temos a FENEME (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais) e de praças nós temos a ANASPRA, que capitaneia todas as informações necessárias para que sejam comuns as pautas de nível nacional. Próximo.

“Sendo seu primeiro Presidente José Florêncio de Melo Irmão, então Presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul.

Nesses 13 anos de criação a ANASPRA, sua gestão teve como presidente: Soldado José Florêncio de Melo Irmão, 200-2009; Cabo Sidney da Silva Patrício, 2009-2011; Subtenente Pedro Queiroz da Silva, 2011-2014; Soldado Elisandro Lotin de Souza, da Polícia Militar de Santa Catarina, 2014-2017 e segundo mandato, 2017-2020.

O Subtenente Pedro Queiroz da Silva é da Polícia Militar do Ceará, e agora estamos tendo o Subtenente Heder Martins de Oliveira, 2020-2023, da Polícia Militar de Minas Gerais.

Estou como presidente em exercício, Primeiro-Vice Presidente. Próximo.

Dentro do histórico da ANASPRA, senhoras e senhores, “um fato importante para a consolidação da fundação da ANASPRA, foi o 2º ENERP, realizado em junho de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, quando reuniram-se aproximadamente 120 praças como participantes de 26 Estados, ambiente unânime que proporcionou as condições para o indicativo da fundação de uma entidade nacional.” Próximo.

“A ANASPRA através de seus congressos anuais, denominado: “Encontro Nacional de Entidades Representativas de Praças – ENERP” discutem em plenária e deliberam as pautas que serão defendidas, entre outros assuntos: o direito de organização; sindicalização e greve; piso salarial de salário; a extinção dos regulamentos disciplinares e a desvinculação dos institutos militares federais. Próximo.

“Manutenção do fim das sanções restritivas de liberdade, com a sanção da Lei 13.967/2019; criação de uma lei federal que estabelece a jornada de trabalho dos policiais e bombeiros militares com carga máxima

de 40 horas semanais; acesso único com terceiro grau.” Próximo.

Quanto ao posicionamento da ANASPRA referente ao Código de Ética da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Nós seguimos um fluxograma, senhoras e senhores, da seguinte forma, a exemplo. Nós temos o militar, a nossa preocupação e inquietude é saber o que o militar pensa desta proposta. Ela atende aos anseios dos senhores e das senhoras? É muito fácil para mim, que chego de outro Estado com outra realidade, uma outra percepção e chego aqui, o que alcança a mim eu indicar.

Mas, e a realidade das senhoras e dos senhores? Quem vive são os senhores. A proposta está atendendo os senhores e senhoras? Então, quando chega essa proposta, a ANASPRA, como se posiciona de forma técnica? Quando chegam as informações através de um dos representantes, nós temos como Diretor Regional Norte, o Deputado Jesuíno Boabaid. Temos membros do Amazonas, o Feitosa; temos do Acre; e de outro Estado, de Roraima, o Soldado Sampaio, que é deputado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Então, como se posiciona de forma técnica? A partir do momento que chega a informação, nós passamos para o corpo jurídico, temos o Subtenente Gleyton que faz a análise junto com os outros do jurídico que atendem a ANASPRA e posteriormente fazemos a devolutiva. O que é que um militar quer fazer com relação a essa proposta? Está a contento? Vai ser ajustado? A Assessoria posteriormente fala, após o desejo dele, o que se pode fazer com relação a isso. E, posteriormente, o militar, o que ele decidiu fazer? Ele aceitou?

Então, esse cenário em que nós estamos aqui hoje é para essas deliberações. É para saber o que o militar decidiu fazer. E isso o Presidente, através da Diretoria Regional Norte, pronuncia por meios oficiais. É desta forma que nós costumamos trabalhar, dentro da Federação Nacional de Praças. Próximo.

Os Códigos de Ética, em sua maioria, defendem as corporações. Correto? E quem protege o militar? O mais fraco desta relação? Vamos trazer essa inquietude para dentro de nós e buscar responder a esses questionamentos. E quem protege o militar, o mais fraco desta relação? Por isso temos que comungar, ainda que se tenha Oficial X, Praça Y, representando a parte institucional, ele tem que pensar que ele também é um ser vivo que depende também dessas regulamentações. Então, ele precisa comungar juntamente: instituição, Legislativo e as associações que fazem o elo entre instituição e o indivíduo militar.

Então precisamos ter essa harmonia. Próximo slide.

Nós temos que trabalhar, então, dentro das diretrizes, dos princípios da dignidade humana, legalidade, presunção da inocência, o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade.

Isso está sendo atendido na redação que está sendo proposta aqui? Os senhores, que serão sujeitos do processo, analisaram se irão atender os senhores e

senhoras? Teve aquela compactuação, aquele diálogo entre as DJDs (Diretoria de Justiça e Disciplina) do Estado de Rondônia para saber se atendem? Essas comissões foram discutidas? São perguntas minhas. Comento para trazer para a reflexão. Se não houve, o que poderíamos estar melhorando dentro dessa redação?

Os senhores têm como governador um “prata da casa”, que é um Coronel da Polícia Militar. Seria, no mínimo, deselegante não atender aos anseios nossos, enquanto militares, porque ele viveu. Ele sabe dos anseios. Ele sabe da subjetividade de vocês, militares. Ainda que naquele cenário ele esteve como ator, como comandante, ele sabe os anseios, porque o motorista dele era praça. Ele sabe. Com certeza conversou. Então, não tem como falar assim “defender para um e não para outro”, mas, sim, como instituição. Não tem como alegar desconhecimento. Próximo slide.

A exemplo do que nós trabalhamos, lá no Estado de Mato Grosso foi feito um Código de Ética que foi solicitado, foi implementado em regime de urgência, urgentíssimo. O Deputado Elizeu Nascimento solicitou uma Audiência Pública.

Deputado Elizeu, foi uma Audiência Pública que o senhor solicitou, não foi?

Foi para rediscutir e, com aquele cenário que foi posicionado depois, nós retornamos às associações com a Comissão do Código de Ética e fizemos uma rediscussão do que que nós poderíamos melhorar a redação. Estava a contento? Estava na percepção deles, mas quando você comunga com as pessoas que estão envolvidas no processo, muitas coisas podem ser melhoradas. Porque a minha percepção difere da sua, muitas vezes, o que eu achei correto - eu não vivi naquela situação. Então, um exemplo aqui que nós fizemos. Isso aqui foi a pontuação da Associação de Cabos e Soldados. Nós, com a equipe jurídica, participamos, nós discutimos ponto a ponto dos artigos e fazia explanação e colocávamos o que nós achávamos dentro daquela realidade. Próximo.

A exemplo, os Artigos 47 e 48, Parágrafo Único. Então, nós discutimos, pedimos a supressão do Parágrafo Único, mas não só solicitando, mas, sim, fundamentando. Não tem como eu chegar na Comissão do Código de Ética e pedir: “suprime isso”, “altere isso” sem fundamentar legalmente. Fundamente o porquê da necessidade de alterar isso ou aquilo. E essa fundamentação vem do quê? Da consulta, da percepção e do empirismo de um, de outro. Então, vocês estão em um momento ímpar de decidir isso. Próximo.

A gente fundamenta através do jurídico com base fundamentada. Por gentileza, aquele outro arquivo PDF. Aquele outro arquivo em PDF, agora. Aí pode ir passando. A gente pontuava o artigo e fundamentava porquê... E a proposta de alteração. E assim ia. E fazemos a proposta de alteração. Então, os senhores e senhoras que viram o Código de Ética, tem necessidade de fazer substitutivo de parte? O momento é este. Pode ir passando. Aí, assinando o Presidente, no caso eu, e a equipe jurídica, em que não foi algo, assim, de apenas empirismo ou o que eu acho, mas algo fundamentado. Então, sugiro que

os senhores e as senhoras façam isso.

A Federação Nacional de Praças, através, aqui representado pelo Diretor Regional Jesuino, está à disposição dos senhores e das senhoras para o que necessitarem. Lembrando que nós temos pautas pontuais, a exemplo do Código de Ética, e temos pautas nacionais para serem discutidas. Mudou de governo e temos diretriz para trabalhar. E assim, precisamos todos trabalharmos unidos.

Então, essa é a palavra do Presidente em exercício da Federação Nacional de Praças aos senhores e senhoras. Muito obrigado e um bom-dia.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) – Obrigado, Laudicério, pelas suas contribuições. E olha só, senhores, eu estava aqui... É por isso que eu fico observando. Às vezes, eu sou mal interpretado, que eu falo o que eu penso e... mas, tudo bem. Vamos lá. Eu requisitei da assessoria o processo que está tramitando nesta Casa, no caso, o Projeto de Lei. Eu estou aqui folheando. O Projeto de Lei já está maduro, Deputado Elizeu, para ser colocado em discussão e votação. Sabe quantas Emendas tem nesse projeto? Duas. Deputado Crispin. Seria patrolado. Todos os militares, todas associações. E nós iríamos engolir um Código de Ética que não foi discutido da forma devida com as entidades representativas de praças e oficiais. É por isso que eu falo, "Ah, Jesuino, o que você pensa nessa questão de representatividade nossa?".

Nós estávamos à deriva. A prova está aqui. A prova está aqui. Discussão, Sargento Laudicério, com quê? Apontar o quê? Aqui o que basta hoje a gente fazer, o que dá para se fazer é eu fazer um substitutivo e tocar para aprovar o substitutivo. Mas, se você fizer análise nessa proposta, ela já está madura. Se o Presidente Redando quisesse colocar em pauta, ele tinha colocado, aprovado e acabou. Não tinha nem pedido de vista. Não tinha pedido de nada. Poderia ter uma obstrução regimental de um pedido de informação. Isso se o deputado tivesse aqui o desejo e também "ah, não, eu vou pedir informação para sobrestar esse Projeto de Lei".

Mas, me causa uma indignação e me causa tristeza, me causa tristeza, porque você analisando a proposta desse Código de Ética tem muitas falhas, aqui é gritante. Eu vou dar só a leitura de um artigo que daqui a pouco vai ser comentado. As associações — para quem não sabe, o acadêmico de Direito, formado em Direito — são consagradas na Carta Constituinte de 1988 no seu artigo 5º. Nenhum Poder, seja de Estado, Judiciário ou qualquer um, não pode intervir sobre as associações, exceto, aquelas de caráter paramilitar, e assim sucessivamente.

Aí, olha o que tem no Código de Ética, gente: "transgressão de natureza grave", grave - eu falei grave, Deputado Elizeu: "O militar que se filiar a uma associação que tenha um cunho sindical". Olha só. Vou fazer a leitura do artigo 30: "Transgressões de natureza grave: II - filiar-se, quando na ativa, a partidos políticos" - isso é vedado; "aos sindicatos" - isso é vedado; aí vem: "as associações profissionais com caráter de

sindicato ou associações cujos estatutos não estejam em conformidade com a lei".

O que ele quer dizer? Que as associações, ao entendimento de alguns pensantes, têm que ser só de cunho social. Isso aqui iria esvaziar as associações, entendeu Rubemar? Isso é atentatório, é algo, assim, que afronta. Ia passar aqui na Assembleia Legislativa e nenhum deputado iria observar isso. E quando fosse citado - porque o praça e o oficial poderiam requisitar informações do tipo "qual é a associação que está vinculada?" - iria lá, pegava a informação a Associação ASSFAPOM, por exemplo — a qual eu presido também, com muito orgulho — "Ah, é da Associação ASSFAPOM? Opa, espera aí". Então, vão analisar e a administração militar poderia dar um indicativo que ela se caracteriza de cunho sindical.

Vou dar um exemplo. Nem passando pelo crivo da justiça, ou a ASPRA, e assim sucessivamente. Isso é só um ponto que é encontrado. Isso é só um, que tem outros aqui. Tem outros apontamentos que eu estou analisando. Mas, é um intuito de eu vir conversar hoje com vocês, debater isso aqui, é para mostrar a fragilidade que nós vivenciamos quando não temos representatividade à altura. Altura. E não adianta também ser um representante "pelego" — na nossa linguagem, aquele que é submisso. Não adianta ser um representante que se acovarda, que não tem coragem de discutir, debater ou criticar ou elogiar um governante.

Aqui eu já falei, eu sou independente. E até recentemente declarei que eu sou oposição. Mas, é uma oposição coerente. Coerente. Eu não vou votar e não votar se eu não entender que é necessário. Mas, me preocupo. Estão aqui, todos os pareceres. O Presidente Redano podia chegar, se eu não estivesse aqui, exemplo: o deputado está em uma agenda, vamos pegar agora o Código de Ética e é rápido assim, aprovou, acabou, pronto, público, vai embora, pronto. E aí, como é que ficaria a gente? Os trouxas só suportando a lapada. Aí não, vem o Coronel Herton falou "Não, deputado, deixe isso para lá. Vamos discutir lá em 2024, 2023. Ou vamos esquecer isso?"

Aí, a gente sai. Em janeiro a gente sai daqui. Vem 2023, o governador, que já declarou que está com sangue no olho, que chamou a polícia e o bombeiro militar de traidor, está virado um samurai, Elizeu, mandalhe um projeto pipocando aqui para arrancar o couro, esfolar vivo. Porque ele falou. Olha só o que ele falou, na rádio e na TV: "É normal a perseguição, a transferência, a exoneração, daquele que me traiu". Governador, senhor é um Coronel da PM, o senhor é governador, o senhor foi reeleito. Os palanques já acabaram. E é por isso que eu vou enfrentar.

E com essa situação mais grave aqui, independente do que for discutido hoje, eu vou conversar com o Presidente Redano para aprovar esse Código de Ética nesta legislatura. Vou peitar agora. Eu vou levar essa informação e vou aprovar, independente se ficarem magoadinhos comigo ou não.

E se não aprovar, o governador não sancionar,

aí é ele que vai refletir orçamento, está aqui nesta Casa, e outras propostas de lei. E o Deputado Jesuino sabe lidar aqui. Eu sei fazer a parte política, mas o que me assombra é isso aqui: "Não, eu vou tirar de pauta". Pauta. "Está bom, tira." Aí vem uma outra legislatura, com outros deputados, vem um Código de Ética esfolando, como eu falo.

E a gente vai sofrer, Sargento, às duras penas. Aí não adianta ficar "O Deputado Jesuino é o Presidente da associação". Sim, é só apontar. E aí? Eu vou ficar lá naquela galeria lá, falando o quê? Fazendo o quê? "Ah não, mas você é ex-deputado". E aí? Ex. Ex é ex. Deputado é deputado. Eu já fico chateado.

Eu vou passar a palavra, vamos ser mais sucintos. Até o Corregedor está aqui do meu lado. Se eu não fosse deputado, se eu não tivesse imunidade, eu estava era preso hoje. Já estava guardado. É, o militarismo é isso. Eu estou falando a verdade.

Agora, como eu estou sob o manto da guarda do mandato, tenho o foro de prerrogativa, eu posso criticar, "largar-lhe a peia", "atacar-lhe o fumo", porque não dá nada. Mas, vai sair do mandato. O Jesuino criticou, opa, é um "PADzinho", é um inquérito, vai... E aí, meu amigo, eu estou com a lista negra lá de um que foi anistiado.

Eu vou passar a palavra e eu queria só passar a palavra, quem puder contribuir porque o Sargento Laudicério, ele deixou assim o representante, ele discute, ele vai apresentar alguma proposta. Realmente, a gente está aqui para apresentar proposta. Eu vou pedir ao Subtenente Gleyton, que possa trazer alguns apontamentos de experiência lá naquelas discussões e agora também, após essa reunião, eu já vou pedir para a minha assessoria. Eu vou apresentar é um substitutivo na íntegra desse projeto para terça-feira, o mais tardar, esse projeto estar sendo aprovado. E eu vou mostrar para o governo que, como a gente derrubou quatro vetos aqui, lá ele é governador; aqui, nós somos deputados e temos autonomia.

Passar a palavra para o Subtenente Gleyton.

O SR. GLEYTON JOSÉ REZENDE – Bom dia a todos. Sou o Subtenente Gleyton José Rezende, Presidente da Associação de Praças do Estado do Mato Grosso – ASPRAMAT, Vice-Diretor Jurídico da ANASPRA. Quero cumprimentar todos que estão aqui na pessoa do nosso Deputado Jesuino. E dizer para vocês que nós estamos nessa celeuma, discussão do Código de Ética, desde 2020, mais ou menos. Em 2021, nós tivemos Audiência Pública nesses mesmos moldes que está acontecendo aqui para discutir alguns artigos que nós achávamos que seria arbitrário — até mesmo incondicional — em relação à tropa.

Quero falar um pouquinho também do Código de Ética de Minas Gerais. Minas Gerais, Coronel, é um Estado que, acho, que os outros Estados da federação deveriam olhar, porque ali tem bons exemplos, não só para Mato Grosso, para Rondônia e assim por diante. Salário, condições de trabalho, dignidade da pessoa humana, Código de Ética aprovado desde 2002, com 99

artigos, bem sucinto. Então, nós, como militares, nós temos que olhar para aquilo que está dando certo. A Lei 13.967, do Subtenente Gonzaga, veio nesse encontro. Veio trazer alguns princípios, que nosso legislador estadual, principalmente o nosso Decreto 667, na época da sua aprovação, deixou de lado o que está aí, o que foi falado pelo nosso Vice-Presidente da ANASPRA, que são: a dignidade da pessoa humana, a legalidade.

Uma coisa que eu defendo muito, Coronel — que eu também trabalhei na Corregedoria do Estado de Mato Grosso por três anos — é a presunção de inocência. Nós temos que entender que nem tudo é à ferro e fogo. Eu já ouvi de um coronel uma vez que quando se abre uma sindicância, tem mais ou menos um custo de R\$ 6 mil. Então, essa sindicância não pode sair sem um resultado. O resultado que ele quis dizer é o seguinte: ela não pode sair sem uma punição. Nós temos que parar de pensar dessa forma. Nós temos que dar segurança jurídica para os nossos policiais.

Até porque, eu não sei a realidade aqui de Rondônia, mas de Mato Grosso a cada traficante que você prende, independentemente da quantidade de droga, eles são orientados a ir na Corregedoria fazer uma denúncia. Invasão, agressão, tortura. Nossos policiais lá estão respondendo "N" processos, "N" sindicâncias, às vezes, indevidamente.

Outra coisa importante, Coronel, nós temos que pensar que o senhor não é perpétuo, ninguém é perpétuo, nós passamos pela Polícia, amanhã ou depois é uma outra turma. Nós não podemos mais aceitar punição extra-autos.

E eu sei do que eu estou falando porque eu trabalhei na Corregedoria por três anos, fazendo homologação de sindicância. Punição extra-autos, porque é um coronel "A" ou "B" não gosta de fulano ou beltrano. Isso tem que acabar. Nós temos que buscar segurança jurídica aos nossos policiais.

Hoje, nós temos que olhar, olhar para dentro e ver qual é a polícia que nós temos e qual é a polícia que nós queremos. Será que nossa legislação está a nível de país atual? Será que não é uma legislação que está muito arcaica? Será que está um, esse "ctrl + c" "ctrl + v" de legislação de um Estado para o outro não fere essa peculiaridade de Estados?

A minha realidade, no Estado de Mato Grosso, não é a realidade de Rondônia. E se você olhar esse Código de Ética, é praticamente igual, viu Coronel? Eu estou olhando aqui, pouca coisa muda do Estado de Mato Grosso. Então, nós temos que pensar: vamos fazer um Código de Ética peculiar à nossa realidade. Vamos dar segurança jurídica aos nossos policiais, aos nossos bombeiros militares. Até porque inimigos nós temos demais. As facções, elas crescem, crescem a passos largos a cada dia. Então, o policial hoje está difícil trabalhar.

Hoje, para você ser policial a nível de Brasil é extremamente complicado. Nós temos no Estado de Mato Grosso um déficit de cinco mil homens. Cinco mil homens. Nós deveríamos ter hoje um efetivo de 12 mil

homens, Coronel. E nós temos 6779. Nós temos um déficit enorme. Ano passado nós travamos, ano passado nós travamos uma luta hercúlea com o Deputado Eliseu para conseguirmos um concurso público, não é, Deputado? Conseguimos 1300 vagas entre Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro.

Vai ser chamado agora. **(ininteligível)** Vai dar uma amenizada nessa situação. Mas, nós temos cidade no Estado de Mato Grosso com cinco mil habitantes que são vigiados por três policiais. E detalhe, nós temos um caso pior ainda - acho que Nova Nazaré - que só mora na cidade o sargento, porque a guarnição vem todos os dias a 100 quilômetros de distância. Se houver dois crimes ao mesmo tempo ele tem que escolher qual ele vai atender? Está igual atendimento de UPA, atendimento de pronto-socorro.

Tem que escolher qual é o crime mais grave que ele vai atender. Se for tentativa de homicídio atende; se for roubo, crime contra o patrimônio, espera. "Espera terminar isso aqui para eu ir lá". É assim que está a situação do Estado de Mato Grosso hoje. Um déficit enorme um déficit efetivo enorme. E pior, nós estamos tendo uma evasão de 200 homens a cada ano. Por vários motivos: a aposentadoria, atestado psicológico, psiquiátrico, concurso público em outras esferas.

Hoje, a realidade da PM perde para Polícia Penal. Não quero aqui desmerecer os policiais penais. Mas, os policiais penais, hoje, no Estado, têm mais voz do que nós militares. O policial penal há dez anos ganhava metade do que um policial militar ganha hoje. Hoje, Coronel, um policial penal ganha R\$ 13.704,00 em final de carreira. Um subtenente ganha R\$ 12.995,00. Policial penal, hoje, ganha quase mil Reais a mais do que um Subtenente.

Eu falei isso para o nosso Governador Mauro Mendes. Eu falei, "Governador, se o senhor abrir hoje um concurso público, o senhor vai ter mais atenção ao concurso da Polícia Penal do que da Polícia Militar." Nós temos que abrir o olho por que dessa saída? O porquê dessa não motivação de estar como policial militar ou como bombeiro militar. Nós temos várias outras várias situações e uma delas é o Código de Ética.

O Código de Ética da Polícia Civil prevê, deputado, adicional noturno, auxílio prontidão - vocês já ouviram falar nisso? - o que que é isso? É ganhar para dormir. Policial civil no Mato Grosso. Ele vai para casa dormir e recebe auxílio prontidão. Porque ele só levanta para abrir a delegacia no interior. E está recebendo. E detalhe, recebe adicional noturno e auxílio prontidão duas vezes.

Nós não temos isso. Eu não sei aqui em Rondônia. Mas, nós não temos isso. Nós não temos adicional noturno. Nós não temos insalubridade. Então, nós temos que abrir o olho, Coronel, nós estamos ficando para trás. Nós estamos ficando lá para trás, devido à mordada do militarismo. Até quando nós seremos amordaçados? Até quando seremos suprimidos em relação ao nosso direito de liberdade, de expressão? Até quando nós não poderemos falar, reivindicar condições de trabalho?

Melhoria, dignidade da pessoa humana? Até quando?

E eu quero chamar atenção aqui. Qual é o preço que nós pagamos por sermos militares? Qual é o preço? Eu falo isso do soldado ao coronel mais antigo. Nós estamos pagando um preço muito alto. "Ah, a integralidade ou paridade, porque conseguimos lá na esfera federal?" A Polícia Civil e a Polícia Penal também têm integralidade e paridade. Eles têm Associação de classes que pode reivindicar. Eles têm sindicato. Eles têm adicional noturno. Eles têm auxílio prontidão. Eles têm auxílio insalubridade. Nós estamos ficando para trás. E agora? Agora mais importante. Nós estamos sobre o governo da esquerda que não olha com bons olhos para nós.

Então, nós não podemos - além dos nossos inimigos fora da caserna - nós ainda, às vezes, nos gloriamos internamente. Essa disparidade, essa divisão entre oficiais e praça, tem que acabar. Nós somos uma carreira única, temos que caminhar nesse sentido, deputado. Caminhar numa carreira única. Soldado entra, vai até Tenente-Coronel. Montar um PCCS com condições, com motivacional que ele entra e fala: "Se eu for um bom policial, estudar, buscar conhecimento, eu vou me aposentar como 2º Tenente, um Capitão, um Major, um Tenente-Coronel. É isso aí que é valorizar o homem, a mão de obra é o que nós precisamos olhar.

Essa lei do deputado, Subtenente Gonzaga, ela sofreu uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), como é conhecimento notório em todos aqui, mas, ela trouxe um prazo de vigência que ela esteve com a sua validade plena, discussão. Essa discussão só está acontecendo aqui, porque a lei trazia a obrigatoriedade do Código de Ética que estipulava a data, não é isso? Então, obrigou nós, policiais, bombeiros, comandantes de unidade, comandante-geral, a discutir sobre o Código de Ética.

O Comandante-Geral falou, acho que foi o governador que falou para você, não é Deputado Jesuino? "Ah, já perdeu eficácia." Não é isso? O Comandante-Geral ou o Subtenente? "Perdeu a eficácia." Bacana. Não tem problema, porque teve um vício de iniciativa formal, que deveria vir pelo Executivo, veio pelo Legislativo. Nada obsta de o Presidente atual, agora, pegar e falar "Me dá isso aqui. Me dá a letra da lei, vou só mudar o autor." Pronto, acabou. Traz, cumpra-se. Mas, gerou discussão a nível de país. Todos os Estados começaram a discutir. Mesmo que tenha essa resistência, mesmo que tenha essa resistência, deve ser discutida. Olhar a peculiaridade de cada Estado.

Essa situação aqui, Coronel, do art. 30 inciso II, inciso IV, isso vai esvaziar as associações. E vou dizer uma coisa para o senhor, em 2014, eu e o Deputado Elizeu Nascimento reivindicamos direitos trabalhistas em Mato Grosso. Inclusive, fiquei cinco dias preso. Cadeia de Batalhão. Mas, nós conseguimos tirar o salário de 3º Sargento de R\$ 4.800,00 para R\$ 9 mil. E muitos coronéis, lógico, de forma velada para não serem comprometidos, falaram para mim "Sub, se não fosse esse ato de vocês, de coragem." Todo ato coragem vem acompanhado

com um pouco de loucura, vamos dizer assim, porque nós sofremos a perseguição. Isso é normal. "Prego que muito se destaca" vai tomar martelada.

Então, eu e esse deputado pegamos a época da Copa. Nós só tínhamos a Copa para fazer uma manifestação para ter visibilidade a nível mundial. Nós pegamos 300 policiais desarmados, com esposa e filho, fomos para a frente do estádio. E lá nós conseguimos a visibilidade que nós queríamos. Inclusive até o inquérito. Inquérito e sindicância.

Mas, o governador para não ser exposto, naquela época, nos deu 30% de aumento. Foi o maior aumento em toda a história da Polícia Militar no Mato Grosso. Por isso, que nós temos um salário razoável, vamos dizer assim em relação a outros Estados. E nesse momento de luta teve uma unificação, até mesmo dos oficiais que não apareceram, mas de forma velada nos batalhões nos falava. "Se vocês não fizessem aquele levante, naquela época, 2015/2016 nós não tínhamos nada, a não ser o RGA (Revisão Geral Anual)." E o RGA, todo mundo sabe, se a inflação foi 10% o governador quer pagar 6%. Eu não sei onde que ele vê essa inflação de 6, 5 ou 4%. Eu acho que não é diferente aqui. Aqui está difícil até o RGA, como o Coronel falou.

Mas, é nessa toada que nós temos que trabalhar. Nós temos que valorizar e fortalecer as associações e não as esvaziar com esse artigo 30, Coronel, incisos II e IV. Porque isso vai impedir que as pessoas se associem.

E outra, essa "comunicação", retirar essa "comunicação" aqui no IV, no artigo 30, muito importante isso aqui: "IV - discutir ou promover discussão, por meio de qualquer veículo de comunicação, sobre assunto estratégico..." Isso aqui inclui WhatsApp. Todos nós sabemos que o WhatsApp é o nosso maior meio de comunicação para conversar com todos os policiais a nível de Estado, hoje. O que que seria estratégico? Isso aqui não está abstrato? Não é genérico? Não está muito aberto? Estratégico, seria o quê? Salário? Condições de trabalho? Dignidade da pessoa humana? Nós temos que começar colocar taxatividade nestes artigos.

Às vezes, eu digo assim, os oficiais pensam "Não, vamos amordçar os praças. Falam besteira demais, falam muitas coisas. Esses caras estão nos atrapalhando. Vamos enfraquecer as associações." Lembrem-se: amanhã ou depois vocês vão precisar das associações. Associações é a voz do Comando junto ao governo. Às vezes, o Comando não quer se indispor junto a um governador porque é um cargo comissionado, converse com as associações. Elas estão ali. Elas não são inimigas Comandante-Geral. Elas são parceiras.

Assim como políticos. Políticos a nível de deputado estadual, federal. Temos aqui o Deputado Sargento Elizeu Nascimento. Um cara que luta muito pela classe. São 18 anos dentro da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas). Um cara que viveu polícia, um cara que ama a polícia. Tem uma tatuagem de quase 30 centímetros no corpo, da ROTAM, e não somos inimigos do Comandante-Geral, não somos inimigos do governador, não somos inimigos dos oficiais.

Nós queremos as mesmas coisas: salário, dignidade da pessoa humana, condições de trabalho e segurança jurídica. Não dá para trabalhar em Batalhões, ou com manuais de sindicância, ou Código de Ética onde um coronel "A" pune por um artigo que ele entenda que é transgressão e o coronel "B" tem outro entendimento sobre aquela mesma legislação. Nós temos que afunilar isso, taxar isso, mostrar "isso aqui é transgressão. Isso aqui é crime." E não dar mais margem para dúvida interpretação, porque o policial vai sabendo "se eu cometer é crime. Se eu cometer isso transgressão. Eu não vou ficar sujeito a interpretação."

Lá, Coronel, no nosso Código de Ética que nós dialogamos agora, de 70 apontamentos que nós fizemos, nós conseguimos modificar 22. Foi um ganho. Foi um enorme ganho. Dessas 22, nós esperamos que agora retorne para a Assembleia Legislativa para ser discutido. E nós conseguimos, realmente, tirar muitos artigos de forma subjetiva, que tinham interpretação subjetiva e genérica, melhorando e dando segurança jurídica aos nossos policiais.

Então, em suma, o que eu quero dizer é isso aí. Não vejam os praças militares, não vejam as associações como inimigos. Vejam como parceiros. E essa legislação aqui é antiga. Ela é de antes de 1988, antes da Constituição. Vamos trabalhar ela, vamos melhorar ela, vamos conversar. E acredito que todos, no final, vão ganhar. Mas, nós temos que unir tanto praça quanto oficiais.

A minha fala em suma, é isso. Espero que eu tenha contribuído, Deputado Jesuíno. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado senhor Gleyton. O Deputado Eliabe está enfermo, não teve como participar, mas ele manda aqui um comentário, olha só:

"Olá, meu amigo Jesuíno. Primeiro, eu quero parabenizar você pela brilhante iniciativa. Segundo, peço, desculpas pela minha ausência. Quanto a esse artigo que eu fiz a leitura, que inclui as associações, parece ser algo arquitetado pelo CNCG, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais, pois na minuta de Código de Ética aqui no Rio Grande do Norte, consta este mesmo texto. No mais, sucesso a todos do evento."

Olha só que interessante, não é? Tudo eles vão lá, se reúnem, fecham as portas e definem.

Registrar a presença do Subtenente Magno, Edvaldo, que é Tenente também; o Ismael, 3º Sargento, estão presentes aqui na galeria. Magno, para quem não o conhece, é um ícone da Rádio Patrulha. Foi um militar que trabalhou por muito tempo no serviço operacional de rua, respondeu a muitos PADs (Processo Administrativo Disciplinar), não é, Magno? E hoje está observando aqui, está prestigiando, na verdade, o evento nosso.

Eu estou ouvindo atentamente a todos e vou passar a palavra... Para quem, meu Deus, agora eu estou até perdido. Estou tão aqui perplexo, com tanta coisa que eu estou vendo. Cada hora que eu leio, eu fico mais

triste. Porque a gente lê, relê, não é? Tem muito artigo que você viu aí, Gleyton, que pelo amor de Deus! É muito artigo. Tem de ser revisto.

Vou passar a palavra ao Coronel BM Alan Fabrício da Costa, Subcomandante do Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

O SR. ALAN FABRÍCIO DA COSTA - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Jesuíno, eu cumprimento a todos os representantes de classe, os demais componentes aqui da Mesa, como também a todos presentes aqui no plenário.

Deputado, agradeço pelo convite. Aqui estou representando tanto o Comando da corporação, como a Corregedoria da instituição. No dia de ontem fui até o Comando-Geral da Polícia Militar para verificar como seria aqui a nossa discussão sobre as deliberações acerca do Projeto de Lei que se encontra na Assembleia. E foram verificados vários pontos que precisam ser corrigidos. E também achei interessante, é o posicionamento da corporação, que todos esses apontamentos que foram feitos para a Polícia Militar, a corporação também se posiciona juntamente com a Polícia Militar, como também está à disposição para ouvir os apontamentos das associações, do senhor, também, Deputado, e assim, a gente consiga fazer a melhor redação para que se materialize e se concretize esse Código de Ética.

Então, a corporação se coloca à disposição para nesse momento deliberar acerca desses pontos, tanto das associações, como os do senhor, como parlamentar, para que a gente possa formular o melhor texto com relação ao Código de Ética. Obrigado.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Obrigado, Coronel por fornecer a sua fala. Eu vou deixar o Corregedor por último. Penúltimo.

Eu passo a palavra à Tenente-Coronel Vanilce Almeida, assessora militar, neste ato representando a Secretaria de Segurança Pública.

A SRA. VANILCE ALMEIDA – Nós estamos aqui representando o Secretário de Segurança Pública. Atualmente é o Coronel Vital. Ele está em Vilhena e nós já estamos nessa caminhada a respeito do Código de Ética, o CED, não é, que nós abreviamos assim, já desde o final de 2019, quando saiu a lei federal que solicitou em face a alguns princípios, não é, dentre os quais já foram citados alguns aqui, para que nós pudéssemos estar tratando desse Código de Ética em si.

Mas, primeiramente, nossos cumprimentos ao nosso deputado, que nos convidou, é o proponente desta Audiência Pública; aos demais componentes aqui da nossa Mesa; o Deputado Estadual Elizeu Nascimento, do Mato Grosso. Temos também o nosso Corregedor presente, Coronel França, representando o Comandante do Corpo de Bombeiros, o nosso Coronel Alan. Temos o Subtenente Rezende, também da Polícia Militar do Mato Grosso, da ASPRAMAT, associação; o Sargento Machado, também da ANASPR, que já explanou aqui para nós; e

o Sargento Rubemar, meu colega de curso, 1998, do qual eu vim. Até foi comentado aqui alguma coisa a respeito de, em questão do profissional e nós crescermos. Então, diante de vós aqui, Soldado PM de 1998; entrei, cresci, estudei dentro dessa corporação por meio de concurso público e efetivei hoje Tenente-Coronel.

E hoje assessorando ali na Sesdec. E para que os senhores entendam qual a nossa função aqui, não só representando a Secretaria, porque a função do Secretário em si não é ser taxativo ou bater um martelo a respeito de um Código, principalmente em função das corporações militares no contexto atual em que nós nos encontramos de muitas mudanças, inclusive. E a função da Secretaria é mediar essa questão, porque tudo que é proposição de lei, decreto ou outros nós temos que, além de receber das corporações militares — que não só a Sesdec que cuida das militares, mas também da Polícia Civil, da Politec — e mediar, encaminhando, como foi o caso aqui dessa proposta de lei, na época, que foi finalizada em 2021, no caso.

Aliás, em dezembro de 2020 ela foi feita pelo CONDEG (Conselho Deliberativo Estratégico e Gestão da Polícia Militar do Estado de Rondônia), que é o Conselho dos Coronéis da Polícia Militar do Estado de Rondônia. E baseada na lei federal ela foi encaminhada, em 2021 já, agora no início, foi apresentada na Secretaria de Segurança Pública para ser avaliada pela Procuradoria-Geral do Estado e, após essa tramitação, ser encaminhada para cá como uma Mensagem de Lei e passar pela Assembleia Legislativa aqui, na sua finalização.

Então, dentro das corporações militares foram feitas algumas comissões. À época, eu estava na função de Comandante de um Batalhão e nós participamos, inclusive, da comissão que era no CRP2 à época. E trabalhamos juntamente com oficiais e praças para que nós pudéssemos compilar e trazer uma proposta.

A questão em si foi que, devido ao prazo exíguo e às mudanças que ocorriam em nível federal e que teriam que ser reajustada em nível estadual, foi um processo muito corrido, um processo complicado e que, realmente, deveria ter mais acesso e essas fundamentações serem mais compiladas juntamente com as associações e outros. E não houve esse tempo, porque muita correria. As comissões trabalharam arduamente para tentar. Porém, assim, agradar e chegar a um consenso não é fácil, até porque envolve questões de hierarquia e disciplina. As corporações militares têm suas bases sob esses aspectos, são bases que sustentam. E não foi, não houve, eu acredito que nesse, pela minha observação não houve esse tempo hábil para essa abertura total.

O nosso deputado fez uma colocação aqui que eu vou fazer uma retificação: de que não teve, não foi aberto para as associações e tudo mais, e que, assim, ia passar e ser aprovado desse jeito. Não. Nós, como Secretaria, após essa ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que foi comentada aqui, que tornou inconstitucional a lei federal que fez e incitou a abertura desses conselhos, a instauração e o feito, ela foi considerada inconstitucional.

E aí nós tivemos já de imediato um contato prévio abordando a temática junto à PGE (Procuradoria-Geral do Estado), aqui do Estado de Rondônia, solicitando consulta, uma avaliação sobre a questão, até porque foram abordadas, e do nosso Código de Ética também não tinha previsão das penas restritivas de liberdade.

O que aconteceu: nós fizemos essa consulta e eu fui junto, principalmente ao Corregedor da Polícia Militar — as Corregedorias trabalham em conjunto, há uma consonância de entendimento — para que eles nos motivassem. Por quê? Porque o Projeto de Lei é das corporações militares em função da lei federal. E essa lei sofreu uma Ação de Inconstitucionalidade.

Então, foi requisitado junto a eles que motivassem no processo — existe um processo —, por quê? Tendo em vista que já estava a mensagem aqui na ALE, na Assembleia, nós os motivamos e os incitamos, na verdade, para que eles motivassem, que os autos fossem retornados, até porque, para justamente a gente fazer uma melhor adaptação. Inclusive, com essa Ação de Inconstitucionalidade, os regulamentos disciplinares que seriam transformados nesse Código de Ética, eles voltaram a funcionar. Eles estão ativos e tendo os maiores trabalhos as nossas corregedorias.

Então, assim, foi necessário. Esse momento aqui é muito importante, nós entendermos, até porque há necessidade realmente de que esse Projeto de Lei, na verdade, seja retornado para retificações, para considerações e para que realmente possa haver uma manifestação das associações também, não é? Eu acredito que seja viável e muito importante essas avaliações.

Então, entendemos nós que não está definido isso aqui. Nem pode prosseguir e ser aprovado de uma forma definida, até porque com base nessa inconstitucionalidade da lei, o objeto, em tese, realmente foi perdido, da proposta em si. Então, nós precisamos, nós vamos, nós já havíamos motivado a corporação. E conversando nós entendemos que tem que retornar, não tem como prosseguir esse Código de Ética. E até os senhores estão observando as colocações de todos os nossos companheiros que aqui estão, apresentando coisas que têm que ser reavaliadas, que têm que ser fundamentadas novamente, que têm que ser avaliadas em um aspecto mais abrangente para que a gente não possa realmente ter um Código de Ética à margem da lei e que não seja reavaliado. Essa é a proposta da nossa Secretaria.

E mediando isso, nós não temos como chegar e tachar e bater o martelo em várias questões aqui que estão pendentes — vamos colocar assim —, mas nós temos que apoiar esse retorno para uma reavaliação, para uma fundamentação, explanação e para que nós possamos ter um Código de Ética muito melhor avaliado e bem fundamentado, dentro dos princípios legais, para que possa prosseguir realmente assim para aprovação.

Essa é a palavra aqui da Sesdec na representação do Secretário. Eu agradeço.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) –

Obrigado, Tenente Coronel Vanilce.

Passar a palavra agora ao Corregedor da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Coronel França.

O SR. JOSÉ CARLOS FRANÇA DOS SANTOS - Cumprimento o Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid, em nome do qual cumprimento a nossa Mesa de Autoridades; já dar boas-vindas ao Deputado Elizeu, que veio ao Estado de Rondônia. Muito obrigado pela presença do senhor, com certeza vai engrandecer o debate. E quem não conhece Cuiabá e acha que Porto Velho é quente, vá para Cuiabá, não é, deputado? Vai mudar de opinião rapidinho e vai dizer que Porto Velho é muito bom o clima. Bom, cumprimento todos os presentes. Já de imediato, em nome do Comandante-Geral, agradecer o convite, deputado, e agradecer o espaço para debatermos esse tema.

Eu estou como Corregedor-Geral da Polícia, o Deputado Jesuino até me apresentou aqui como colega — fomos colegas de pelotão ainda em 2002, como soldado. Tempo bom. A gente não sabia que era bom — não é, Deputado Jesuino —, mas, enfim.

Preparamos, nossos assessores da Corregedoria, uma apresentação, mas eu vou me furtar de passar essa apresentação, deputado, porque nós, como uma entidade técnica da corporação, a gente estava tratando no sentido de correção, no sentido de revisão de algumas matérias. No entanto, não é pertinente a gente tratar disso, diante até das palavras da nossa representante da Secretaria e do próprio deputado que aqui falaram. Ela falou da revisão da matéria integral e o deputado falou do outro texto substituindo; se foi o que eu entendi, não é, deputado?

Então, da matéria, de forma geral, as minúcias que tínhamos preparado, eu acredito que não é o caso de a gente falar. Então, eu vou falar de linhas gerais, até aproveitando o que os nossos componentes aqui da Mesa falaram. Primeiro, dizer que o a posição do nosso Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, assim como o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, é o mesmo da Secretaria, de que na época que recebemos a missão de fazer, confeccionar o Código de Ética foi em razão da exigência legal. Claro que — como o deputado bem falou —, o nosso regulamento é antigo, não tem todas as garantias necessárias para os acusados.

Mas, a finalidade do Código de Ética foi atender, prioritariamente, essa demanda legal. E assim nós fizemos como militares. Ninguém é formado em legística, ninguém é formado em técnica legislativa, mas foi feito, foi montada uma comissão principal. E essa comissão, juntamente com os demais oficiais e praças, deputado, foram mais de 20 policiais de todo o Estado. Essa comissão juntou diversos regulamentos vigentes nas outras corporações e chegamos a um denominador.

E isso não foi uma tarefa fácil, diante do pouco tempo que tivemos. E, hoje, nós estamos aqui com um projeto com 203 artigos. É um projeto extenso. Ele fala de matérias que não são matérias de lei, são simplesmente procedimentos cartorários que não eram

para constar em um texto de lei. E quanto mais a gente fala em uma lei, maior a possibilidade de errar. Tem minúcias que são decididas em sede de regulamentos, resoluções e até manuais.

Então, a posição da corporação, hoje, é a retirada do projeto da Assembleia e a revisão. Como seria essa revisão? Concorde, deputado, que o debate tem que ocorrer, que somente com debate, com a pluralidade de ideias, a gente consegue soluções melhores para todos. Não é a inteligência que vai nos levar ao melhor caminho. Ninguém é dono da verdade. Ninguém é detentor do que é certo e o que é errado, não é? É necessário, sim, que tenhamos esse debate.

Bom, eu vou primeiro me ater um pouco — com todo respeito ao que foi falado, deputado —, falar um pouco do que foi falado aqui. Primeiro do Sargento Machado, Presidente da ANASPR, já aqui no nosso plenário, com a devida vênia.

O senhor Sargento falou sobre os anseios do militar em aceitar e decidir. Nós temos que ter a visão do seguinte: um Código de Ética é a pior parte da estrutura militar quando a gente vê sobre os direitos e garantias do militar. Por quê? Ele é a parte coercitiva. Ele é justamente a exigência do policial, não é o bônus. O Código de Ética é o ônus. O que é o bônus? É o nosso Estatuto. É a nossa lei previdenciária. Aquilo que também nos faz espelhar das Forças Armadas.

E falando em Forças Armadas, esse Código de Ética, da forma que está — não no nosso em si -, mas os regulamentos, de forma geral, são reflexos das Forças Armadas. Porque está lá na Constituição. Somos forças auxiliares e reservas do exército. E isso não é algo que se releve em qualquer lei que nós fizemos. Qualquer lei. Qualquer regulamento nós temos que levar em conta isso. Em que se reflete isso para nós? A guarda da hierarquia e disciplina. Principalmente forças auxiliares e reservas do exército.

Alguém também falou aqui sobre os benefícios que vêm com isso. Acho que foi o senhor, não é? Falou sobre a paridade, a integralidade, que outras carreiras têm. É verdade. Outras carreiras podem ter. Mas, por nós é garantido também, justamente por esse reflexo, essa similaridade com as Forças Armadas. Em ter a garantia que nós temos. E eu acredito - eu não estou tão a par da discussão legislativa sobre as reformas previdenciárias, - que foi um ponto a favor nosso quando ficamos de fora de muita coisa. Em relação às reformas previdenciárias.

Bom, o Subtenente Gleyton, aqui da ASPRAMAT falou sobre o texto substitutivo. Eu espero que não seja pautado porque, como eu falei, é preciso um debate. E esse debate, como o senhor mesmo falou é justamente com aquele que vai sofrer as restrições do Código. Esse debate tem que ser com as pessoas que vão vivenciar e que vai ser exigido o cumprimento do Código. Então, acredito que não seria o caso de apresentar outro texto. Não neste momento.

O senhor falou também da realidade diferente. Eu concordo com o senhor, justamente por isso, é necessário um texto personalizado em que pese que o

cerne da questão, como eu falei, não vai mudar muito do que temos do Exército Brasileiro, do RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) e de outros regulamentos das outras polícias.

Agora, algo que eu concordo com o senhor, Subtenente Gleyton, sobre o texto. Os textos vagos, dispositivos imprecisos, que isso realmente não podem constar, tem que ser limitado. Estamos no estado democrático de direito que a pessoa tem que saber do que está sendo acusada para poder se defender. Então, se eu tenho uma acusação imprecisa não sei nem do que estão me acusando de fato. Ou não sei, já de início, não sei nem qual o comportamento de fato exigido para mim, eu posso vir a cometer esse comportamento, já que o texto é genérico. Não traz de forma taxativa a restrição, eu, como militar, tenho que me sujeitar. Então quanto a isso, Subtenente Gleyton, que a Corregedoria - e falando também pelo Comando - não deseja esse tipo de dispositivo no Código de Ética.

Bom deputado, chegando à parte aqui, que anotei da sua fala, acredito que, de mais importante que deve ser verificado é a vedação das associações que o senhor citou lá o artigo 30, incisos II e IV.

Bom deputado, para o senhor ver a necessidade da pluralidade de ideias. Porque eu li o artigo e não entendi como o senhor entendeu. Mas, não estou dizendo que o senhor está errado. É justamente o contrário. Cada um tem uma visão e, sendo assim, eu também concordo com o senhor dessa necessidade de reformulação desse artigo ou mesmo a retirada, porque a vedação de sindicalização está já escrita na Constituição. E nós temos vários dispositivos aqui que já tem vedações em leis maiores. Então, é desnecessário constar esse artigo. A meu ver.

Estamos aqui em debate ainda e estou me aproveitando aqui, falando como Corregedor. Não como representante do Comando nesse momento. Agora, ainda com Corregedor, deputado, eu vi diversos pontos que necessitam e são pontos firmes que temos, hoje, problemas para as apurações. Não vão deixar de existir problemas, não vão deixar de existir medidas coercitivas contra esses problemas, mas como eu falei, a gente está em um estado democrático de direito, nós temos que pautar pela legalidade e há; e o remédio não pode ser tão grande que venha acabar com o paciente. Então, é algo que precisa ser revisto.

Primeiro ponto: eu não sei se minha fala pode ser tão longa deputado ou era só a apresentação, eu já estou pulando a fase aqui. Seria a revisão das punições, principalmente referente aos reformados e aos inativos, reformados e o da reserva remunerada. Veja bem, nós temos o Código de Processo Penal, Código Penal, que vem tratar de forma diferente, de forma diferente, os reformados, os inativos de forma geral.

O que isso quer dizer? É todo tipo de crime que o reformado e o da reserva comete? Não. Ele tem uma circunstância específica. Aí quando a gente coloca no texto que o Código de Ética é para todos reformados, ativos e inativos da reserva, os alunos, e coloca todo

mundo no mesmo barco, o texto talvez tenha ficado um pouco prejudicado nesse sentido. Por quê? O Código de Ética nada mais é do que um código profissional. Ele visa resguardar a regularidade das instituições militares. Essa regularidade, eu tenho essas imposições no Código, para que essas instituições caminhem façam o seu serviço que tem que fazer. E para isso, a gente tem que seguir um código mínimo.

Veja bem, no caso dos inativos, qual o reflexo que o inativo traz para a regularidade da instituição militar e para a hierarquia e disciplina? Bom, esse é meu raciocínio e de alguns colegas nosso da Corregedoria, inclusive, não desmerecendo ninguém das comissões anteriores, foi voto vencido nesse sentido, porque, principalmente, o reformado — seja por moléstia, seja por tempo de reserva —, quase não tem qualquer tipo de contato com a corporação.

Então, como os atos deles vão refletir na corporação? Eu falei que é um código de conduta profissional, em primeiro plano. Nesse ponto, eu vou tentar mais uma vez bater, firmemente, sobre de que forma os reformados e os inativos serão alcançados por esse Código? Não tem nada a ver, por exemplo, o reformado ter uma discussão com a mulher na casa dele, tem 20 anos que não vai a nenhum quartel, tem 20 anos que não tem nenhum tipo de contato com a instituição e eu, lá na Corregedoria, tenho que apurar qual foi a causa e a responsabilidade dele na discussão com a mulher dele, sendo que já tem os meios necessários, a justiça para isso, delegacia especializada. Espero que esteja entendendo.

É claro que vai ter momentos e é isso que não está claro no Código de Ética, em que o "RR" (reserva remunerada) poderá cometer uma infração. Mas, desde que seja contra a instituição militar ou contra os membros da instituição militar em determinados momentos, não sempre também.

Bom, falando ainda em garantias, temos a questão do duplo grau de jurisdição. É a garantia da reanálise de uma decisão de um ato. Há dispositivos no Código que estão vetando esse duplo grau de jurisdição. Isso é um preceito fundamental do Direito. Princípio da Inafastabilidade Jurídica, que bem falou o Presidente. Então, é algo que está no Código. Não teria como ser negado, por exemplo, se alguém intentasse, provocasse mais uma justificativa, revisão do ato administrativo. Claro, teria que ser aceito, porque é um preceito jurídico fundamental. Só que dá trabalho para a Administração e para o próprio acusado. Porque vai ser um recurso inominado, o trâmite não está regulamentado, mas ele tem que ser aceito. Então, constar isso é importante.

Como eu falei, o texto é extenso. São matérias que não dizem respeito a uma lei. A lei tem que ser clara, precisa, concisa, inteligível, de pronto na primeira leitura. O que nós temos é um texto demasiado longo que trata de matérias que não são matérias para se discutir em lei. Era para ser por regulamentação, ou seja, um decreto ou mesmo por resolução e manuais, como é a praxe.

Então, deputado, da minha parte, do Comando-Geral da Polícia, isso porque já tratei disso com o Subcomandante, ao menos, da necessidade de debate e trazer, sim, as associações também para esse debate. Eu não estou dizendo que vamos deixar para a associação fazer, porque é uma matéria, como eu falei, coercitiva. Nós somos militares, a hierarquia e disciplina é dura. A exigência que nós temos, social, a exigência do nosso trabalho, é dura e complexa. Se não tivermos um regimento diferente dos demais servidores, vai ser difícil impor isso aos policiais de forma geral.

Bom, as modalidades, os tipos de punições, eu acredito que também deve ser algo que tem que ser revisto. As punições puramente pecuniárias me causam certa preocupação. Com: de que forma vai ser aplicada na prática? Hoje, o Código prevê a pena pecuniária de um a dez dias de suspensão. Eu vejo dois pontos negativos estabelecendo essa pena como sendo a pena principal. O primeiro ponto negativo é da própria instituição, que é a suspensão em si. Você imagina um grupamento em que eu tenho oito policiais. Tem agrupamento que menos, não é Deputado? Aí, dois policiais são punidos, eu dou dez dias de suspensão para ele. Quem vai pagar a pena? A Administração vai estar com menos policiais e os colegas dele vão trabalhar em dobro, porque alguém vai ter que tirar o serviço.

Essa é a diferença do militarismo para qualquer outra função que não exige isso. É a regularidade da instituição. Alguém acha que é diferente isso? Alguém acha que alguém não vai ter que fazer o serviço? Alguém vai ter que fazer. Alguém vai fazer e, às vezes, vai fazer a mais para compensar essa suspensão.

Então, eu vejo um prejuízo na escala de serviço para o policial colega dele que vai cobri-lo; e, principalmente, o prejuízo financeiro. Nós tivemos recentemente um aumento, graças a Deus e ao nosso governador, mas nosso salário não nos dá o privilégio de abdicá-lo de algumas partes, eventualmente. Nós não estamos no nível do Mato Grosso ainda não. Nem de longe.

Então, para mim, para o capitão rico ali, pode ser um dia, dez dias de salário, algo trivial. A gente está falando de dez trinta avos, não é isso? Então, são dez dias de serviço, dos 30 dias, que vão ser descontado na Folha de Pagamento do policial. Talvez, para um ou outro policial que tem um segundo emprego, tem um pai que sustenta, tem outras fontes financeiras, seja algo que nem punição vai representar. Ele vai ficar em casa dez dias e vai ter um desconto de dez dias na Folha de Pagamento dele. Pode ser que não doa nele. Agora, eu acredito que na maioria vai doer. Para a maioria vai ser penoso. É pensão, é empréstimo, não é? E até 30% a Administração vai poder pegar do salário dele, para ter o efeito punitivo.

O SR. GLEYTON JOSÉ REZENDE – E ainda tem aí uma celeuma, de como ficaria a situação de pensão alimentícia consignado e desconto peculiar em relação à polícia administrativa? **(fora do microfone)**

O SR. JOSÉ CARLOS FRANÇA DOS SANTOS - Exatamente. É exatamente a minha preocupação. Bem observou aqui o Presidente. Tem uma peculiaridade também, de muitos policiais terem de pagar pensão, e a gente vê em folha,

descontando dos policiais pelo menos 20%.

É pensão, é empréstimo, porque não tem como, não é? A pessoa adquirir um carro, uma casa com um salário de policial à vista. Então, é parcelado mesmo. Aí como a Administração vai fazer o desconto pecuniário ainda do policial? E quando a gente fala de desconto pecuniário, pessoal, senhoras e senhores, a gente está falando da punição da família inteira. Porque quem depende do salário do policial não é só ele, não. É o filho, é a mulher, é o pensionista. Então, a minha preocupação é essa, referente às punições.

Acredito que a pena pecuniária pode até continuar no Código, mas bem restrito, em algo que seja bem grave, não é? Não para ser a pena principal. Tem que ser algo mesmo que fuja da normalidade, do trivial, porque tem uma característica da Polícia Militar, pessoal, das outras entidades públicas, vamos dizer assim, dos outros órgãos públicos comuns. Lá no serviço público comum, a pena pecuniária vai até 30 dias. E quando eu falei em uma das reuniões do conselho que queriam estipular 30 dias, eu falei o seguinte: "Com todo o respeito aos outros órgãos, a diferença na Polícia Militar é que aqui a gente pune. Ao contrário do senso comum de que somos uma entidade corporativista nesse sentido, mas o policial é punido. Punido porque erra. E erra porque trabalha muito. Quem trabalha muito, erra muito. É normal. Não é porque o policial é ruim, não, é corrupto; mas claro que erra." Mas, um servidor comum, o servidor comum não é punido por conta de um atraso ou uma falta; Polícia Militar é.

No serviço comum, se o servidor atrasa, falta, resolve não trabalhar durante dias, ele vai responder um Procedimento Administrativo. Na Polícia Militar, não. Ele vai ser preso. É crime. E vai ter o efeito administrativo também. Então, a exigência do militar é maior. A frequência com que ele é punido é maior do que um servidor comum, porque a exigência é maior.

E eu não vi, deputado, nas comissões — porque também não foi minha matéria — nenhum estudo sobre o impacto disso na vida dos policiais, sobre pena pecuniária. Não tem uma média aqui de quantas vezes o policial é punido por ano ou por mês; quantos policiais são punidos por mês, por ano. Não é? Eu acho isso bem temerário. Por quê? Não é novidade para ninguém que o policial militar que trabalha na rua é mais punido. Mas, por que isso? Porque ele está mais exposto. Trabalho no expediente é mais confortável. O risco de errar é menor. E se eu errar um documento, o meu chefe vai me dar uma chamada, mas ele não vai me dar um memorando. Não é isso?

Agora, se eu estou na rua, se eu deixo de constar algo importante no meu BOP (Boletim de Ocorrências Policiais), no meu relatório, eu posso ser punido. Estou mexendo com o direito de outras pessoas, não só ali na administração. Então, quem vai ser punido? Policial da rua, principalmente, lógico. É o que mais erra, porque trabalha de forma diferente. Não estou dizendo que o pessoal da rua é perseguido, não, ok pessoal? É porque ele está mais exposto. Isso é notório.

Se eu começo a vigorar esse Código de Ética da forma que está, eu tenho dez policiais punidos ali no mês; eu tenho um desfalque grande no rádio patrulha, fora o prejuízo financeiro do próprio policial.

Bom, deputado, outra preocupação minha: o texto ficou extenso, como eu já falei, alguns pontos não deveriam estar ali, e com isso não resolvemos problemas históricos do RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar), principalmente no que diz respeito à celeridade processual. Está ali nosso analista, ali, Sargento Freitas, que apontou diversos problemas que não vêm ao caso de a gente debatê-los agora todos, não é? Ele está ali preparado. O que acontece: se nós temos uma legislação nova, ela teria que, ao menos, contemplar as dificuldades e os problemas da legislação anterior. Isso é o lógico. E nós não estamos conseguindo fazer isso atualmente com o Código de Ética.

A celeridade processual, pessoal, em que pese ser, a princípio, tem um prejuízo maior para o policial, porque ele vai ser punido mais rápido. Hoje, tem punições que duram três, quatro anos. Em sede de processo, tem processo prescrevendo com dez anos. Dez anos. E o que isso causa? Primeiro o sentimento de impunidade. O policial está ali ainda, quando é o caso de exclusão, por exemplo. O efeito pedagógico não tem mais. Qual o efeito pedagógico? "Olha, o fulano foi punido aqui, porque ele cometeu esse ato. Então, eu não vou fazer." Por que não tem efeito pedagógico? O policial é participado; é feita uma sindicância; a sindicância demora um ano. Depois o processo demora uns três anos e quando o policial vem a ser punido, ele nem lembra mais do que ele fez.

Então, esse fato, na minha opinião, continuamos sem dar atenção. É o prejuízo, também, de forma direta para o policial, porque o policial que está respondendo a Processo Administrativo, os conselhos, disciplinas e justificação, em muitos casos esse policial não pode receber Medalha, condecorações. Ele não pode ser promovido. Isso é um prejuízo muito grande.

Você tem ali o policial que respondeu durante seis anos e ele foi preterido em Medalhas — que essas Medalhas não voltam mais —, ele foi preterido em promoção. Ao término do processo, depois de seis anos, vai vir "ressarcimento de preterição". Ele vai por antiguidade, porque o merecimento — que nossa contagem é antiguidade e merecimento —, que ele poderia ter ido se tivesse recebido Medalha, ele não recebe. Ele não vai. Aí ele vai só por antiguidade. É o prejuízo que esse policial teve. Aí demorou seis anos para verificar que o policial era inocente.

Então, a celeridade processual atinge diretamente, a falta da celeridade atinge diretamente a garantia, as garantias individuais do policial. Quanto mais rápido se conclui o processo e tem a resolução, melhor, inclusive, em muitos casos, melhor para o policial.

O policial também não poderá utilizar arma em alguns casos de conselhos, não trabalhar no serviço da rua, o que é um prejuízo muito grande. Porque eu puno um policial para que eu mantenha a hierarquia e disciplina. Eu mantenho a hierarquia e disciplina para que eu

mantenha a regularidade da instituição. Ou seja, a instituição tem que fazer o que ela faz: policiamento extensivo. Só que eu demoro a punir o policial e fico seis anos com ele, sem poder tirar serviço. Estão entendendo? É algo ilógico. É algo ilógico.

Então, esse policial tem que ser processado de forma mais rápida. Se for inocente, volta, vai para o trabalho; e se não for, excluído, demitido, depende do caso. Mas, a maioria dos processos temos absolvições, não é?

Então, a administração tem que ter mecanismos e uma nova redação do Código de Ética que venha, no mínimo — no mínimo —, resolver os velhos problemas. No mínimo resolver alguns desses pontos aqui que nós citamos.

Bom, temos diversos outros pontos que poderíamos agora pontuar no Código de Ética. Como eu falei, tem um relatório extenso, deputado, que em outro momento a gente pode expor. Mas, voltando, a posição da Polícia seria realmente a retirada da Mensagem e o retorno do Código de Ética, retorno ao debate, retorno à produção e, principalmente, ouvir — como o senhor falou — e também trazer respostas para os velhos problemas. Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) – Obrigado, Coronel França.

Agora, por último, a fala do Deputado Elizeu, lá de Mato Grosso. Fica à vontade, Elizeu. A tribuna é sua.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Bom dia a todos e a todas aqui presentes nesta valorosa Audiência Pública a se discutir o tema do Código de Ética da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares aqui do Estado de Rondônia. Parabenizo aqui o Deputado Estadual Jesuino, oriundo da nossa gloriosa Polícia Militar; e também cumprimento aqui todos no dispositivo, oficiais, praças que hoje vêm a esta Casa de Leis para que nós possamos discutir e falar um pouco desse tema, que hoje se discute muito em nível nacional, em nível de Estado. Nós sabemos que um Código de Ética mal elaborado vai influenciar eternamente na vida dos profissionais militares de todos os Estados.

Eu sou o Sargento da Polícia Militar, com muito orgulho. Servi à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso por 18 anos, sendo desses 18, 14 deles no serviço operacional de ROTAM. E ali em um determinado momento, que nós detectamos que o nosso salário estava como 24º pior salário do Brasil, 23º. Ou seja, o 4º pior salário de praças militares do Brasil. Nós levamos a conhecimento de toda a nossa categoria, sendo ela: ativos e inativos, ao qual cumprimento todos aqui também que fazem parte dessa histórica trajetória da instituição de quando serviram. E, assim, nós começamos a um debate caloroso. Estou falando um pouco sobre essa trajetória para que lá, mais adiante na minha fala, eu possa entrar no que se resume uma ligação de uma luta por valorização à coação que nós militares sofremos quando ativos e buscando uma valorização e uma melhoria à nossa classe.

Foram oito meses de luta salarial, ao qual se fez junto comigo participação nessa luta o Subtenente Gleyton — que aqui se faz presente —, hoje membro também da ANASPR. E ali eu não fazia parte de associação, Deputado Jesuino. Eu fui um rebelde que saiu do meio da categoria e chutei o “pau da barraca”, porque a minha família estava passando necessidade, por um salário miserável que nós estávamos recebendo no Estado de Mato Grosso.

Nos meus dias de trabalho operacional, juntamente com minha equipe, nós produzíamos, fazíamos as apreensões, trocávamos tiro com bandido se fosse o caso, executávamos as prisões e, se fosse o caso, levávamos o baleado, o sujeito baleado, para os hospitais e ali dava sequência. Mas, no meu dia de folga eu queria ter o meu direito respeitado. O direito de um trabalhador como qualquer um outro, de qualquer instituição, ou de qualquer que seja a sua atividade profissional: de lutar por dignidade, pela minha família. E nós fizemos.

Mas, quando voltávamos para trabalhar, o Comandante da unidade chamava em sua sala, com palavras indiretas, e eu sempre fui um cara muito objetivo na minha vida. Porque eu sempre plantei as coisas corretas no meu trabalho. Eu sempre fui um profissional exemplar. Então, aquelas mensagens indiretas dos meus superiores, ali dentro da unidade, eram de que eu seria transferido lá para Guatá; que eu seria transferido lá para Rondolândia, que é aqui próximo; que eu seria transferido para qualquer outro lugar do Estado de Mato Grosso e que iriam abrir inquérito investigatório; que iriam me punir e me excluir das fileiras da polícia militar.

E assim foram se passando oito meses, Deputado Jesuino, acordando pela manhã, veículos da Corregedoria, veículos da ABIn (Agência Brasileira de Inteligência) nas esquinas da minha residência. Buscando pegar este pai de família com a faixa ou qualquer alguma outra documentação que citasse ali a palavra “paralisação” ou que fosse “manifestação” para poder me arrebentar, destruir a vida de uma família, de um homem que estava simplesmente lutando pelos seus direitos.

Sou sabedor, deputado, que este mesmo comportamento Vossa Excelência teve no Estado de Rondônia. Que o nosso amigo Deputado Prisco teve lá no Estado da Bahia. Que outros amigos como, salvo engano, o Bezerra aqui no Estado do Pará. E assim se vão inúmeros militares, os quais nós tivemos prisões que aconteceram como aqui, arbitrariamente, covarde, porque o militar estava lutando pela valorização. Mas, nós somos um grande elefante amarrado a um barbante. Porque nós temos leis hoje, que nós somos alienados, que nós somos obrigados.

Aqui todos nós sabemos o porquê a galeria estar dessa forma. Ninguém aqui é bobo. Não é porque o Deputado Jesuino não tem liderança. Não é porque o Deputado Jesuino não tem liderança; não é porque a ASPRA ou a ANASPR não tem o poder de fazer um manifesto de convocação e a categoria não vir. Nós

sabemos porque lá no Estado de Mato Grosso, quando nós fizemos a Audiência Pública e convoquei dois Comandantes-Gerais - um sentou a minha esquerda e outro sentou a minha direita, para que pudéssemos ouvir sobre este tema que, hoje, nós estamos debatendo aqui -, eu observava nas galerias. E vi muitos amigos, muitos irmãos de farda da Corregedoria, da Inteligência, observando todos que se fizeram presentes naquela Audiência.

Infelizmente, nós vivemos ainda esse mundo de coação apenas visionárias. Apenas a presença dos nossos irmãos de farda já atrai para si uma perseguição que pode custar até sua própria farda. Para concluir um pouco lá daquela vivência, da nossa luta de valorização, ameaça de morte chegou também a este que vos fala. Não veio do bandido que com quem eu troquei tiros, que foi baleado ou pelo parente daquele que foi sepultado. Não veio a ameaça de morte do marginal que a gente prendeu ou daquele que mora lá na comunidade da periferia, onde resido até hoje, lá no bairro Altos da Serra, região do bairro Planalto, que sabe que aquele ali é um policial militar atuante, que trabalha em uma Força Especial da Polícia do Estado de Mato Grosso.

A ameaça não veio dali. A ameaça veio de dentro da própria instituição da Polícia Militar, porque sabiam que ali estava surgindo uma figura que poderia estar onde está hoje. No entanto, senhoras e senhores, a minha participação aqui hoje vai além dessas palavras que aqui estão citadas. A nossa palavra vai além de tudo isso. A nossa palavra vai naquilo que é o mais importante, que nós precisamos preservar nos nossos Estados e continuar tendo as associações fortalecendo-as e também fazendo com o que o nosso Estado e as nossas instituições possam continuar tendo representantes dentro das Casas de Leis nas esferas municipais, estaduais e federais.

O Estado de Rondônia já deveria, senhoras e senhores, estar muito mais avançado no que tange à valorização profissional dos militares. Aqui neste Estado temos um governador Coronel da Polícia Militar. Três deputados militares, dois delegados da Polícia Civil, que eu tive acompanhando o quadro de votação. Parece que dois delegados, agora, nesse novo pleito.

A desunião é muito grande, senhoras e senhores, e mesmo assim, aqui no Estado de Rondônia, as instituições conseguiram manter algumas e poderem construir novas cadeiras. No Estado de Mato Grosso, infelizmente, nós não vivemos a mesma situação que o Estado de Rondônia. Eu sempre dialoguei bastante com o meu amigo Deputado Jesuino, porque nós temos algo em comum: nós vivemos essa instituição, nós nos doamos, nós respondemos inquéritos. Nós fomos sujeitos, em uma diferença de que ele foi preso pela sua categoria e eu e o Subtenente Gleyton apenas respondemos e não chegamos consumir uma prisão.

E politicamente falando, eu encerrei aquilo que eu mais amava na minha vida de forma precoce, eu encerrei a minha carreira ativa na Polícia Militar com 18 anos como 3º Sargento, para que eu pudesse ir às esferas

políticas para fazer algo que fosse diferente daquilo que nós vivíamos. Eu não sei fazer muita coisa além de correr, de patrulhar, de ter o tirocínio de um policial quando olha dois elementos transitando, fazer a abordagem padrão, fazer a prisão de um Mandado de Prisão em aberto, ou de tráfico ou de arma. Eu não sei fazer muito além disso. Mas, a missão que Deus me deu foi essa: de quebrar essas barreiras; de ir para os Parlamentos e poder expressar aquilo que muitos aqui gostariam de expressar. E não digo só na esfera de praças, mas, sim, também nas esferas de oficiais que também existe uma pequena parcela que são perseguidos.

E lá no Estado de Mato Grosso, Deputado Jesuino, nós tínhamos três deputados da segurança pública — ainda temos, que eles vão sair agora dia 1º de fevereiro. Um policial penal que vai voltar — Deputado João Batista —, para a categoria dele, vai dar continuidade à sua vida profissional colocando na somatória a sua contribuição de imposto para que ele possa ter sua aposentadoria integral no final de sua carreira. Nós temos também o Delegado da Polícia Civil — Delegado Claudinei —, que também não conseguiu chegar, não avançou, ficou em um primeiro mandato. E este que vos fala, com tanto trabalho prestado à instituição, à sociedade mato-grossense, inúmeras Emendas investidas nos municípios, também quase ficou para trás. Mas, Deus foi soberano e a quantidade de trabalho prestado por aquele Estado se fez valer ainda a nossa reeleição, reeleito com 22.415 votos.

E hoje, nesta temática, observando atentamente a fala de todos aqui que nos antecederam, eu ouvi algo que nós também nos sentimos muito felizes naquele momento que este deputado que aqui está, contribuiu conosco. Talvez, Deputado Jesuino, eu creio que se hoje nós estamos reeleitos no Estado de Mato Grosso, a sua participação foi cirúrgica e fundamental na discussão do Código de Ética naquele Estado. É por isso que estou aqui no sentimento de gratidão a Vossa Excelência e à Polícia Militar do Estado de Rondônia, ao Corpo de Bombeiros também desta valorosa corporação.

Nós estávamos discutindo o Código de Ética no Estado de Mato Grosso e ali, senhoras e senhores, veio a decisão da retirada do projeto, deste mesmo projeto que tramita aqui hoje. Mas, lá eu, um praça da Polícia Militar, não fiz uma convocação de dois Comandantes-Gerais pelo bel-prazer de mostrar o meu poder. Quando tomei essa decisão, senhores oficiais aqui presentes, não foi porque o deputado praça queria mostrar a medida da força que ali o praça era superior, mas, sim, porque um Comandante-Geral, que nós tínhamos naquele momento foi omissos.

O projeto do Código de Ética já estava elaborado e este deputado, como Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública, solicitou por várias vezes de forma documentada que ele mandasse para a Casa, para aquela Comissão e nós pudéssemos acompanhar de perto a elaboração do novo Código de Ética. E em todas as nossas solicitações o Comandante-Geral, naquela ocasião, negou qualquer esclarecimento.

Se colocou como se fosse oficial e pulando o poder do deputado, o tratando como se fosse praça subordinado, mesmo estando como Presidente de uma Comissão de suma importância em seu Estado.

E assim, nós os convocamos e lá tiveram que aguardar das 9h30min da manhã às 14h30min. Não tiveram aquela justificativa categórica de que "Deputado, desculpa aí. Meu horário está vencendo porque eu tenho outra agenda agora."

Não conseguiram sair. Mas foi uma trabalhadeira que vocês não fazem ideia para que essa convocação se tornasse concretizada. Movimentou o Palácio do Governo, movimentou a Casa Civil, movimentou todos os demais deputados para que não fosse feito por convocação e, mesmo aprovado o Requerimento, ainda foram com o deputado, Presidente da Assembleia e solicitaram que no documento fosse escrito "Convite". E, ao receber esse convite no meu gabinete, eu o peguei em mãos e fui lá em cima na Comissão. Levei o documento de Requerimento aprovado. Falei: "O que é que está escrito aqui, senhor Fulano?". Citei o nome do nosso colaborador lá da Assembleia e ele me disse: "convocação". Falei: "E esse documento que o senhor elaborou "convite"? Então o senhor rasga tudo isso, recolhe onde o senhor mandou e o senhor faça de forma correta. Faça o certo. O senhor recebe muito bem nesta Casa para poder cumprir com aquilo que é aprovado lá em plenário."

E assim foi feito, senhoras e senhores. Os nossos ilustres Comandantes-Gerais ficaram até 14h30min, lá, conosco, discutindo o tema de grande relevância. Mas, no final de tudo aquilo, com a participação deste deputado que hoje preside esta Sessão, com a participação do nosso deputado federal lá do Estado de Minas Gerais, o Subtenente Gonzaga e outros que lá estiveram, o projeto também foi retirado. Retiraram de pauta para que fossem feitas correções.

E ali, naquele momento, nós solicitamos perante os dois Comandantes-Gerais, que nós aceitaríamos a retirada do projeto, mas desde que nós indicássemos o Subtenente Gleyton, que é "curva de rio", para poder participar sendo membro da ANASPRA e é formado em Direito. Ele tem conhecimento técnico e profissional para poder participar, institucional, como Presidente da ASPRAMAT, também do Estado; a participação da Associação de Cabos e Soldados, Sargento Laudicério participou também e participa até hoje. Tenente Esteves, que é Presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos; e lá a ASSOF (Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar de Mato Grosso) também, dos oficiais, que também participaram.

E já tiveram algumas mudanças, mas eu não sei ainda as mudanças que foram feitas. Eu sei que esses homens aqui estão participando. E se esperaram que esse "velho praça" não estivesse lá no próximo mandato, na próxima legislatura, para passar novamente um "cavalo de Troia", tiveram uma insatisfação muito grande. Porque nós iremos continuar lá, por mais quatro anos; vigilantes, atentos.

Nenhum "jabuti no poste" vai ser colocado lá

no Estado de Mato Grosso. Mesmo sendo reeleito com poucos votos da nossa instituição. Reconheço isso. Tivemos muitas candidaturas lá. Nós tivemos, em média, 13 a 14 candidatos militares e os votos foram muito bem fragmentados. A estratégia de uns, lá, quase, quase foi concluída, mas mexeram com estrategista também. Subestimaram esse que vos fala. Mesmo sendo fragilizado, fragmentado durante a campanha, nós conseguimos fazer um trabalho fora o que juntamos com aquilo que nós conseguimos assegurar ainda, e nós iremos continuar representando à altura, as duas instituições militares e, mais ainda, aquelas que ficaram órfãs de representatividade.

E hoje, senhores, nós estamos vivendo no país ainda esse desprazer de voltar a Esquerda em nível nacional. Não sabemos o que pode vir por aí a partir de janeiro de 2023. Portanto, a representatividade dos militares nas Casas de Leis é de suma importância.

E aqui, deputado, eu já ouvi aqui o Coronel aqui da Corregedoria. Parabenizo pela vossa fala, já citando aqui o pedido da retirada desse projeto, que isso deve acontecer. E também já deixou claro que não tem dificuldade para poder revogar ou alterar essa situação do artigo 30 sobre as transgressões, em especial essa no Inciso II: "filiar-se, quando na ativa, a partidos políticos, sindicatos..." sobre a questão das associações.

As associações, como diz bem claro aqui nesse Inciso II, com caráter de sindicato ou associação, cujo Estatuto esteja em conformidade da lei. As associações, quando elas já são registradas, elas já estão em conformidade com a lei. Porque, se ela estiver em caráter diferenciado, ela não tem representatividade legal. E ela pode ser revogada. Portanto, Coronel, parabéns pela vossa participação.

E aqui eu já faço até um pedido de encaminhamento por uma vivência de que nós precisamos dialogar mais, debater mais para que possamos tomar decisões sábias. Não é fazer mudança nesse inciso, é retirar ele mesmo, porque a lei constitucional já existe. E além disso, criar uma comissão, sentar com o deputado. Uma pena de não poder estar continuando nos próximos quatro anos. Quem perde com isso é a categoria. Ressalto: quem perde com isso é a categoria. Assim como perde lá na Bahia, perde em vários Estados.

Eu sou um dos sobreviventes, mas vocês sabem por quê? É porque o deputado foi ruim no seu mandato? Não. É porque, estrategicamente, nos bastidores, fora feito o lançamento de inúmeros candidatos para dividir os votos dentro das instituições, fragilizando-nos, nos destruindo, nos colocando um para se gloriar contra o outro. E aí é igual no Mato Grosso: um tira 10 mil votos, outro tira 5 mil votos, outro tira 4.500, o outro tira 1.600, outro tira 8.900. Fragilizando-nos, colocando em prática a estratégia "destruir para dominar", Sun Tzu.

Portanto, meus amigos, aqui nós temos um governador militar. Se ele estiver ouvindo a minha fala, fazer uma contagem, recontagem até dez, deixar de lado a mágoa, a ira a respeito da vossa categoria. O Senhor Governador Coronel Marcos Rocha não será governador

eternamente. O senhor tem mais quatro anos para comandar esse Estado, mas o senhor vai deixar de ser governador um dia. Agora, o senhor jamais deixará de ser Coronel da Polícia Militar. Essa patente de coronel o senhor não vai deixar. Mas, de governador o senhor um dia vai deixar, e será colocado nas mesmas fileiras daqueles que esperam a valorização, a dignidade e o reconhecimento pelo trabalho que presta colocando em risco a sua vida para salvar, para proteger vidas alheias. Então, Governador, sabiamente olhar um pouco mais para vossa instituição no que tange à valorização. Certo momento que terminou, que findou ali a eleição no meu Estado, eu também tinha um sentimento de revolta, mas passados dias, eu compreendo o sistema. E eu sei que o sistema foi montado em todos os aspectos, para que eu pudesse ser retirado daquela Casa de Leis.

Vou virar as costas para a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso ou ao Corpo de Bombeiros ou a qualquer uma das outras coirmãs que ficaram órfãs? Não. Agora que eu vou me doar mais ainda a essas instituições, aos meus irmãos de farda, para que nós possamos, realmente, amanhã ou depois termos a valorização que tanto almejamos, que é a equiparação salarial, a isonomia entre as polícias; porque sabemos que cada um de nós temos os nossos valores de trabalho. Subtenente Gleyton disse claramente aqui, a respeito de como é hoje o valor salarial de um subtenente, os penduricalhos que outras entidades coirmãs recebem e nós não. Essa diferença tem que acabar. Nós precisamos ser tratados como polícia da mesma forma que é valorizada a Polícia Civil lá no Estado de Mato Grosso. E isso, este ano, já levei para o governador reeleito em uma visita que fizemos há menos de 30 dias, levando essas demandas e levando, tecnicamente, números que apontam que nós estamos em um momento de desvalorização nesses últimos quatro anos.

Portanto, senhoras e senhores, parabeno mais uma vez aqui o Deputado Jesuíno pela vossa postura. E não desanime, meu irmão. Continue firme lutando pelos direitos desses valorosos homens e valorosas mulheres que aqui estão e aqueles que não estão aqui. Mas, tenho certeza que neste momento estão nos acompanhando ao vivo. Porque sabemos e respeitamos a decisão de não estarem aqui neste momento.

Lá no Mato Grosso, Subtenente Gleyton, nós olhávamos a galeria, estava um assessor, estava o nosso líder comunitário do bairro tal, estava não-sei-quem. Nós sabemos fazer o jogo também. Porque quando estava a Corregedoria lá no meio, lá, como que fala, a Inteligência, eles ficavam caçando. Olhava, olhava, eles olhavam ali, eles olhavam para um por um que estava ali na galeria, tentando identificar. E viam a galeria cheia, mas não sabiam quem eram aqueles policiais.

Nós sabemos jogar também. Nós aprendemos. E é por isso que fomos um dos Estados onde os loucos que comandaram, que coordenaram os movimentos de lutas salariais, não foram presos. Eu e aquele louco que está ali, cochichando com o Coronel ali.

Então, senhoras e senhores, lá naquela oportunidade, saímos do 4º pior salário do Brasil para estarmos entre os 10 melhores salários. Não foi fácil. Quando acabou, não deu o valor que eu queria. O valor que nós queríamos era 50% do salário que um coronel ganha. Mas, nós tínhamos umas associações

“pelegos” naquele momento, que negociaram algumas coisas de interesses particulares, porque esse louco que vos fala saiu do meio da tropa lá e “chutou o pau da barraca”, porque não concordava com associações que ali representavam.

E nós conseguimos. Não conseguimos melhor porque eles se apoderaram do movimento, criaram outro nome, virou um “zetelo” lá e acabou virando o quê? Uma negociação que nós findamos em 38% o nosso salário. Eu fui voto vencido por três, de não aceitar aqueles 38%, e queríamos que fosse os 42, pelo menos, porque as informações que a Inteligência levava para lá, mas a inteligência também trazia para nós. As informações também chegavam para nós. Porque também membros lá de dentro também têm filhos, têm esposa e têm que ter dignidade.

Senhoras e senhores, eu quero aqui, neste momento, agradecer a cada um de vocês que aqui se fazem presentes. Dizer que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, policiais, bombeiros, têm uma gratidão muito grande pelo Deputado Jesuíno e o reconhecimento pela participação dele. Porque esse Projeto de Lei, que lá fora apresentado chegou em caráter de urgência urgentíssima, com dispensa de pauta.

Ele iria ser votado em um atropelo em uma única sessão. E eles sabiam que a agenda do Deputado Sargento Elizeu Nascimento estava para uma viagem no dia seguinte às 6 horas da manhã. E quando foi às 17:30 o projeto chegou para ser votado. Mas, veio a informação às 22 horas para mim, que o projeto havia chegado. E às 6 horas da manhã eu cancelei meu voo e fui para a Sessão. Oh, meu Deus do Céu, para o desprazer de alguns.

E tudo isso, senhoras e senhores, se resume porque temos representatividade. Porque se não tivéssemos, nem precisava do atropelo. Eles iriam cumprir do jeito deles. E ia aprovar. Ia aprovar que o policial militar, dependendo de algo que ele cometesse, ele perderia sua arma, perderia sua identidade, seria transferido para a última cidade do Estado de Mato Grosso. Olha, que barbaridade dentro de um Código de Ética. Não é Código de Ética, é código da mordada, da ditadura, e nós não permitimos que isso ocorresse.

Até aquele militar que tem um problema de saúde ou um problema jurídico, para ele ir à Assembleia falar com um deputado, pedir um apoio, tinha que pedir permissão lá no Comando para ele ir lá. Que barbaridade, o direito de ir e vir de um cidadão, em sua folga, só pelo fato de ele ser militar ele não teria o direito de procurar alguma ajuda. Um código da mordada em aspecto de retroceder naquilo que hoje nós buscamos lutar: por dignidade, por respeito e por valorização. Não permitimos.

Se vai voltar amanhã ou depois esse projeto, o ex-comandante-geral não está lá mais, foi eleito deputado federal, vai para Brasília. E é outro Comandante que tem uma mentalidade diferente lá hoje, que fala muito, em sua fala, a respeito de valorização. E assim esperamos, realmente, que seja colocado na prática quando nós estivermos ali lutando. Ou até mesmo junto com as coirmãs, que também estão no mesmo tratamento de desvalorização, estivermos muitas vezes e à frente de

um Palácio do Governo buscando os nossos direitos.

Senhoras e senhores, finalizo aqui a minha fala agradecendo a todos por me ouvirem, a todos aqui do dispositivo. Meu irmão de farda, Deputado Jesuino, Coronéis, praças, muito obrigado e que possamos continuar firmes em um propósito de lutar pelas nossas polícias em todos os Estados da nossa federação Brasil. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos nós.

O SR. JESUINO BOABAI (Presidente) – Obrigado, Deputado Elizeu. Só informando a todos os presentes que, excepcionalmente, hoje, nós teremos um coffee-break, um coquetel. Foi deferido à nossa pessoa, prestigiando a todos.

Eu ouvindo atentamente, eu sou muito prático. Essas Audiências, ao final, eu sempre coloquei em prática quais são os encaminhamentos. E aí eu vi a solicitação do Coronel França, da Tenente-Coronel Vanilce. Mas, Deputado Elizeu, você é um sobrevivente.

Infelizmente, aqui no Estado de Rondônia eu tenho um governo que promete vir com a “faca na caveira”, rasgar de cima a baixo os traidores, eu tenho uma Assembleia — e aqui nada contra os deputados, tenho muita amizade com o Deputado Ezequiel Neiva, que o único sobrevivente também, que é militar Sargento da reserva e já está no seu segundo mandato —, mas o Deputado Sargento Ezequiel é da base do governo. O Governo do Estado de Rondônia nadou de braçada três anos e oito meses.

Quando eu falo “nadar de braçada” é que não tinha nenhuma oposição. Para quem está acompanhando aqui aos trabalhos da Assembleia Legislativa, está observando que o Deputado Jesuino não é fácil de lidar. Chega projeto aqui, eu vou ver, olhar por olhar, vou pedir informação, e começa aí o transtorno. Não confio. Com todas as vênias ao Coronel França, meu amigo particular aqui também, muito respeito, no governo que fica, à Assembleia que virá, porque “Ah, deputado, o senhor é o primeiro suplente de três deputados.” Primeiro suplente, e aí? O que tem a ver esse “primeiro suplente”? Suplente é suplente. Não sou deputado.

A ANASPRA, Sargento Laudicério, não é uma crítica - eu sei que o senhor está assumindo, que o Presidente é Subtenente Eder - eu espero que a ANASPRA junte os cacos, junte, realmente, analisar o que aconteceu para tentar fortalecer. Fortalecer a representatividade política.

Não adianta, aqui, nós temos duas questões a se enfrentar: eu deixo esse projeto e volta para as corporações - e eu sei que vai acontecer. Eu não sei se é o Coronel Padilha que vai continuar ou o Coronel Herton. Mas, eu duvido, na existência da ASSFAPON, que são mais de 13 anos, nunca, jamais fomos ouvidos. Pelo contrário, perseguidos ao ponto de eu até perder minha condição de policial militar da Reserva Remunerada. Hoje, eu não tenho uma remuneração,

Recentemente o Tribunal de Contas caçou essa remuneração minha. Perseguição. Tem inquérito lá no Tribunal de Justiça porque eu estou com foro de prerrogativa por conta de uma crítica com um Presidente de uma associação. Está lá, guardada. Já teve até o parecer pelo arquivamento.

Não confio nesse governo, porque quem comanda é o Junior Gonçalves, quem governa é Junior

Gonçalves. E quem fala alto: Junior Gonçalves. É ele está com raivinha. ele está todo magoadinho. Tem um vídeo dele falando, que vai chamando os outros de rato e todo o tipo de coisa. Eu não vou, não vou aceitar esse pedido. Já digo ao Coronel Henrique, ao qual também tenho muito respeito ao Coronel Vital, se esse Código de Ética não for aprovado esse ano todas as ações de governo serão sobrestadas.

Tem um tal de “chuveirão” que eles estão doidos para aprovar esse projeto. Já vou falar com o Deputado Redano: ou ele aprova esse Código de Ética, rápido - eu acho bom vocês trazer essas informações para mim, Coronel, rápido -, porque senão eu vou pegar o melhor Código de Ética que tiver no Brasil é vou patrolar aqui e vou avançar. Vou deixar o de Minas e no próximo ano subsequente a gente vê o que dá e já é outro governo. Porque eu não, eu não terminei.

Quando a gente sai do mandato, a gente tem duas opções: ir para um enfrentamento agressivo, que é o movimento paredista - isso eu descarto. Até então com esse governo do PT a gente foi anistiado quatro vezes. Então, a gente pode até fazer um movimento parar a BR, quem sabe o Lula pode dar anistia se eu fechar o portão. Mas, isso eu descarto. Ou a gente dormia aqui nessa galeria, ficar perturbando os deputados, incomodando - que eu acho difícil vir, como o senhor falou -, aí fica o gato pingado: 5.600 homens, 700 bombeiros e sabe quantos participam do movimento paredista ou grevista, ou qualquer coisa que seja? Trezentos, 200, para amanhã ou depois todo mundo ser beneficiado. Todo mundo.

Isso eu carrego, às vezes. “Jesuino, você não se arrepende?” Eu fui ouvido na Auditoria Militar por algumas vezes. “O senhor se arrepende?” Não. “Voltaria a fazer?” Não sei. Não sei. Mas, é verdade, não sei porque eu sou muito assim: uma hora eu estou, daqui a pouco “bum”. Parece que eu sou... Mas, eu fico revoltado com umas certas situações que acontecem. “Mas, Jesuino, ...”

Sabia que eu sou feliz, deputado, eu quero confessar para vocês todos, eu já falei, eu sou feliz, eu estou feliz desde o dia que tiveram essas eleições, dia 2 de outubro. Diferente da que ocorreu em 2018, que eu carregava 9.111 votos, a maior articulação, a maior covardia que ocorreu naquela época: transferiram militares para tudo que é lado e, por conta de 300 votos, nós ficamos fora. E aquilo eu carreguei até o último dia, eu falei “Meu Deus, é muita covardia.” Trabalhei incansavelmente. O deputado que mais executou Emendas, mais de R\$ 7 milhões. Não tem um deputado nesse Poder Legislativo, desde da 1ª Legislatura, a atuar como nós atuamos na defesa de uma instituição. Uma não, que eu chamo uma, mas é a Polícia e o Bombeiro Militar. Ainda vai ter, ainda vai ter.

Um dia eu fiz um desafio para um deputado, que está aqui nessa legislatura: “Se o senhor fizer 30% do que nós fizemos, eu não me candidato a mais nada.” Ele não fez nem 10%, nem 10%. Então, não é assim. E esse cenário que ocorreu em 2022, um monte de candidatos sem expressão, todo o tipo de coisa, 40 mil votos. Nós tivemos 40 mil votos somados ou mais entre candidatos. Trezentos e um, não sei quanto de outro. Como você falou, vou até usar essa sua frase agora, eu falava “dividir para conquistar”, aqui não, é... Como é que você falou? “Dividir para dominar”, essa eu vou usar agora.

Sun Tzu. É que é divisão. É uma divisão. "Ah, Jesuino..."

Minha vida eu toco na frente ASSFAPON e já disse aos meus associados, pode ter certeza que vou lutar com a "faca na caveira." Associados. E não vou mais a "Ah, Jesuino...". A Polícia e os Bombeiros Militares têm seus representantes ou aqueles que optaram. "Ah, essa palavra é forte." Forte. Política é transitória. Eu já deixei meu legado aqui nesse Poder Legislativo. Não é qualquer um que vai alcançar essa cadeira em que você senta em Mato Grosso e eu aqui. Não é. Poucos chegarão. Mas, eu carrego com muito orgulho.

E todas as vezes que me foi confiado, eu fiz com muita responsabilidade, com isenção de caçar. Me falavam "o Jesuino vai ser um caçador de oficial." Nunca cacei nenhum oficial. Nunca. Chamei aqui uma vez, convoquei um Major porque me impediu de ir lá no complexo de correção. Ele imaginava que seria dessa forma. Foi quando a gente convocou, ele sentou na nossa frente e a coisa parece que caminhou. Ele pediu por socorro até no MP (Ministério Público). "Rapaz, vai que é melhor. Vai que é melhor, que o negócio é o deputado."

Então, Coronel Henrique, eu vi que o senhor tem muitos apontamentos. Inclusive, olha as decisões. Por que não colocar as esferas de recursos Secretário de Segurança? Eu concordo. Tem que colocar o Secretário de Segurança.

Eu fiz alguns apontamentos aqui. Exemplo, são vários, vários, vários. Sobre a prescrição, sobre a suspensão condicional, sobre a transação. Eu bem imaginava que estava aqui. Tem muita coisa que tem que ser assentado. Mas, o que me deixa preocupado é que é um governo que entra, que nós não temos a segurança de que o próximo Código de Ética terá participação das associações, terá, realmente, um debate sério? E que o Código de Ética que possa aportar nessa Casa tenha as condições de estar uma pessoa à frente com responsabilidade, com dedicação e com conhecimento, que é tudo?

Eu não vou aqui falar mal do Deputado Ismael Crispin. Dois artigos, ele tenta alterar aqui. Dois artigos. Se eu fosse apontar aqui, ia fazer um arregaço aqui dentro aqui. E vou fazer.

Então, vamos fazer logo os encaminhamentos. Nós estamos no dia 18. Faltam 12 dias para o final do mês de novembro. Nós temos 15 dias ainda do mês de dezembro. Então, Coronel Henrique, Coronel França, a todos, eu vou conversar com o Presidente Redano, mas vou encaminhar de forma regimental já, um pedido de informação para sobrestar esse pedido aqui. Esse processo vai ficar parado.

Peço à Casa Civil que está nos ouvindo, que está aí, em vosso nome Tenente Coronel Henrique, não retire esse projeto de tramitação. Porque se retirar esse projeto de tramitação, chegar uma mensagem para mim, para o meu dessabor, não tem Presidente Redano, não tem até minha saudosa mãe — que tanto a amo também, que é minha avó e minha mãe —, eu não retiro. Não vai passar nada, Coronel. Nada. Nada. Nem guarda-chuva, nem chuveirinho, nem nada. Nem se me pedir "pelo amor de Deus, tem um orçamento". Nada. Então, não venha desafiar esta Casa. Não venha. Ainda mais esse que vos fala. Eu sei como lidar, tanto politicamente com as questões que um deputado sabe fazer.

Eu vou buscar aprovar um Código de Ética dentro desta Casa que atenda a todos, que não deixa insegurança para questão e disciplina porque a nossa tropa — que fique o registro —, ficou quase dois anos, Deputado Elizeu, sem Código. Ficou suspenso. Você não vê militar, seja bombeiro ou PM praticando transgressão da disciplina. Você não vê. É uma tropa disciplinada, é uma tropa honesta. Entendeu?

Outra coisa, colocar o reformado, a Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal é taxativa. Se tiver lei, lei, que condicione reformado, a questão dos inativos, aí sim, aplicar-se-á ao dispositivo do Código. E eu comungo com a ideia do Coronel França. O que o inativo e o reformado vão trazer de indisciplina para, no caso, para a caserna, para a polícia e bombeiro militar? O cara está afastado, a maioria vai embora e morre cedo. Só ontem nós perdemos dois irmãos de farda. Dois. A maioria aqui morre com 57. Não sei qual é sua média de vida lá não. Se passar de 65 pode aplaudir. Eu fico, Meu Deus do Céu, 65 anos é um número razoável. Pode pegar aí, a maioria da tropa morre novo aqui.

Analgesia, até hoje eu não esqueço a fala do Tenente-Coronel, na época, agora Coronel Jardel. Que é o disparo de adrenalina, que quem trabalha na rua sabe como é. Uma hora está aqui parado, daqui a pouco ocorrência de roubo em andamento. O cara já vai, é o motorista se matando na rua, você já chega "atira ou atira". Desce de novo, sobe de novo. Meu irmão, você morre cedinho, cedinho, cedinho. É igual eu tenho. Eu acho que essa analgesia na minha cabeça aqui é toda hora. Uma hora eu estou bem, daqui a pouco explode. Ainda mais nessas Sessões que ocorrem aqui dentro. Então, não parou.

Vou pedir para vocês, Coronel, dois pedidos. O primeiro: vamos sentar rápido para discutir esse Código de Ética. Se não sentar comigo eu vou aprovar. Patrôlar, a palavra correta. Eu vou aprovar isso aqui e acabou. Eu já digo bem à vontade para vocês, vai ser da forma mais decente, coerente, dentro daqui que eu respeito e vivencio dentro da Polícia e eu conheço a coirmã, o Bombeiro.

Eu conheço muito bem porque é a mesma. Se bem que o Bombeiro quer ser apartado agora. Está criando lei... Já falei para o Comandante-Geral, Nivaldo: daqui a pouco vão colocar um Código de Ética somente para os bombeiros, uma lei de promoção... Aí, sim! Aqui, Elizeu, se é isso até a oportunidade, aqui, rapidamente, criaram em lei o bombeiro temporário. Eu falei que iria "matar" o bombeiro. Exterminar. Porque eu duvido que o gestor vá fazer, ao longo dos oito anos, concurso para os permanentes, de carreira. Vai nada! De 720, vai caindo, caindo, caindo, daqui a pouco ficam 100 bombeiros. O restante é tudo... Eu fui contra. Eu sou contra. Inclusive, eu vou em outro Estado conhecer. Quero olhar, conversar com os comandantes dessas unidades, porque são poucos, como estão os bombeiros hoje? Os ativos, os efetivos e os temporários. E daqui a pouco, é um passo para a PM.

Daqui a pouco estão querendo colocar em Rondônia PM Temporário. Aí, meu irmão, pode fechar as portas. Pode fechar as portas e quando o Temporário sair, já vai lá para a facção preparado para atuar na gestão.

O SR. LAUDICÉRIO MACHADO - Indico o Subtenente

Gleyton, representando a ANASPRA, para contribuir nesse ínterim, rápido, aí.

O SR. JESUINO BOABAID (Presidente) - Eu agradeço a sugestão do Sargento Laudicério. Não, aqui, vai ser, parece, a toque de caixa. Quando chega um projeto do interesse do governo, eu "patrolo" na mesma hora. Em 10 minutos, o deputado já coloca na mesa, não sei se é assim, lá; mas aqui é assim. "Bora, bora, pelo amor de Deus, tem que aprovar isso" Aí, quando não estava, passava... Passou! Aí todo mundo: "Ei!". Acabou. E quando publica lá no Diário Oficial, "Minha Nossa Senhora, acabou com a vida da gente!" É desse jeito! Então, eu vou fazer essa sugestão.

Coloquem na Ata, por favor, as sugestões apontadas, monta um encaminhamento. Eu vou manter o projeto aqui, solicitar que seja mantido o projeto aqui; que a Sesdec informe também que a gente vai expedir um Ofício, seja oficializado à Casa Civil, ao Governo do Estado de Rondônia, o Governo Marcos Rocha, que não retire esse projeto de pauta, ou seja, de tramitação, e que, no máximo, no máximo, a última Sessão de novembro é dia 30, não é? E aí, eu preciso da data da primeira Sessão que tiver ali, no máximo, a segunda, do mês de dezembro. Quando vai ser? Já vou botar prazo para pautar e para aprovar esse projeto. Em 6 de dezembro. A data marcada. (Deus queira que eu esteja vivo também). Eu vou embaralhar o xadrez aqui. Tem um pedido para Audiência Pública para o dia 2 de dezembro, já. Então, já imagino o que vai acontecer, não é?

Então, eu agradeço a todos. Eu não vou precisar fazer esse encaminhamento aqui, até porque é exaustivo. Eu peço que o Corregedor, a Polícia Militar encaminhe a sua sugestão, a gente vai, sim, discutir, assim como foi na proteção social, que muitas "fem" (policiais femininas) duvidavam que a gente aprovaria aquela alteração legislativa que iria prejudicar na Lei 5.245, e nós aprovamos. E a Lei 5.435 acobertou o direito de as policiais femininas serem respeitadas com uma diferença de 5 anos de contribuição e de ida para a inatividade.

Então, a gente tem que aproveitar essa oportunidade que Deus nos deu de estar aqui novamente nesse curto período. Curto período que foi aqui, em que eu deixo um legado. E com muita tranquilidade, saio com a cabeça erguida e espero em Deus que, nos anos que virão, possa haver melhoras para a nossa Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

Eu vou terminar. Agradecer aos taquígrafos, a todos os serventuários desta Casa, a todos que estão nos acompanhando pela internet, no YouTube e pela TV Assembleia.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradeço a presença dos componentes da Mesa, agradeço a presença de todos por essa ilustre solenidade e declaro encerrada a presente Audiência Pública e convido a todos para um coquetel. Obrigado a todos. Fiquem com Deus.
Está encerrada a Audiência Pública.

(Audiência Pública encerrada às 12 horas e 27 minutos)

16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: Apresentação do Painel de Referência da
Matriz de Planejamento da Auditoria Operacional sobre
Educação Inclusiva no Estado.

EM: 21.11.2022

INÍCIO: 15h41min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. Chamo-me Jamilton, sou alto, pele morena, Mestre de Cerimônias desta Audiência Pública. A Assembleia Legislativa, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para apresentação das conclusões da Auditoria na Educação Especial sob a perspectiva da educação inclusiva no Estado de Rondônia pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube, pela Rádio Assembleia e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual William Pimentel.

Excelentíssimo Senhor Dr. Paulo Curi Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Excelentíssima Senhora Ana Lúcia da Silva Silvino Pacini, Secretária de Estado de Educação – Seduc.

Excelentíssimo Senhor Dr. Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público do Estado de Rondônia.

Excelentíssimo Senhor Dr. Pétersen Henrique Nascimento, Presidente da Comissão Especial de Defesa das Pessoas com Deficiência da OAB/RO.

Excelentíssima Senhora Adir Josefa de Oliveira, Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP.

Excelentíssima Senhora Marilene Rodrigues da Silva, Secretária Municipal de Educação de Pimenta Bueno, representando a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Neste momento, sua excelência, o Deputado Estadual Cirone Deiró procederá à abertura desta solenidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para apresentação das conclusões da Auditoria na Educação Especial sob a perspectiva da educação inclusiva no Estado de Rondônia pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

O SR. JAMILTON DA SILVA COSTA (Mestre de Cerimônias) -Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia". (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis das autoridades presentes.

Senhores Vereadores Amilton Souza, Presidente da Câmara Municipal de Pimenteiras; e Luiz Carlos, Vereador de Pimenteiras;

Senhor Vereador Jefferson Eduardo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste;

Excelentíssimo Senhor Cícero Godoi, Prefeito Municipal de Castanheiras;

Senhora Sirleia Araújo, Diretora da Escola Bilíngue de Porto Velho;

Senhora Nilza Maria, Presidente da Associação de Pais e Amigos de Autistas de Rondônia;

Senhora Tamara Kasper, Gerente de Educação Básica da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) - Porto Velho;

Excelentíssimo Senhor Aldair Júlio Pereira, Prefeito Municipal de Rolim de Moura;

Senhores Vereadores Indiomarcio Pedroso, Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste; Juniomar Melo, Vereador de Alta Floresta D'Oeste;

Senhora Maria Aparecida Ferrari, Secretária Municipal de Educação de Castanheiras;

Senhor Jorge Augusto, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste;

Danilo Ramos, representando a Associação de Surdos de Porto Velho;

Vereador Rafael da Silva Souza, Presidente da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste;

Senhor Valdemir Lucas, Diretor do Centro de Autismo de Cacoal;

Vereador Vilson Preve Peixer, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Vereadora Marlene Costa, Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis;

Senhor Gildeon Alves da Cruz, Secretário Municipal de Educação de Cacoal;

Vereador Izaias Jovino, Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis;

Senhora Kétilla Batista, chefe de Educação Especial da SEMED;

Vereador Jacó de Andrade, Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Vereador Daniel de Souza Lopes, Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste;

Senhora Belizia Queiroz Vieira, Chefe de Gabinete, representando a SEDEC/RO (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico);

Dra. Juliana Volpi, advogada, representando a Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia;

Excelentíssima Senhora Defensora Pública Flávia Albaine, professora, mestre e pesquisadora;

Senhora Vereadora Mineia da Silva, Câmara

Municipal de Itapuã do Oeste;

Senhoras Vanuza Calixto e Zaina Sabina, representando o Movimento Mães Coragem;

Senhora Juliane Rezende, Diretora de Departamento de Políticas Educacionais, representando a SEMED, Porto Velho;

Senhor Agenor Fernandes, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação;

Professora Claudete Neves, Diretora de Inclusão e Diversidade do IFRO (Instituto Federal de Rondônia);

Senhor Reginaldo de Lima, Secretário Municipal de Machadinho D'Oeste, representando a Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste;

Senhor Flávio Mendes, Chefe de Núcleo de Educação da SEJUS/RO (Secretaria de Estado da Justiça);

Coronel da PM Valnice Almeida, representando a Secretaria de Segurança Pública, SESDEC/RO (Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania);

Senhor Márcio Magalhães, Secretário Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé;

Vereador Toinho da Bateria, Câmara Municipal do Vale do Anari;

Vereador Manoel Gomes, Câmara Municipal do Vale do Anari;

Senhor Oriel Klamerick, Secretário Municipal de Educação do Vale do Anari;

Senhor Dr. Flávio Rychecki Hecktheuer, Presidente da Mantenedora da Faculdade Católica de Rondônia;

Professora Dra. Marcia Abib Hecktheuer, Reitora da Faculdade Católica de Rondônia;

Senhora Ceiza Pinheiro, Secretária de Educação do Município de Candeias do Jamari;

Vereadores do município de Costa Marques, senhores Elizeu Biazini, Merinalda de Oliveira Rodrigues, Lucineia Porto — a Professora Lu —, Algemiro da Silva, também professor.

Senhor Professor Pedro Abib Hecktheuer, Diretor da Faculdade Católica do Estado de Rondônia;

Professora Irany Oliveira Lima Moraes, Diretora-Geral de Educação da SEDUC/RO;

Senhora Angélica de Souza Peralta, representando a Secretaria Municipal de Educação de Chupinguaia;

Senhora Iaane Aparecida da Graça Cordeiro, Secretária Municipal de Machadinho D'Oeste.

Tenente PM Garibaldi, Diretor Adjunto do Colégio Tiradentes, Unidade VII;

Excelentíssimo Senhor Cláudio Roberto de Oliveira, Secretário Municipal de Educação de Seringueiras;

Senhora Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária Municipal de Educação de Ariquemes;

Senhora Rute Alves da Silva Carvalho, Secretária Municipal de Educação de Itapuã do Oeste;

Senhor Sabiá, Assistente Social do Colégio Estadual Carmela Dutra;

Senhor Alexandre Almeida, representante do

IPEM — Instituto de Pesos e Medidas;

Senhor Ronaldo Frigo dos Anjos, Secretário Municipal de Saúde de Castanheiras.

Excelentíssimo Senhor Denivaldo Mendonça, Vereador da Câmara Municipal de Monte Negro;

Senhor Francisco Régis Ximenes de Almeida, Secretário Adjunto de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

Senhor Antônio Carlos Bossani, Presidente da APAE;

Coronel do Corpo de Bombeiro Gilvander Gregório de Lima, Diretor-Geral da Agevisa.

Antes de passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, gostaria de pedir aos que vão fazer uso da palavra para fazer sua audiodescrição.

Passo a palavra ao Deputado Cirone Deiró para conduzir, a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado. Antes de fazer o cumprimento, quero fazer minha audiodescrição. Nós temos pessoas com deficiência visual participando aqui conosco. Sou uma pessoa de cor branca. Poucos cabelos. Estou usando a camisa branca, terno azul, gravata azul e com botão de deputado estadual.

Quero desejar uma boa tarde a todos vocês. Extremamente feliz com mais uma Audiência que nós estamos realizando aqui na Casa de Leis, na Assembleia Legislativa. Agradecer a todos vocês do plenário, as famílias que estão aqui, os alunos, pesquisadores, doutores, as pessoas que estão engajadas nessa causa. Vários rostos conhecidos aqui. Só do Tribunal de Contas, fora as que eu fiz pela Assembleia Legislativa é a 3ª audiência que nós fazemos. Para nós é um motivo de satisfação, de alegria e, acima de tudo, de compromisso com o povo rondoniense.

Quero deixar nossa saudação especial a todas as pessoas que estão nos acompanhando de forma on-line e remota. Nós tivemos muitas pessoas que gostariam de estar aqui conosco nessa tarde, mas que justificaram devido aos fechamentos, aos bloqueios existentes na BR. Às vezes abre, às vezes fecham e muitas dessas mães têm as suas crianças que são deficientes e ficaram temerosos de ficarem fechadas em um bloqueio. Então, fica aqui a nossa saudação especial a vocês. Aqueles que quiserem ter uso da palavra, ao final nós temos um link que você pode se inscrever e pode fazer uso da palavra ou pode acompanhar pela TV Assembleia, juntamente aos nossos canais do YouTube, do Facebook, do Instagram, que está sendo transmitido ao vivo.

Quero fazer os cumprimentos às pessoas que estão comigo à Mesa. Cumprimentar o Excelentíssimo Deputado Estadual — meu colega de Parlamento que tem contribuído muito aqui nessa Casa —, Deputado Pimentel, que está aqui há pouco tempo, mas tem trazido para nós um vasto conhecimento. Foi Secretário de Saúde, já ocupou várias pastas no serviço público e tem contribuído com o nosso mandato. Obrigado, Deputado Pimentel, pelo prestígio de estar aqui nessa

tarde conosco. Eu sei da sua defesa em favor do povo rondoniense. E fico aqui feliz e honrado de tê-lo aqui juntamente comigo.

Cumprimentar o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi. Em seu nome, Dr. Paulo Curi, em nome da Vanessa, do Bruno, cumprimentar todos os servidores, todos os auditores do Tribunal de Contas. É a minha felicidade, ter vocês como parceiros nessa auditoria que foi feita dentro do Estado de Rondônia. Tenho toda certeza de que a contribuição será de grande valia aqui para todos nós, principalmente para a nossa gente.

Cumprimentar a minha amiga, Secretária de Educação, Ana Lúcia Pacini. Tenho um grande apreço, uma grande amizade e sei do trabalho que a senhora tem feito ali, frente à Secretaria, juntamente com Irany, juntamente com a Heluizia, que está sempre aqui conosco. Obrigado pela presença de vocês. Em nome de vocês três, cumprimentar a todos os servidores da Educação, todos os coordenadores, professores, profissionais de apoio que são de suma importância. E será a Secretaria, das propostas que teremos aqui, com um cunho de grande responsabilidade, de nós ajudarmos a implementar aqui as sugestões dessa grande auditoria que foi feita dentro do Estado de Rondônia.

Cumprimentar o Eduardo, que está aqui conosco, Defensor Público, representando aqui o Presidente Dr. Hans; está aqui, também, a Dra. Flávia, que sempre está conosco debatendo e defendendo, aqui dentro do Estado de Rondônia, as pessoas com deficiência. Obrigado, Doutora; obrigado Dr. Eduardo. Levem o nosso fraterno abraço ao Dr. Hans.

Cumprimentar o Dr. Pétersson, que está sempre conosco nessas Audiências, tem trazido sugestões, ideias e leva o nosso abraço ao Presidente Dr. Márcio, Presidente da OAB. A OAB tem despertado nos municípios, nas seccionais do município, inclusive na nossa cidade de Cacoal, criado o setor para ajudar na defesa das pessoas com deficiência.

Senhora Adir, professora Adir, que é Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, contribuindo conosco nesta Audiência, para que possamos estar avançando. E professora Marcilene, que está representando aqui a UNDIME, a classe que representa todos os Secretários Municipais de Educação de Rondônia. Então, Marcilene é da prefeitura do Município de Pimenta Bueno, da Secretaria de Educação de Pimenta Bueno, representando todos os Secretários, aos quais eu quero deixar meu cumprimento especial a cada um de vocês. De suma importância essa participação da Secretaria de Estado da Educação, mas também das Secretarias Municipais. A nossa base começa lá, com vocês. Então, esse engajamento feito pelos Secretários Municipais, juntamente com o Secretário de Estado, o envolvimento do Tribunal de Contas, do grupo de governança aqui dentro do Estado de Rondônia, que foi uma criação daqui de Rondônia e vários Estados já copiaram esse modelo, com a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado,

com certeza, nós vamos proporcionar dias melhores às famílias do Estado de Rondônia.

Eu não poderia deixar de cumprimentar, também a todos os Secretários em nome do Gildeon, que é lá da cidade de Cacoal, é o Secretário de Educação Municipal. Cumprimentar a todos vocês. O Valdemir, que é o Diretor do Centro Especializado de Autismo, lá da cidade de Vilhena, foi inaugurada há poucos dias; ficou um belíssimo centro lá, Dr. Curi. E que isso seja referência, também, para os demais municípios que ainda não têm esse fortalecimento.

Em 2019, eu fui procurado por um grupo de mães trazendo para mim a pauta das pessoas com deficiência no Estado. Então, foi o grupo das Mães Coragem, que está aqui representado. Na época, Flaviana, juntamente com algumas mães, e isso me contagiou de uma forma muito legal. Ouvir essas mães, ouvir as suas necessidades, de fazer com que tanto eu, como a nossa equipe tivéssemos um engajamento nesta causa. Então, em nome das Mães Coragem, cumprimentar as APAEs, que é o terceiro setor que faz um belíssimo trabalho dentro do Estado de Rondônia; CERNIC (Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal); CER (Centro Educacional de Rolim de Moura) em Rolim de Moura; CENAPE (Centro de Atendimento às Pessoas Especiais), em Pimenta Bueno. Todo o terceiro setor envolvido na causa.

Nós precisamos, sim, dar as mãos, para que a gente possa crescer, para que a gente possa fazer com que o rondoniense possa ter qualidade de vida. Não adianta nós fazermos pontes, não adianta nós fazermos asfalto, não adianta fazer prédios se nós não pensarmos nas pessoas. Eu sempre tenho dito isto nas reuniões e vou continuar repetindo: nós somos feitos de pessoas. Não adianta cidade sem movimento, gente pedalando, andando, criança correndo, as praças cheias de gente, porque nós somos feitos de pessoas. O que nos move são as pessoas. Então, o intuito é fazer com que essas pessoas tenham qualidade de vida e nós estamos aí com uma pauta super importante.

Cumprimentar aqui e agradecer de forma especial, ao Prefeito de Castanheiras. Nós temos dois prefeitos aqui conosco, se tiver mais algum, por gentileza se identifique. Nós temos aqui o Prefeito Cícero Godoi, ali do Município de Castanheiras; e o meu amigo pessoal, Aldo Julio, lá de Rolim de Moura, que me ajudou e tem sido um grande parceiro. Temos colocado recursos em Rolim de Moura, vamos continuar contribuindo com os municípios do Estado de Rondônia. Obrigado a você, obrigado ao Cícero, e, em nome de vocês dois cumprimentar os demais 50 prefeitos aqui do Estado de Rondônia.

Vou fazer aqui uma breve leitura do que este momento representa para mim, para cada um de vocês, para a nossa equipe, para o nosso Estado de Rondônia, e, logo após, nós vamos ouvir aqui a palavra do meu colega Deputado Pimentel.

A nossa Secretária tem um compromisso mais tarde. Então eu gostaria que logo depois de mim

a Secretária falasse. E aí vou passar a palavra ao Dr. Paulo Curi para ele fazer suas considerações e fazer a apresentação daquilo que foi feito na auditoria aqui no Estado de Rondônia. E pedir a colaboração dos colegas que estão à Mesa para nós fazermos a fala ao final, depois dessa apresentação, para que possamos, juntos, contribuir com aquilo que foi apresentado, se assim concordarem.

Com a apresentação do resultado da auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas na data de hoje, 21 de novembro de 2022, concluímos a primeira etapa do trabalho que iniciamos em 2019. Ainda me recordo que logo no início do meu mandato, fui procurado pelas mães que relataram os sérios problemas que enfrentavam por falta de vagas dos filhos com deficiência nas escolas.

Desde o início assumi o compromisso de fazer a interlocução com a Secretaria de Estado da Educação em busca de solução para esse grave problema. Depois de manter algumas reuniões com o titular da Seduc, em 27 de maio de 2019, realizamos aqui nesta Casa de Leis a primeira Audiência Pública para conhecer a atuação da Seduc na área da educação inclusiva.

Constatamos que as informações eram desencontradas e que não existia uma política pública clara para a inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula. Seguimos dialogando com o governo, como forma de solucionar o problema, apresentei proposta para a contratação e capacitação de cuidadores e mediadores pedagógicos para atender os alunos com deficiência.

Em 2020, fomos surpreendidos com as restrições impostas pela pandemia da covid. Nesse período, acompanhei a aflição das mães, pais e familiares que tiveram a rotina dos seus filhos alterada em razão do isolamento social e da consequente suspensão dos poucos serviços de atendimento aos filhos com deficiência.

De tanto ver as mães andando de um lado para o outro em busca de atendimento para seus filhos, apresentei ao governo proposta para criação da Secretaria ou superintendência da pessoa com deficiência. Essa é uma necessidade urgente. Precisamos centralizar todas as demandas das pessoas com deficiência em um único órgão governamental.

Recentemente conheci a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência em São Paulo e constatei os avanços que a implantação da Secretaria trouxe para a causa das pessoas com deficiência. Nesse sentido, estou mantendo entendimento com o Governador Coronel Marcos Rocha para que seja criada a Secretaria da Pessoa com Deficiência em Rondônia.

Já em relação à inclusão educacional dos alunos com deficiência, diante dos poucos avanços em relação ao atendimento educacional, em 2021, solicitei ao Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Paulo Curi, a realização de auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva. Prontamente a solicitação foi

atendida e priorizada no plano de trabalho do TCE para 2022.

Em 16 de março de 2022, reunimos mães e especialistas da área nesta Casa de Leis para que apresentassem aos auditores do Tribunal de Contas as dificuldades vivenciadas pelos alunos com deficiência. Começou ali um trabalho minucioso e de muita dedicação dos auditores do Tribunal de Contas.

Em 24 de junho de 2022, realizamos mais uma Audiência para que os auditores do Tribunal de Contas de Rondônia, sob a coordenação da auditora Vanessa Valente, apresentassem o planejamento da auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva.

E hoje, 21 de novembro, estamos reunidos aqui para conhecermos a conclusão desse trabalho que vai nortear a implantação da política pública de inclusão educacional em nosso Estado. Esse é um momento histórico, porque superamos a fase de que as mães e familiares reivindicavam e não tinham respostas para suas reivindicações. A partir de hoje, vamos ter informações estratégicas para colocarmos em prática a educação inclusiva em Rondônia.

Reconheço que a apresentação do relatório da auditoria operacional não resolverá os problemas que os alunos com deficiência enfrentam pela falta dos cuidadores, mediadores e profissionais capacitados para recebê-los em sala de aula. Mas, a partir desse documento entregue pelo Tribunal de Contas teremos informações substanciais para avançarmos na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva.

Com a apresentação do relatório da auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva, o Tribunal de Contas de Rondônia entrega à sociedade e aos Poderes contribuição histórica para a implantação da política de inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional.

Concluo dizendo que é importante salientar que os direitos são conquistados e nunca concedidos. Me dirijo às mães e aos familiares, especialmente àquelas que me trouxeram essa reivindicação. Foi a angústia, o inconformismo e o choro de vocês, sempre acompanhado de muita disposição de lutar pelos direitos dos seus filhos frequentarem uma sala de aula que possibilitou que chegássemos até aqui.

Essa luta não se encerra hoje, pelo contrário, iniciamos um novo capítulo nessa caminhada, em busca do direito dos alunos com deficiência.

Acredito que a partir desta auditoria Operacional, abrem-se novas perspectivas na defesa das pessoas com deficiência em Rondônia. Estamos juntos para acompanhar a efetivação da política educacional em nosso Estado e os demais direitos que as pessoas com deficiência ainda têm que buscar diariamente. Que Deus nos abençoe nessa caminhada.

Então, quero aqui agradecer ao Presidente Paulo Curi mais uma vez, por ter acatado essa demanda que levamos até o GAEPE (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política a Educação em Rondônia)

à época. Agradecer aqui os membros dessa comissão, que fez esta auditoria dentro do Estado de Rondônia, através do Supervisor Bruno Piana; a Coordenadora Vanessa Valente; o membro Leonardo Monteiro e a Maria Gleidivana de Albuquerque. A vocês, a nossa gratidão pelo trabalho executado dentro do Estado de Rondônia.

E, antes de passar a palavra ao Ilustríssimo Senhor Deputado Pimentel, eu quero aqui agradecer a Dra. Tércia Brasil, que está aqui conosco também. Encontrei ela no voo e sempre tem contribuído aqui conosco. Já citei aqui o nome da Flávia, da Flaviana, as pessoas que realmente têm contribuído.

Agradecer a Ana Pacini – para mim, foi um diferencial tê-la como Secretária da Seduc. Nós percebemos o quanto essa Secretaria se tornou humanizada depois da sua entrada como Secretária.

Heluízia Mundim vem fazendo um trabalho ao longo dos anos, mas é uma andorinha, que precisa que essa andorinha se torne, ganhe corpo, para a gente poder avançar.

Vai ser apresentado o diagnóstico, não é? Vai ser apresentada a auditoria aqui, mas nós sabemos que não é só falar da educação inclusiva. Nós temos vários fatores que precisam acontecer para que isso seja verdadeiramente aplicado dentro do Estado. Desde instalação; de profissionais, nós vamos deixar que nossos auditores apresentem.

Então, Ana, queria fazer esse registro da minha felicidade de tê-la como Secretária, juntamente com a sua equipe frente à Seduc. E quero que você sempre conte comigo, com o meu mandato, para que possamos, se necessário for, remanejar recursos; se necessário for, fazer discussões com o governo, para que nós possamos cuidar dessas famílias aqui no Estado de Rondônia. Minha gratidão a você.

Quero aqui, passar a palavra ao Excelentíssimo Deputado Pimentel, para fazer uso da palavra. O senhor fique à vontade de usar a tribuna ou pode falar aqui mesmo da bancada, mas que tem o direito de fala para contribuir conosco nessa grande Audiência.

O SR. PIMENTEL - Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Boa tarde ao Deputado Cirone por essa iniciativa de um homem sensível, um homem de família e um homem trazendo à baila, uma discussão de uma política pública que há muito tempo já deveria ter sido institucionalizada no Estado de Rondônia, copiando outros centros do país, que já está avançada, já está implantada.

Quero agradecer também e homenagear o Dr. Paulo Curi, como Presidente do Tribunal de Contas, esse porto-velhense, esse rondoniense honrado, que sempre traz uma inovação pelo espírito, o espírito de homem público que é diferenciado, é fora da curva e só sob o seu comando, poderia vir, uma auditoria operacional, que retrata um anseio de muitas famílias há muito tempo.

E também para finalizar a homenagem à Mesa, a Secretária de Educação do Estado, eu cumprimento os demais membros da Mesa e gostaria de cumprimentar

também, da plateia, a representante do grupo Mães Coragem, que eu sempre tive conversações, aproximação e uma ligação com a Flaviana - que eu acho que não está aqui, mas que deve ter a representante da entidade -, onde minha mulher sempre teve uma participação, minha esposa Joana, com esse grupo de mulheres, fazendo reivindicações, buscando soluções.

Esse é um dia que a minha emoção já vai aflorando porque eu entendo que, você discutir política para cuidar de pessoas é diferente de estar se pensando em capinar uma escola; aumentar o muro da escola, comprar carteira nova para a escola. Eu acho que quando está se discutindo, como o Deputado Cirone colocou, uma política pública de inclusão social para pessoas especiais, isso é um marco neste Parlamento. E é este Parlamento que tem uma obrigação de fazer o que está fazendo, por ter sido um mandato do povo.

Deputado Cirone foi reeleito, é um homem que merece a homenagem porque tem um mandato do povo, já a partir de 2023. E essa política, tem que ser adotada — ainda estava discutindo há pouco com o Deputado Cirone e o Dr. Paulo Curi —, essa política tem que ser adotada com a participação do Executivo. E nós do Parlamento, do Poder Legislativo, fiscalizador e institucionalizador de marcos regulatórios, nós temos que fazer com que essa auditoria, extrairmos dela a essência e transformarmos em um marco regulatório obrigacional para incluirmos essa política na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual.

E já me disponho, diante da discussão que vamos finalizar até o dia 17 de dezembro, o orçamento para 2023. Eu inseri da minha Emenda individual — que eu tenho direito constitucional — R\$ 1 milhão para contribuir para a implantação dessa auditoria operacional, desse trabalho fabuloso que o Deputado Cirone e o Conselheiro Paulo Curi estão conseguindo fazer o embrião.

Nós sabemos que vai ter que ter uma disponibilidade do governo, da educação estadual, da educação municipal, dos prefeitos que aqui estão demonstrando interesse pela matéria, interesse por buscar soluções para um problema que antes ninguém teve coragem. Porque não é fácil esse assunto.

Esse assunto exige estrutura de pessoal, capacitação permanente, estrutura de sensibilidade, escolhendo as pessoas com perfil para atuar com esse público-alvo. E é dessa forma que nós temos que contribuir. Esta Casa cheia como está, mostra que o tema é atual. É um tema que merece nós estarmos nessa discussão de frente. E, com certeza, após nós vermos, ouvirmos e assistimos esse resultado da auditoria operacional, a nossa sensibilidade ampliará.

A nossa sensibilidade aumentará para nós como funcionários públicos, homens públicos, homens pagos pelo dinheiro público termos uma visão mais eficiente, mais eficaz na busca dessa solução que muitos sabem, muitos veem, mas não querem enxergar.

Parabéns novamente, meu companheiro, honrado, homem de família, que teve uma visão

brilhante, que luta em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os quatro anos do primeiro mandato o senhor lutou nesse tema até chegar hoje nesse final desse resultado. E eu faço coro, faço força junto com o senhor — que tem muito mais força nesse Parlamento que eu — para somar com o senhor, para nós institucionalizarmos essa política, fazendo que seja uma obrigação do Estado.

É isso. Muito obrigado a todos e sucesso com a nossa apresentação que será feita. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Pimentel, que sempre contribui com esse Parlamento. E tenho toda certeza, pela sensibilidade que tem, pelo que já fez por esse Estado, estaria engajado conosco nesta causa. Eu gostaria aqui de cumprimentar também o Dr. Miguidônio, que é Procurador do Ministério Público de Contas do TCE. Obrigado pela presença, nos honra aqui com a sua presença.

Agradecer aqui a presença também dos representantes da reitoria aqui PUC, que está conosco; do IFRO, que está aqui conosco, não sei se tem alguém da UNIR... Da UNIR, que está aqui conosco. Muito obrigado pela presença de vocês, das instituições particulares que estão aqui também contribuindo com a sua presença aqui para que possamos realmente avançar.

Então, percebe-se, não é, Dr. Paulo Curi, que é uma pauta que interessa à sociedade. Nós temos aqui os pesquisadores, as instituições que fazem a diferença dentro do Estado de Rondônia e interessados na pauta, que é de todos nós. E, com isso, quero passar a palavra à nossa Secretária de Educação Ana Pacini, que terá a grande responsabilidade de colocar esse embrião — não é, Deputado Pimentel? — para rodar dentro do Estado.

A SRA. ANA LÚCIA DA SILVA SILVINO PACINI - Boa tarde a todos. Gostaria de iniciar minha fala cumprimentando, agradecendo também, ao nobre Deputado Cirone, por ter quebrado o protocolo e me dado a fala logo no início. Eu terei uma agenda daqui a pouco, mas eu não podia deixar de participar deste momento tão importante, pelo menos agora na abertura, e a minha equipe também está aqui presente para acompanhar a apresentação.

Gostaria de parabenizar também o Deputado Cirone por essa iniciativa de trazer um tema tão relevante para a sociedade. O deputado tem sido um grande parceiro na educação, não só nesse tema, mas também em vários outros temas tem nos auxiliado, nos acompanhado, nos ajudado da melhor maneira possível. E lhe agradeço muito pela sua fala, deputado, isso me engrandece, me fortalece e espero realmente poder cumprir meu papel, cumprir minha missão com todas as honras que o senhor me colocou.

Gostaria de cumprimentar também o Presidente do TCE, o Dr. Paulo Curi, em nome de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa, e dizer que a auditoria do Tribunal de Contas não é vista pela minha gestão como algo ruim. Quando se fala em auditoria, geralmente o Executivo tem essa visão de “ai, meu Deus, e agora?”.

Para a gente é um auxílio, é um grande auxílio, porque no Executivo as nossas demandas são enormes. E muitas vezes a gente não tem tempo — os Secretários Municipais que estão aqui sabem do que eu estou dizendo. A nossa demanda de execução é enorme, e muitas vezes a gente não tem tempo de parar para estudar, avaliar, levantar dados.

E essa auditoria vem nos ajudar a construir políticas públicas para a educação especial que possa suprir essas lacunas de tantos anos de inércia. Porque, na verdade, nós temos uma dívida histórica não só com a educação especial, mas também com a educação indígena, com a educação de jovens e adultos, com a educação quilombola.

Então, são educações que há muito pouco tempo se iniciou esse estudo, esse trabalho de fortalecimento. Ainda é uma educação que falta muito a se fazer, por mais que nós do Executivo já tenhamos estudado e investido, mas nós estamos muito longe de fazer uma educação digna como cada estudante merece, seja ele portador de necessidade especial, uma pessoa com necessidade especial ou não. Então, nós temos esse compromisso. Eu ainda mais como educadora e como mãe. Não sei a dor dessas mães porque eu não sou mãe de um aluno especial, de uma pessoa especial, mas sou educadora e sei o compromisso que eu tenho enquanto educadora com todos os estudantes deste Estado, sem distinção.

Então, muito obrigada, Dr. Paulo e toda a equipe do Tribunal de Contas, por essa auditoria, e isso nos ajudará certamente a melhorar os nossos atendimentos.

Tivemos muitos investimentos de um tempo para cá na educação especial. Fizemos muitas formações, teremos agora a primeira Pós-Graduação em Educação Especial. Investimos muito na revitalização das nossas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Estamos agora adquirindo os óculos da OrCam, que vai poder auxiliar os nossos alunos cegos a mexer com dinheiro, usar computador, ir ao supermercado, ler.

E também estamos inaugurando em breve o CAP (Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual), o centro de formação em recurso; o CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez) e o NAAH/S ((Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação), que já estão praticamente prontos.

Então, estamos muito longe ainda — muito longe ainda — de fazer educação especial de qualidade, mas temos lutado todos os dias para que a gente alcance esse objetivo.

Uma escola pode ser considerada inclusiva quando não faz distinção entre seres humanos, não seleciona ou diferencia com base em julgamento de valores, como “perfeitos” e “não perfeitos”, “normais” ou “anormais”. Ao contrário, entende-se por uma escola inclusiva aquela que proporciona uma educação voltada para o conjunto, de forma que, qualquer aluno que dela faça parte, independentemente de ser ou não especial, tenha condições de conhecer, aprender, conviver e ser, em um ambiente livre de preconceitos, capaz de

estimular o desenvolvimento de suas potencialidades e a formação de uma consciência crítica.

É fundamentado nisso que podemos afirmar que a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Entendemos que a inclusão não pode significar uma adequação ou normatização, tendo em vista um encaixar de determinados alunos numa maioria considerada privilegiada. Mas, exige fundamentalmente uma conduta que seja capaz de possibilitar o fazer parte, um conviver respeitoso das diferenças e não uma subtração ou a anulação das mesmas.

Esta auditoria, bem como a luta diária de cada mãe atípica, através do debate corajoso e o esclarecimento dessas questões devem continuar, pois não enxergamos outro caminho plausível capaz de contribuir eficazmente na construção do paradigma da inclusão do processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, reconhecemos o valor e a importância do tema aqui abordado e reafirmamos o compromisso do Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Educação, na busca pela melhoria da qualidade da Educação Especial. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Secretária Ana Pacini. Em seu nome, agradecer também todos os servidores da Seduc. Nós temos grandes desafios. E, como a Ana disse, nós estamos aí para contribuir, para ser a voz do povo rondoniense.

Nós fomos eleitos no Parlamento, disse muito bem meu colega Deputado Pimentel, que nós estamos aqui para dar voz a esse povo. Então, que possamos ser esse interlocutor junto ao governo, junto aos órgãos de controle para que possamos, a cada dia mais, dar melhores condições, qualquer seja a causa aqui no nosso Estado.

Eu, antes de passar a palavra à Vanessa, coordenadora da auditoria, que fará a apresentação para todos nós, eu quero aqui cumprimentar os vereadores Dede da Saúde, Valceir e Lázaro da Saúde, do município de Alto Alegre dos Parecis. Sejam todos bem-vindos.

Cumprimentar a senhora Marxelene Bezerra Vieira, que coordena o Projeto Movidos pelo Amor ao Autismo. Obrigado pela sua presença, sempre aqui contribuindo conosco na pauta.

Com a palavra, a Auditora Vanessa, do Tribunal de Contas, teremos a apresentação e logo após ela fazer a apresentação nós vamos ouvir o presidente Dr. Paulo Curi. Está com você Vanessa.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu vou fazer minha autodescrição enquanto eu peço, por gentileza, para ser colocada a apresentação na tela, para demonstração.

Eu sou uma pessoa de pele branca, uso óculos azuis escuros, tenho o cabelo louro. Eu uso um terno

preto e uma blusa rosa.

Queria, por favor, que iniciasse a apresentação. Eu vou pular a parte de agradecimento, porque todos já foram muito bem mencionados aqui, mas eu não poderia deixar de agradecer aos especialistas, aos familiares, aos educadores, aos gestores porque, como eu falei nos outros eventos, nós somos especialistas em auditoria e esse resultado só foi possível graças a contribuição de todos esses atores para nos municiar com o conhecimento técnico necessário para que a gente pudesse emitir um diagnóstico sobre um assunto tão delicado.

Então, vou passar aqui, sem mais delongas, para a apresentação.

(Apresentação de slides)

Eu vou buscar contextualizar a todos. Muitos já assistiram parte da auditoria, já sabem mais ou menos o papel da auditoria, mas como tem muitos presentes que não estavam nos eventos anteriores, vou passar rapidamente para explicar a sistemática do nosso trabalho. Próximo, por favor.

Bom, o nosso objetivo aqui é apresentar esse resultado final da auditoria. O nosso trabalho como auditores termina em recomendações, propostas de recomendações que nós enviamos para o relator emitir opinião e o MPC (Ministério Público de Contas) também e eles vão findar em propostas do plenário. O plenário vai referendar ou não as nossas recomendações finais.

Eu gostaria de observar que neste trabalho, o termo "educação inclusiva" está sendo utilizado para abarcar o provimento da educação especial dentro da escola regular, sendo aquela que objetiva o atendimento e a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns de ensino regular. E, apenas para fins didáticos e mais objetivos, nós vamos utilizar o termo "pessoas com deficiências" para abarcar todo o público alvo da educação especial. Ressaltando que não usaremos esse termo específico, é somente para sermos mais objetivos. Próximo, por favor.

O objetivo da auditoria foi o de avaliar a educação especial na perspectiva inclusiva no Governo do Estado, com foco no Poder Executivo Estadual. Para isso, nós jogamos luz sobre o desenho institucional da política, abordando a questão da intersectorialidade e a eficácia da política.

Como o antecedente, além da demanda que nós recebemos do Legislativo, ela também foi ao encontro do nosso Planejamento Estratégico, que possui a Educação como um dos eixos de abordagem no período de 2021/2028.

Para explicar um pouco mais, em uma auditoria operacional o tema é muito complexo, ele é muito amplo. Nós temos uma delimitação de tempo e de profissionais para atuar. O nosso trabalho é utilizar uma série de técnicas de forma que a gente consiga tratar dos temas mais relevantes e que, uma vez sanados ou sendo colocados sob foco de atenção, eles resultem no maior resultado positivo possível para a política. Para

chegarmos a esse nível, para descobrirmos o que tratar para sermos mais eficazes nas nossas análises nós nos valemos de técnicas de auditoria. Dentre elas, eu trago aqui pra vocês a análise Stakeholder, em que nós identificamos todos os interessados na política. A Swot e a DVR, a partir das quais nós verificamos as fraquezas, oportunidades, as forças e as ameaças em relação à política e fazemos uma classificação de análise de risco para poder priorizar os temas a serem tratados.

Bom, de qualquer forma, na análise Stakeholder nós identificamos diversos atores, tanto no governo, que são os usuários do serviço do AEE, as famílias desses alunos, os Centros de Atendimento Educacional Especializados (CAEEs), a sociedade civil organizada, especialistas no tema, que tanto nos valeram na auditoria; os Poderes e órgãos autônomos e a OAB/RO; fora os órgãos do governo, as Secretarias, que também identificamos e ouvimos durante o processo da auditoria. Próximo, por favor.

Bom, findada a fase de planejamento, na etapa de execução nós nos valemos de documentos, entrevistas, realizamos visitas in loco, nos CAEEs, algumas escolas; realizamos uma viagem ao Acre para verificar Benchmarking de política, realizamos diversas entrevistas com grupos focais, pesquisas informatizadas e, através desses dados, passamos para as análises, comparações e até estatística, para chegarmos ao resultado.

Além disso, fizemos como já bem citado, os painéis de referência, não só aqui na Assembleia, mas ao final da auditoria nós apresentamos para os gestores os achados identificados e oportunizamos aos gestores a apresentação de comentários quanto aos relatos da auditoria. Próximo, por favor.

Bom, só para contextualizar, a auditoria teve como escopo a Seduc, porém como todos sabem, ela não se finda na Seduc. É necessário também o apoio da saúde e da assistência social, dado que essas Secretarias possuem funções que, em conjunto com a Seduc, são essenciais à efetivação da política de educação inclusiva. Findadas todas as análises e técnicas utilizadas que eu citei até aqui, nós chegamos, através da análise de risco, que deveríamos verificar a institucionalização da política e a eficácia, avaliando a intersectorialidade e os recursos dessa política.

Para essa avaliação, nós utilizamos de uma dezena de critérios, dentre os quais eu trago aqui os principais, para que nós pudéssemos comparar o que está sendo verificado e o que deveria ser. Com base nisso, nos valemos da Constituição de 1988, da Declaração de Salamanca, da lei federal que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política Nacional da Integração da Pessoa com Deficiência; da Resolução do Conselho Estadual de Educação que regulamenta a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em Rondônia; da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Enfim, a Resolução do Conselho Nacional de

Educação, dentre outros que estão aqui no painel. Mas, gostaria de citar, também, que nos valem, para analisar a política, de referenciais do TCU (Tribunal de Contas da União) para análise de políticas públicas, que foi o referencial de Controle de Políticas Públicas e o de Avaliação da Governança de Políticas Públicas.

E o planejamento resultou em questões de auditoria que foram respondidas durante a execução. São as questões. Próxima, por favor.

O que nós buscamos responder durante a execução do trabalho foi se a política da educação inclusiva no Estado foi desenhada e implementada adequadamente, e, se a política no Estado é eficaz, se garante a inclusão e possibilita a aprendizagem. Essas duas questões foram subdivididas em duas subquestões para fins didáticos, também, em termos de apuração. Próximo, por favor.

Então, sobre o desenho e a implementação da política buscamos saber se a política está institucionalizada adequadamente, se ela tem os seus papéis, objetivos e metas definidos; e se permite uma avaliação de resultados. E a outra subquestão é se existe a intersectorialidade na política da educação inclusiva, que permita o alcance maior de beneficiários de forma mais eficiente, efetiva e eficaz.

E quanto à questão da eficácia e da inclusão da aprendizagem, que é a questão número dois, buscamos responder à pergunta se a Seduc dispõe de recursos suficientes e apropriados para a implementação da política e se a política funciona desde os anos iniciais de vida do aluno, de modo a garantir o máximo desenvolvimento desse estudante na idade adequada. Próximo, por favor.

Bom, as respostas a essas perguntas foram realizadas através de uma série de técnicas que eu trouxe para vocês aqui, de forma bem resumida. De qualquer forma, todo esse trabalho, material utilizado, as análises da equipe que já foram disponibilizadas aos gestores, elas vão estar disponíveis no processo on-line. Então, quem quiser ter acesso melhor e mais detalhado às análises do Tribunal de Contas, ele vai ser oportunizado. Aqui, nós vamos direto para os achados, que são os resultados, as respostas às perguntas que nós mostramos aqui anteriormente.

Só para lembrar, que a questão tratava, perguntava se a política da educação inclusiva no Estado foi desenhada e implementada adequadamente. Concluímos que a política não está institucionalizada adequadamente, não tendo seus objetivos, papéis e metas definidos, o que impossibilita uma avaliação de resultado.

Esse grande achado foi subdividido em achados menores, que são: as atribuições e as responsabilidades da Seduc, da Sesau e da Seas não estão suficientemente voltadas para cumprir as atribuições integrantes de uma política estadual de educação na perspectiva da educação inclusiva.

Os resultados da avaliação do Plano Estadual de Educação, até 2019, se mostraram insuficientes para

garantir a universalização do atendimento das pessoas com deficiência até 2024, que é a Meta 4 dessa política. Também não foi identificada no Estado uma política na perspectiva inclusiva capaz de congrega todos os órgãos e entidades afeitos à área, de forma conjunta.

Atualmente, a gente não conseguiu, através das informações analisadas, assegurar a existência de um planejamento tático-operacional que contenha metas e objetivos formais definidos para a política. E constatamos apenas que existem as tais metas no plano estratégico, no Plano Estadual de Educação.

E, ainda, que as ações voltadas para a conscientização dos profissionais e sociedade civil sobre a educação inclusiva ocorreram em quantidade diminuta, de forma mais tímida, de forma que não foi capaz de atingir parcela significativa da comunidade envolvida. Aqui, eu queria fazer uma ressalva, que nós estamos relatando o que nós vimos até setembro. Como já foi bem tratado aqui, sabemos que avanços estão ocorrendo neste momento, mas, de qualquer maneira, a nossa auditoria findou a execução em setembro, que é o retrato do que nós estamos trazendo aqui.

Bom, a outra subquestão, o outro achado, o segundo achado foi de que não existe uma intersectorialidade na política estadual de educação inclusiva que perpassasse todas essas Secretarias. Os especialistas do tema e familiares envolvidos, mais do que a gente, auditores, sabem da necessidade dessa intersectorialidade, porque a educação especial na perspectiva inclusiva, de longe, não pode ser tratada única e exclusivamente pela Secretaria de Educação, porque não é viável; ela precisa do apoio da Saúde e da Assistência Social para essas crianças.

Então, esse grande achado foi subdividido em menores achados também de que: as informações dos alunos com deficiências não são compartilhadas entre Secretarias envolvidas na política; não existem formas de colaboração entre a Seduc e as redes municipais de educação na educação especial sob a perspectiva inclusiva. Aqui é um ponto que a gente quer trazer e a gente sabe que é algo que não é fácil, mas de qualquer maneira, se uma política de educação especial já é difícil de ser implementada no âmbito estadual, quicá no âmbito dos municípios. Então, com certeza, a rede municipal carece, precisa urgentemente desse apoio do órgão estadual.

Bom, continuando, verificamos também que não há um sistema de coleta, tratamento e disponibilidade de informações que propiciem uma previsão de matrícula na educação especial na rede estadual, que considere os estudantes atuais, os que ainda não tiveram acesso à escola e os que se encontram na iminência de procurá-la nos próximos anos. Tal fato, obviamente, atrapalha o planejamento da política.

A segunda questão que nós buscamos responder é se a política é eficaz, se ela garante a inclusão e possibilita a aprendizagem. Vou repetir a pergunta. Então, a segunda questão que buscamos responder é se a política é eficaz, se ela garante a inclusão e possibilita

a aprendizagem.

Verificamos que a Seduc não tem estrutura e recurso suficientes e apropriados para implementação da política da educação inclusiva. Existe uma insuficiência de sala de recursos multifuncionais não só na rede estadual, isoladamente, bem como nas redes municipal, estadual e particular. Em 2019, apenas 66% das escolas das redes do Estado possuíam acessibilidade arquitetônica. Também verificamos a carência de equipamentos na área de deficiência visual; carência de professores da educação especial, considerando a lotação mínima de um professor por escola estadual.

Aqui, eu quero fazer uma ressalva, que esse número está em cor diferente, porque esses foram os dados levantados na auditoria, e quando foram oportunizados comentários aos gestores, a Seduc se manifestou nesse ponto, apresentando um número um pouco divergente, mas, mas de qualquer maneira, como são 405 escolas na rede estadual, ainda temos mais de 50% da rede, que não possui um professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado), é um ponto a ser tratado e discutido.

Também verificamos, que 288 professores lotados em diversos setores da Secretaria, e que a maioria está na gerência da educação básica, na gerência da folha de pagamento e gerência de controle e mídia de educação. Próximo slide, por favor.

Verificamos a insuficiência de pessoal em nível gerencial destinado à Educação Especial e Inclusiva - como já foi diversas vezes tratado aqui, o Núcleo de Educação Especial, se eu não me engano, estava com quatro pessoas operando -, o que a gente pode concluir que é insuficiente para, de fato, institucionalizar uma política no Estado inteiro.

Também verificamos, a ausência de professor lotado diretamente na gerência das modalidades temáticas especiais de ensino, dentro da Seduc, divisão na qual o Núcleo de Educação Especial está integrado. Nessa gerência não consta nenhum profissional lotado. Igualmente, não consta profissionais imprescindíveis à educação especial como cuidador-intérprete, lotados nessa gerência.

Inexiste no âmbito do Estado, uma equipe multidisciplinar de psicólogos; fonoaudiólogos, cuidadores e mediadores pedagógicos, que atuem diretamente na escola ou no compartilhamento de informações no atendimento aos alunos com deficiência. A Sesau não possui profissionais de saúde atuando de forma integrada com uma equipe multiprofissional no atendimento da Educação Inclusiva.

Aqui, eu quero ressaltar não só o que está na lei - porque a gente sabe que não falta lei aqui nesse país, no Estado, enfim. Mas, o que nós podemos perceber na prática, a necessidade da comunicação da saúde com a educação. Nós verificamos um determinado centro que faz apoio à saúde da criança com deficiência e pudemos verificar que uma vez constatado a determinado deficiência ou dificuldade do aluno, que aqueles profissionais da saúde, eles queriam, buscavam

por conta própria se comunicar com a escola e nem sempre isso era viável. E eles falavam que essa falta de comunicação com a escola, prejudicava e muito o aprendizado desse aluno. Então, é algo a se pensar, um canal que flua essa informação entre saúde e educação. Próximo slide, por favor.

Também verificamos, que a Seas não participa de maneira integrada em composição com a equipe multidisciplinar ou multiprofissional no âmbito da Educação Inclusiva. Apesar do aumento da capacitação, também verificamos a insuficiência de cargas horárias nas formações e capacitações referentes à educação especial na perspectiva inclusiva. Sobre esse tópico, foi constatado que o centro de formação da Seduc estava em reforma, estava inoperante. Esperamos que essa volta à operação, sane essa questão.

E avançando aqui para o orçamento, nós verificamos também, que quando a auditoria começou, no início no ano, o orçamento da educação especial no Estado era de R\$ 200.000,00 e até maio, abril ou maio, nada havia sido executado no Estado. O que a Seduc falou, inclusive, que por previsão orçamentária limitada da própria Seduc, a educação especial acabou sendo prejudicada, então no orçamento, foi previsto apenas montantes referentes a despesas de custeio: pagamento de pessoal e serviços já contratados; e manutenção dos contratos e políticas já existentes.

No entanto, ao longo desse período até setembro, esse orçamento sofreu um acréscimo de oito vezes, no período de quatro meses, mas ainda persiste a incerteza se tais valores são suficientes para financiar essa política da educação inclusiva. Próximo slide, por favor.

E por fim, aqui nós entramos no último achado, o quarto achado, que a política da educação inclusiva não funciona desde os anos iniciais de vida do aluno com deficiência, de modo a garantir o máximo desenvolvimento do estudante com deficiência na idade adequada. Aqui eu quero fazer outro ponto. O que nós ouvimos é que uma criança para receber um laudo médico, demora pelo SUS (Sistema Único de Saúde), no mínimo seis meses, podendo demorar até um ano. E já ocorreu caso, de enfim, nós testemunhamos relatos durante a execução da auditoria, de uma criança diagnosticada com autismo que na verdade era surda. E até esse diagnóstico ser feito, e essa criança voltar para o tratamento, já decorreu aí mais um espaço mínimo de um ano. E aí essa criança já perdeu um ano da vida dela, que todos sabemos que no desenvolvimento dos primeiros anos da educação, pode fazer toda a diferença no desenvolvimento desse aluno.

Então, agora vou detalhar aqui os achados. Nós verificamos que as ações implementadas em andamento na Educação Inclusiva não são suficientes para romper as diversas barreiras existentes; que inexiste no Estado uma política iniciada na maternidade, com a confecção de laudo médico objetivando um encaminhamento mais adequado à iniciação da criança na vida escolar; inexiste uma política de estimulação precoce realizada no Estado

de Rondônia. De novo, aqui a saúde tem que entrar junto e a Assistência Social também, não é somente a Seduc.

Sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), nós verificamos que, recentemente, foi criado no Estado um documento amplo, completo, que pelo o que a gente pode verificar ainda está a ser validado por especialistas, mas um documento bem robusto, mas que ainda não está de fato implementado no Estado. Pelo o que nós verificamos, esse documento foi enviado para as Regionais de educação, mas ainda carece de implementação. Próximo por favor.

Com base em todos esses achados, como que termina uma auditoria? “Termina” não, mas qual é o próximo passo da auditoria operacional? A gente propõe encaminhamentos que visam a sanar esses achados. E aqui eu quero ressaltar o sistema de colaboração do Tribunal de Contas. Porque a gente não vai simplesmente passar essa proposta de encaminhamento para a Seduc e falar “para que vocês executem sozinhas”.

Essas propostas de encaminhamento vão resultar em um plano de ação a ser elaborado pelas Secretarias envolvidas e, na elaboração desse plano de ação, vão ser instituídas as ações e os prazos a serem implementados para sanar esses achados.

Nada impede que, em conversa com os gestores durante essa elaboração do plano de ação — que o Tribunal de Contas vai oferecer uma capacitação para a gente elaborar de forma conjunta —, a gestão mostre outros caminhos, que não esses, que sejam mais adequados para sanar os achados. Porque o que interessa para a auditoria é sanar esses achados, e não importa a forma, porque a gestão está ali na ponta, talvez tenha uma alternativa mais plausível, mas isso vai ser conversado. Então, eu só queria deixar claro que essas propostas de encaminhamento nós vamos auxiliá-los aqui na elaboração do plano de ação. Tudo bem? Então, vamos a elas. Próximo, por favor.

Nós realizamos propostas de encaminhamento para cada um dos quatro grandes achados. Essa é o que tem mais propostas (A1). Em relação ao fato de a política da educação não estar institucionalizada adequadamente, sem seus objetivos, papéis e metas definidos, nós estamos encaminhando as seguintes recomendações (frizando que as recomendações ainda vão ser objetos de deliberação no plenário do Tribunal e em breve vai serão publicadas).

Que o governo do Estado defina clara e formalmente as competências e atribuições das principais partes interessadas envolvidas na política pública (Seduc, Seas e Sesau), de forma que seja possível identificar os objetivos, os papéis, as responsabilidades, recursos e obrigações de todos os envolvidos.

Que o governo do Estado preveja a existência de uma instância responsável pela coordenação, articulação e comunicação entre Seduc, Seas e Sesau, de maneira que por meio da intersectorialidade, inerente à política pública educação especial, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes e o alinhamento de estratégias e

operações das organizações para alcançar um resultado comum, pautada em modelo contributivo e colaborativo. Como nós já bem vimos até aqui, essa colaboração das Secretarias se faz necessário. Mas, para ela ser efetiva, sem dúvida, precisa de uma instância acima dessas Secretarias, que coordene todo esse trabalho cooperativo. Próximo, por favor.

Continuando, que o governo do Estado fomente e institua, no âmbito estadual, governança pública capaz de promover o contínuo aperfeiçoamento da política de educação especial na perspectiva inclusiva, levando em conta a extensa rede de interações entre as estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, Poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada.

Que o governo do Estado construa um planejamento integrado, que envolva as Secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social, definindo claramente os objetivos de forma suficiente para permitir uma delimitação nítida do campo de atuação da política e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas e objetivamente caracterizadas, que permitam a consecução dos propósitos mais gerais da intervenção pública, para orientar as ações governamentais e assegurar a transparência sobre as metas e os resultados da política. Próximo, por favor.

Novamente, que o governo do Estado defina e formalize mecanismos e instrumentos para promoção do accountability entre os diversos atores envolvidos, estabelecendo os padrões mínimos aceitáveis para transparência, comunicação e prestação de contas à sociedade, além de disponibilizar dados confiáveis e relevantes para dar suportes aos relatórios de desempenho da política.

Que a Seduc, com o apoio da Sepog (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão) e/ou da CGE (Controladoria-Geral do Estado), promova estudos detalhados com base em evidência e revisitem o processo de formulação e implementação e avaliação da política pública da educação especial, no Estado de Rondônia. Próximo, por favor.

Que a Seduc, com apoio, novamente, da Sepog ou da CGE, no processo de reformulação da política pública da educação especial, leve em consideração o diagnóstico correto do problema, a identificação do público-alvo e as possíveis causas, efeitos e formas de tratamento do problema, a fim de se alcançar um correto desenho da política.

Que a Seduc, com o apoio da Sepog ou da Controladoria-Geral do Estado, nesse processo também, disponha de um plano de implantação da política dos processos e operações necessárias ao seu funcionamento a fim de operacionalizá-la adequadamente, possibilitando a avaliação e o monitoramento contínuo.

Que a Seduc realize periodicamente, de preferência por meio informático, um diagnóstico completo e detalhado da educação especial na perspectiva inclusiva, no tocante ao público-alvo, por tipo de ocorrência, por município, por escola, quais são os alunos com deficiência, os profissionais

especializados, inclusive da saúde e assistência social, estrutura física, tecnologia assistiva, equipamentos e materiais pedagógicos adequados.

Que a Seduc, com a colaboração da saúde e da assistência social, implemente uma sistemática de registro para alimentar os dados sobre o público-alvo do AEE, cujo acesso seja concedido a todas as Secretarias envolvidas na política pública, inclusive as municipais de educação. Próximo, por favor.

Que a Seduc modernize o processo de planejamento contendo estratégias, ações e metas de curto, médio e longo prazo, que contemple toda a rede estadual de ensino e em regime de colaboração com a rede municipal objetivando a eliminação ou, ao menos, a minimização de barreiras e que imprima celeridade e eficácia na gestão da política pública da educação especial.

Que a Seduc promova de forma contínua e por meios eficazes ações voltadas para a conscientização dos profissionais envolvidos na educação especial, da sociedade como um todo, visando disseminar as melhores práticas educacionais, bem como a boa convivência, a integração, o respeito e a empatia.

Que a Secretaria de Assistência Social do Estado coopere em conjunto com o governo no processo de redefinição de suas competências e atribuições no tocante à política de educação especial, de forma que seja possível a identificação dos seus objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações. Próximo, por favor.

Esse achado é o que mais resultou em recomendações, mas já está acabando.

Que a Secretaria de Assistência Social coopere em conjunto com o Governo do Estado na construção de um planejamento integrado voltado a essa política, definindo os objetivos de forma precisa, que permita uma delimitação nítida do seu campo de atuação e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas — assim como foi para a Sesau.

Que a Sesau coopere com o Governo do Estado no processo de redefinição de suas competências e atribuições no tocante à política de educação especial — de novo —, para ser possível a identificação dos objetivos, papéis, responsabilidades, recursos e obrigações. Próximo, por favor.

E, por fim também, que a Sesau coopere em conjunto com o Governo do Estado — tanto a Sesau quanto o Seas — nesse processo de reformulação e construção de um planejamento integrado voltado à política. Próximo.

Aqui vamos começar as recomendações relacionadas ao segundo achado (A2) sobre a inexistência da intersetorialidade na política da educação especial no Estado.

A primeira proposta de encaminhamento é que o Governo do Estado preveja a existência de uma instância responsável pela coordenação, articulação e comunicação entre as Secretarias, assim como no achado anterior, de maneira que, através da intersetorialidade

da política, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes e alinhamento de estratégias e operações das organizações para alcançar o resultado comum, pautada em um modelo contributivo e colaborativo.

Que o Governo do Estado fomente e institua no âmbito estadual uma governança pública capaz de promover o contínuo aperfeiçoamento da política, levando em conta a extensa rede de interações entre as estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, Poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada. Próximo.

Que o Governo do Estado construa um planejamento integrado que envolva as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, definindo os objetivos precisos o suficiente para permitir uma delimitação nítida do campo de atuação da política e traduzindo-os, por sua vez, em metas precisas e objetivamente caracterizadas que concorram para a consecução dos propósitos mais gerais a intervenção da política pública, de modo a orientar as ações governamentais e assegurar a transparência sobre as metas e os resultados.

Que a Seduc, com a colaboração das Secretarias de Saúde e Assistência Social, implemente uma sistemática de registro para alimentar os dados sobre público-alvo do AEE, cujo acesso seja concedido a todas as Secretarias envolvidas na política pública.

Como vocês já devem estar percebendo — só um comentário —, algumas recomendações são úteis para sanar mais de um achado. Então, tornam essas recomendações ainda mais importantes. Próximo, por favor.

Que a Seduc realize periodicamente — de novo — um diagnóstico completo, como já foi citado anteriormente. Então, eu vou prosseguir.

Que a Seas e a Sesau cooperem com a Seduc e com a instância governamental responsável pela coordenação, articulação e comunicação, de maneira que, por meio da intersetorialidade inerente à educação especial, seja possível o estabelecimento de políticas, diretrizes, bem como o alinhamento de estratégias e operações das organizações para alcançar o resultado comum, pautada em modelo contributivo e colaborativo. Próximo, por favor.

Agora nós já estamos no 3º achado (A3). Aqui, está a recomendação novamente que a Seduc realize um diagnóstico completo e detalhado da educação especial na perspectiva inclusiva. A gente pode ver a importância dessa recomendação.

Que a Seduc realize estudos sobre a educação inclusiva na rede estadual de ensino de forma a identificar as áreas prioritárias a serem apoiadas, identificar os profissionais necessários, considerando cada tipo de necessidade educacional, as áreas curriculares definidas e as metodologias mais adequadas à necessidade do apoio dentro ou fora de sala, realizado em grupos ou individualmente, bem como o papel de cada profissional envolvido na prestação desse serviço. Seria o correto desenho e delimitação da política. Próximo, por favor.

Que a Seduc elabore um plano de capacitação com cursos e especializações específicos voltados à educação inclusiva e amplie a oferta de formação para atender todos os profissionais da rede de ensino estadual e municipal, bem como os professores das instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e funcionários que trabalham nas escolas do Estado.

Na oportunidade, pelo que foi trazido aqui, provavelmente na elaboração do plano de ação vai ser verificado que essa medida, talvez, já se encontre em andamento pelo reestabelecimento do Centro de Formação da Seduc.

Continuando: que a SEDUC promova parcerias e convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando a ampliação e oferta de formação continuada, especialização e a produção de material didático acessível.

Que a Seduc reformule o processo de planejamento orçamentário, com vistas a destinar à educação especial, dotações e recursos financeiros em montantes mais condizentes com a efetividade dessa política pública.

Que a Seduc realize obras de construção e reforma, conforme a necessidade das escolas da rede estadual de ensino dotando-as de Salas de Recursos Multifuncionais — SRM.

Que a Seduc adquira materiais e equipamentos pedagógicos adaptados, de acordo com a necessidade, para todas as escolas da rede estadual de ensino.

Que a Seduc aumente a disponibilidade de professores do AEE.

Que a Seduc reforce a estrutura de pessoal do Núcleo de Educação Especial (nível gerencial) voltada à educação inclusiva. Como nós já mencionamos algumas vezes, é bem enxuto.

E que a Sesau e a Seas disponibilizem profissionais de saúde e da assistência social de maneira a atuar de forma integrada com equipe multiprofissional no atendimento à educação especial na perspectiva inclusiva. Próximo, por favor.

E aqui nós entramos nas recomendações do 4º e último achado (A4). Que é: a política da educação inclusiva não funciona desde os anos iniciais de vida do aluno de modo a garantir máximo desenvolvimento desse estudante na idade adequada.

As recomendações são: que o Governo do Estado promova a articulação intersetorial com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como com as redes municipais de educação, com o fim de desenvolver uma política que seja iniciada já na maternidade, com possibilidade de confecção de laudo médico ou diagnóstico a ser dado o mais breve possível.

Que a Seduc realize periodicamente, de preferência por meio informático, diagnóstico completo e detalhado da educação especial, no tocante ao público-alvo e tipo de ocorrência. Como já foi mencionado nos outros achados. Próximo, por favor.

Que a Seduc, com apoio do Governo do Estado,

articule com a saúde e a assistência social, a implantação do programa de estimulação precoce no Estado de Rondônia, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC (Diretrizes Educacionais Sobre a Estimulação Precoce).

Que a Seduc adote medidas efetivas para a implementação do PEI (Plano de Ensino Individualizado), ou de plano similar, de forma a atender o objetivo a que ele se destina, que é tratar as especificidades de cada criança.

Que a Seduc promova de forma contínua e por meios eficazes, ações voltadas para conscientização dos profissionais envolvidos na educação especial, na perspectiva inclusiva, e da sociedade como um todo, visando disseminar as melhores práticas educacionais, bem como a boa convivência, a integração, o respeito e a empatia. Próximo, por favor.

Que a Sesau adote as providências necessárias para a efetiva habilitação do Centro de Reabilitação de Rondônia – CERO junto ao Ministério da Saúde e que expanda a sua capacidade operacional.

O Cero, atualmente atende mais de 300 crianças, mas nós sabemos que existe uma fila de espera de mais de 1.200. Então, a força desse instituto pode ser um apoio importante para a política.

Que a Sesau coopere com a Seduc, Seas e com o Governo do Estado no processo de desenvolvimento de política iniciada na maternidade com possibilidade de confecção de laudo médico ou diagnóstico e do programa de estimulação precoce a ser implantado no Estado.

E, por fim, que a Seas coopere com a Seduc, com a Sesau e com o Governo do Estado no desenvolvimento da política iniciada na maternidade; que, a Sesau coopere na implementação do PEI ou de plano similar de forma a atender o seu objetivo e as Seas, igualmente, coopere na implementação desse plano individualizado.

Aqui nós finalizamos o nosso trabalho técnico de recomendações, diagnóstico e recomendações. Como eu citei no início, esse trabalho vai ser objeto de deliberação do plenário do Tribunal e que vai resultar, vai iniciar o prazo para que a Seduc elabore o plano de ação no qual ela vai ter o nosso apoio.

Esse plano de ação vai ser objeto de monitoramento por parte do Tribunal, monitoramento anual e, através dele, a gente vai verificar se efetivamente as medidas necessárias para o saneamento desses achados estão sendo implementadas.

A equipe de auditoria operacional, como já foi apresentada. Próxima.

E, mais vez, eu agradeço a todos e quero dizer em meu nome e em nome da equipe, que foi uma grande honra fazer esse trabalho. Posso dizer que todos nós saímos mudados e com outro olhar. A gente nunca mais vai conseguir olhar para uma criança com uma necessidade educacional especial, com deficiência, da mesma forma de antes, sabendo o quanto ela carece de atenção, não só no Estado, mas em todo o Brasil.

Tenho a certeza de que fizemos o nosso melhor para plantar, para andar, um passinho que seja, nessa

política. Muito obrigada a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Vanessa. Em seu nome agradecer a todos os componentes dessa briosa equipe que fez essa auditoria. Assim como você foi contagiada, Vanessa, eu fui contagiado quando eu recebi essas mãos em 2019. Nosso desafio é grande. A semente foi plantada, está germinando, mas nós precisamos regar essa planta com muito trabalho, com muita determinação, com muito afinho.

Nessa visita que eu fiz a São Paulo, da Secretaria Estadual e da Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência, a gente conseguiu perceber os grandes avanços que tiveram, os quais foram apontados aí, nessa auditoria. Foram criados, em São Paulo, 19 centros de diagnósticos para já diagnosticar a criança lá na maternidade. Para começar lá, depois vai para a creche, vai para o fundamental, vai para o ensino médio, para, quando chegar lá na faculdade, a faculdade estar pronta para recebê-los.

Nós temos aqui no Estado médicos que são autistas, nós temos aqui advogados, pessoas com deficiência de toda a natureza, não é, temos aqui no Estado. Então, mesmo com dificuldades, essas pessoas têm buscado. Mas, e aquelas pessoas que realmente são carentes, vulneráveis? Qual é a oportunidade que nós estamos dando para essas pessoas? Então, quando você fala do tripé, é de suma importância que a gente tenha essa conectividade entre a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação.

Nessa visita que eu fiz a São Paulo, lá eles estão mais avançados. Estão conectados. Além dessas três Secretarias, lá, foi criada a Secretaria da Pessoa com Deficiência e ela faz essa conexão. Está conectada com ela a Secretaria de Desenvolvimento, em que a Secretaria prepara a pessoa com deficiência e a empresa para receber essas pessoas. Porque nós ouvimos anunciar nas rádios em nosso Estado, Prefeito Aldo, que existe vaga de emprego para deficiente. Aí ele quer pegar uma pessoa que não enxerga, mas que “enxergue”, porque não dá condição nenhuma para essa pessoa trabalhar; ele quer pegar um cadeirante que “ande”, porque, chegando lá, a empresa dele é de degraus.

Então, essa vaga que ele está oferecendo está simplesmente cumprindo um protocolo daquilo que diz a lei do Ministério do Trabalho, porque, a cada quantidade de colaboradores, ele precisa contratar uma pessoa com deficiência. Aí chega o Ministério do Trabalho para fazer a fiscalização, ele fala: “Eu anunciei as vagas, não apareceu ninguém.” Mas, você chega lá, a empresa dele não dá essa condição.

Então, São Paulo conseguiu fazer isso. A Secretaria de Desenvolvimento prepara o deficiente e prepara a empresa para recebê-lo. E a outra Secretaria que eles conectaram foi a Secretaria de Esporte que representa muito bem o Brasil. São Paulo está bem à frente e faz essa conectividade para que as coisas realmente funcionem.

Então, nosso desafio é grande. É muito grande, mas, antes de dar continuidade e passar a palavra aqui

para o Presidente Paulo Curi, eu quero convidar para estar conosco à Mesa, o Deputado Estadual eleito lá na cidade de Cacoal, representando o Estado de Rondônia, meu amigo pessoal Cássio Gois. Por gentileza, Cássio, componha a Mesa aqui conosco. É uma honra tê-lo aqui nos acompanhando nessa Audiência.

Quero convidar também, para estar conosco, a Irany. Como eu havia anunciado antes a saída da nossa Secretária Ana Lúcia Pacini, a Irany, que é Diretora-Geral de Educação, vai estar aqui, acompanhando as falas e aquilo que está sendo proposto aqui por nós, aqui nesta Audiência.

Sem delongas, quero passar a palavra ao nosso Presidente, Dr. Paulo Curi, para que ele faça as considerações aqui para o plenário, que está aqui conosco. Nós temos um link, já tem acho que duas pessoas inscritas para falar depois, e aqueles que estão aqui conosco no plenário e quiserem usar a fala, logo depois do Presidente Paulo Curi nós daremos a fala para vocês.

O SR. PAULO CURI NETO – Obrigado, deputado. Boa tarde a todos os presentes. Vou fazer minha autodescrição: tenho a pele branca, olhos claros, uso óculos, tenho mais cabelo que o Deputado Cirone — o que, acreditem, não é uma grande vantagem, não é, deputado? Com todo respeito —, estou vestindo um paletó azul-marinho, uma camisa clara, azul clara e uma gravata azul.

Quero cumprimentar todas as autoridades presentes na pessoa dos dois deputados que ocupam esta tribuna, esta Mesa de Honra, o Deputado Cirone e o Deputado Williames Pimentel.

Deputado Cirone, eu vou lhe dizer que esta é a primeira vez na história do Estado de Rondônia que o Tribunal de Contas e a Assembleia se associam nesse nível para impulsionar uma política pública, ainda mais uma política pública dessa importância. Que venham outras oportunidades desse tipo. Parabenizo enfaticamente Vossa Excelência por essa iniciativa de ter provocado o Tribunal de Contas e, mais do que isso, por estar impulsionando avanços nessa área. Embora tenhamos muitos obstáculos pela frente, é possível estar confiante de que vamos avançar.

Da mesma forma, Deputado Pimentel, subscrevo vossas considerações. É preciso imprimir um senso de urgência a esse assunto. Vossa Excelência tem toda razão. Como bem disse a Secretária Ana Pacini, há uma missão histórica. Nós não podemos aqui depositar toda a responsabilidade por isso à pessoa da atual Secretária, naturalmente — eu concordo com as considerações do Deputado Cirone, que foram endereçadas à Secretária Ana. É uma pessoa sensível, que conhece da educação, é uma especialista no assunto, muito aberta à articulação e tem feito o que pode para garantir avanços, mas o passivo é imenso, a omissão é histórica — de décadas — e há muito, muito o que fazer. E esta auditoria acabou por revelar tudo aquilo que já se imaginava que seria confirmado, não é, deputado?

Naquela primeira Audiência Pública houve um intenso debate, muitas contribuições foram feitas e nós percebemos já naquele momento o tamanho da omissão do Estado em relação à educação inclusiva. A omissão é tal que a política está, apesar do esforço das pessoas que estão lidando com essa política, é importante destacar a figura da gerente, que vou me penitenciar por não lembrar o nome dela, acho que ela está aqui conosco, quando ela, a Professora Heluizia participou daquela audiência, trouxe contribuições também valiosas, mas a equipe é diminuta; os recursos orçamentários são mínimos; houve alguns avanços pontuais nos últimos tempos, mas ainda insuficientes; e há, na verdade, praticamente tudo por fazer.

Nesse estágio da auditoria, eu tenho, toda vez que ocupo a palavra, eu tenho dito da minha preocupação de não gerar uma super expectativa em relação aos resultados que vão ser alcançados. Sendo muito realista, vou lhes dizer, com 22 anos de atuação em órgão de controle eu vi muitas vezes naufragar no insucesso esse tipo de fiscalização. Nós estamos aqui a falar de uma auditoria operacional que busca induzir a gestão a remover causas de situações-problema para gerar resultado na política pública. Só que — aqui fazendo um mea-culpa público — o Tribunal de Contas muitas vezes fazia essa abordagem com verticalidade, com uma certa arrogância; isso interditava o debate; e também os gestores resistiam exatamente por essa postura; e também há que se reconhecer que a gestão tem muitas, muitas deficiências técnicas para fazer frente a esses achados, para reagir a esses achados das nossas auditorias operacionais.

Muitas vezes, Deputado Cirone, essa é uma advertência que nós todos temos que nos fazer. Essas auditorias operacionais não ultrapassaram a fase de assinar prazo para o gestor apresentar um plano de ação, que é um documento de planejamento definindo: quais são as ações, quais são os responsáveis, quais são os prazos para garantir o resultado que todos esperam. Por isso que é fundamental que nós mantenhamos esse engajamento. Essa é uma palavra que o senhor usou muitas vezes no seu discurso. Eu estou de acordo com ela. É preciso nos mantermos engajados para induzir a geração de resultado.

Não serão fáceis, porque, para começo de conversa, os resultados não dependem apenas da atuação da Seduc. Uma das omissões mais graves é a ausência de intersetorialidade nessa política. Sobre tudo nós vimos pelo relato da Vanessa. Aliás, eu quero cumprimentar também, já ia esquecendo disso, toda equipe de auditoria. Parabéns pelo excelente trabalho, Bruno, Maria Gleidivana, Vanessa e Leonardo, que não está aqui. Vocês fizeram um excelente trabalho. Vanessa acabou de entrar no Tribunal de Contas, já está inclusive protagonizando essa entrega. Parabéns, Vanessa. Tenho certeza que você terá muito sucesso na sua carreira aqui no Tribunal de Contas.

Mas, retomando o meu ponto, um dos grandes problemas, deputado, é a questão da ausência de

intersetorialidade. As crianças quando recebem um diagnóstico, recebem um diagnóstico tardio, depois de esperar até doze meses. Há ações lá do passado, salvo engano, o Deputado William Pimentel foi quem inaugurou o Cero (Centro de Reabilitação e Rondônia), foi na gestão dele, nós ainda estamos falando do Cero, mas, o que se constatou é que também as equipes do Cero são incompletas. Há também filas para o atendimento no Cero, ou seja, há omissões e deficiências em todas as Secretarias que deveriam estar cuidando dessa política pública da Educação Inclusiva.

Da parte do Tribunal de Contas, eu queria assumir um compromisso público em relação a esse assunto. Isso foi mencionado já pela Vanessa, e essa é uma ação que a gente vem empreendendo nos últimos tempos, a partir dessa percepção do insucesso das muitas auditorias operacionais que nós fizemos, é de que a parte mais fácil é essa de entrega de relatório e o desafio maior começa agora, sobretudo para a gestão, mas também para nós.

Então, o Tribunal de Contas - a Professora Irany, está aqui representando a Secretária Ana Pacini, que teve que se ausentar, mas, eu tive a oportunidade de mencionar isso aqui para a Secretária Ana -, nós estamos à disposição, para orientá-los, auxiliá-los, apoiá-los, inclusive na confecção desses planos de ação para fazer frente a esses achados.

É a nossa função habilitar a governança do setor público para responder os achados da nossa auditoria, e nós faremos isso. Se necessário, (aplausos), obrigado. Se necessário, indo atrás de especialistas. Aliás, a gente teve apoio de muitos especialistas, muito obrigado a todos, pais das associações que representam esses alunos, realmente é emocionante ver essa mobilização. Então, se necessário, vamos atrás de especialistas, de gestores que têm políticas de sucesso para colocá-los ombreados com a Seduc, com as demais Secretarias, para que saia um plano de ação melhor possível.

Nós não presidimos isso, nesse caso nós precisamos ser procurados por vocês, para que vocês recebam esse apoio. O bastão está sendo oficialmente passado para a gestão, depois da conclusão da auditoria, para que vocês tomem as providências, mas, nós não vamos apenas aguardar que vocês nos entreguem um plano de ação. Nós não vamos apenas aguardar que vocês nos entreguem o plano de ação. Nós estamos à disposição para contribuir com vocês para a elaboração desse plano de ação.

A nossa Escola de Contas, um aspecto que a gente constatou, que aconteceu bem, a Secretária Ana mencionou lá, nessa auditoria de que de fato tenha havido mais capacitação. Houve uma pós-graduação. Esse é um dado consideravelmente positivo em relação a essa política. Mas, a nossa escola, a partir do momento que nós priorizamos a educação, nós temos colocado a nossa escola, o Conselheiro Euler é o Presidente, tem sido muito sensível a isso, olhando para o nosso planejamento estratégico, a nossa escola de contas está voltada para capacitar não apenas os nossos servidores,

mas também os profissionais da educação.

Nós faremos duas grandes capacitações, por exemplo, de diretor de escolas, podemos também atuar em capacitações de profissionais na área da educação, inclusive, precisamos de tempo para planejar, naturalmente. Mas, estamos à disposição para isso, para reforçar a atuação da Seduc nessa área.

Também estamos à disposição, deputado, olha aqui - estou assumindo alguns compromissos públicos -, para diante de dificuldades e dúvidas das Secretarias, em relação às despesas que ela realizar para concepção dessa política, para aperfeiçoamento dessa política, para nós orientarmos os gestores em relação ao que fazer para dar o máximo de segurança jurídica para a tomada de decisão do gestor.

E, finalmente, estamos à disposição e já exortamos Vossa Excelência, Deputado Cirone, que tem liderado essas Audiências Públicas, a realizar uma nova Audiência Pública em um prazo a ser definido, não sei se seis meses é pouco, talvez seja, não é Vanessa? Talvez um pouco mais, oito, dez meses, mas ainda em 2023, eu penso que nós precisamos fazer nesta Casa, viu Deputado Cirone, uma nova Audiência Pública, em que os Secretários sejam convidados: Secretário de Educação, Secretário de Saúde, Secretário de Assistência Social para prestar contas, para informar o que fizeram diante desses achados da nossa auditoria.

E nós mesmos, como Tribunal de Contas, estaremos aqui para prestar contas a todos, em relação ao monitoramento que eventualmente já tenhamos feito em relação à reação da administração no que toca esses achados.

Para além da nossa atuação, avançando por exemplo, para outras instituições, me permita Deputado Cirone, a Assembleia Legislativa tem o papel vital em relação a isso, não só na condução dessas Audiências Públicas, mas, também no momento em que receber projetos de lei, vindos da Seduc, para que faça um olhar técnico, exclusivamente técnico, para garantir que esses projetos sejam aprovados, para garantir avanço na política.

Na hora de garantir recurso orçamentário, financeiro, o Deputado Pimentel, mais uma vez, já disponibilizou das Emendas dele, R\$ 1 milhão - não é pouco recurso -, para reforçar essa política, isso é muito positivo. É importante essa percepção, essa sensibilidade desta Casa. A Escola do Legislativo também, eventualmente, pode ser direcionada para ações específicas que toca à capacitação dos profissionais, inclusive, dos municípios, para prepará-los para a educação inclusiva.

E também é muito importante nós blindarmos a Seduc — essas Secretarias todas — de interferências partidárias daquela velha política para, ao invés de garantir pessoas técnicas, qualificadas, que tenham condição de realizar a melhor gestão possível, elas são trocadas, ou não são nomeadas, e são colocadas pessoas só por conta de laços, de amizade, de relacionamento partidário, quem quer que seja, com qualquer político ou com qualquer autoridade pública. Pode ser conselheiro

também, para não falar só de deputado, eu falo também de conselheiro que eventualmente algum conselheiro poderia — o que seria lamentável — se atrever a querer fazer qualquer tipo de interferência como essa.

E, nesse aspecto, eu destaco — porque é importante destacar isso — porque existe uma boa prática, que é vital para nós avançarmos na educação. E ela está prevista expressamente na legislação. Diretor de escola é um gestor. E ele só vai ser um bom diretor se ele tiver competências técnicas e humanas, for um bom líder, para ser um gestor. Há pesquisas que mostram que é possível avançar em até 25% nos indicadores educacionais se nós tivermos bons gestores posicionados nas escolas. Exatamente, por isso, que a legislação obriga, sob pena de inclusive haver perda de recurso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), de complemento da União, que todos os municípios do Estado realizem processo seletivo para diretor de escola.

Quem não fizer, quem não prever... E olha um dado positivo, graças à postura correta da UNDIME, Professora Lene, Professora Marcilene está aqui, minhas homenagens às Secretarias que estão aqui também. O GAEPE permitiu uma ampla mobilização e 100% dos nossos municípios já aprovaram legislação prevendo processo seletivo para diretor de escola. É o único Estado do Brasil que cumpriu 100% dos requisitos para receber a complementação da União, valor aluno lá no resultado e valor aluno ano total. Isso não é pouco, isso é fruto dessa mobilização que pode dar muitos frutos, como tem dado fruto aqui através do GAEPE, deputado.

Por isso, que eu invoco essa referência, desta boa prática na direção de escola, para que nós apliquemos também nessas Secretarias porque elas precisam ter quadros técnicos para garantir que elas sejam eficientes, como foi um quadro técnico... Vejam senhores, eu tenho uma relação de muito respeito com o Deputado Pimentel, mas eu fui relator da saúde cinco anos. E três anos de cinco, eu fui relator dele. E, apesar da tensão inata a uma relação de fiscal e fiscalizado, no final das contas há uma relação de respeito mútuo porque ele viu que, da minha parte — embora não tinha essa civilidade que eu tenho hoje, eu devo reconhecer — havia uma vontade de fazer ele acertar e, da parte dele, eu percebi numerosos avanços. Ele e o Dr. Maiorquim foram gestores que entregaram muito para a saúde do Estado de Rondônia e nós devemos reconhecer isso.

Então, já finalizando, e finalmente, Deputado Cirone, nós temos, no GAEPE, discutido esse assunto. Algumas vezes nós fizemos reuniões, os representantes dos pais fizeram relatos verdadeiramente dramáticos da situação desses alunos que estão entregues à educação especial no âmbito do Estado e dos municípios. Temos também relatos das gestoras e gestores educacionais. Hoje existe uma multiplicação, um crescimento grande de demanda pela educação especial. Muitas vezes o diagnóstico é impreciso, o que pode até comprometer o atendimento e onerar, eventualmente, até indevidamente,

o Poder Público com demandas que muitas vezes não estão respaldadas em evidências técnicas e científicas.

Por isso, que essa boa prática que nós capturamos, nós identificamos nessa auditoria aqui no vizinho Estado do Acre precisaria ser implementada com urgência. E eu acho que eu faço um pouco a fala aqui da Professora Marxlene no Estado de Rondônia. O que o Estado do Acre tem feito — segundo a percepção da nossa equipe — de forma bastante eficiente? Equipes multidisciplinares do Estado, da Sesau — penso que é da Sesau, não é, Vanessa? — estão indo aos municípios fazer o diagnóstico dos alunos portadores de deficiência. E a partir desse diagnóstico é possível ter um plano de ensino individualizado, que é tão decisivo, tão importante, para que sejam definidos recursos apropriados, todos eles para que haja a efetiva aprendizagem.

Além desses achados todos, há a percepção de que a grande maioria dos 13.099 alunos que estão matriculados na educação especial aqui no Estado de Rondônia — Estado e municípios — 72% estão no ensino fundamental. Há um indicativo de que esses alunos sofrem — mais do que os demais alunos — uma retenção. Não estão avançando para as demais etapas de ensino. Que é um sintoma muito evidente — para não dizer “eloquente” — de que eles não estão aprendendo, não estão desenvolvendo as habilidades para ganharem autonomia e para que tenham uma vida digna. É mais uma evidência. Isso não está lá na conclusão, mas isso está ao longo do texto do trabalho, do ótimo trabalho feito.

Então isso mostra que nós temos realmente que olhar para as... É fundamental que a gestão — e nós estamos à disposição de colaborar — hierarquize as causas das situações-problema. Identifique aquelas com menor custo, com maior potencial do impacto e priorize essas causas para nós gerarmos resultados tão rapidamente quanto possível. E o nosso compromisso é fazer isso avançar. Obrigado, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Presidente Paulo Curi. Nós sabemos do comprometimento do trabalho e o quão sério é — não é, Deputado Pimentel? O Dr. Paulo Curi é um gentleman, mas é uma pessoa realmente determinada naquilo que é a missão dele cumprir dentro do Tribunal de Contas como órgão fiscalizador. E precisamos de pessoas assim.

Então, fica aqui um coração cheio de alegria pelo TCE ter acolhido essa pauta nossa lá junto ao GAEPE, da auditoria que foi feita, e os desafios estão aí para serem enfrentados. E o senhor só não fez o diagnóstico como está se colocando à disposição para ajudar, para implementar essa equipe dentro do Estado.

E da mesma forma aqui, em nome do Deputado Alex Redano, que é o nosso Presidente, em nome aqui do Deputado Pimentel, do Deputado Cássio, que está aqui conosco, dizer que a Assembleia Legislativa também vai fazer a parte nossa, porque nós temos aqui a Escola do Legislativo. É um poder que realmente tem recursos. Nós temos recursos e precisamos usar isso em

favor da população. E a Escola do Legislativo nós vamos mobilizar, junto ao Presidente, para que possa estar à disposição também da Seduc, trazendo os profissionais, especialistas, pesquisadores, para que possamos formar uma grande equipe, seja ela dos profissionais multidisciplinares na Sesau, seja na Seas, seja na Seduc, porque assim nós vamos conseguir avançar. É de mãos dadas, unidos, fortalecer.

Nós não podemos colocar esse passivo que nós temos com a educação inclusiva nas costas da Secretária Ana Pacini. Nós não podemos colocar isso nos servidores da educação que estão tentando de alguma maneira fazer o melhor. Mas, nós precisamos fazer e criar forças junto com o Tribunal de Contas, junto com a Assembleia Legislativa, junto com o Executivo, que aqui possamos disponibilizar condições, equipe e força para que nós possamos juntos vencer essa pauta. E como diz a nossa auditora Vanessa: quando você se depara em uma situação dessa com a família, que você vê uma mãe dizendo que não dormiu à noite por causa da condição do filho, a preocupação de como é que vai ser esse filho na juventude, na sua idade adulta, aí você, ao colocar a cabeça no travesseiro, fala “Olha, eu, como agente público, representante do povo, temos que fazer algo.”

E quero agradecer a cada um de vocês que estão aqui, que vocês estão aqui porque têm essa preocupação, se deslocaram dos seus lares porque existe a preocupação com essa pauta. Agradecer às pessoas que estão de forma remota nos acompanhando desde às 15 horas. Sabemos que é cansativa uma Audiência, mas a causa é justa. Temos aqui entidades que estão aqui conosco, a Unir, temos aqui a Faculdade Católica, temos aqui o Ifro, demais entidades superiores que também podem contribuir. Eu recebi aqui a visita do nosso diretor que veio colocar à disposição para a gente fazer um convênio com esta Casa. Então, nós temos aqui ferramentas. Precisamos continuar regando essa semente que já floresceu para que a gente possa dar bons frutos.

Nós temos que ser bastante sucintos, mas não podemos deixar de ouvir as pessoas que estão aqui darem as suas sugestões no plenário, que nós temos aqui profissionais, especialistas, pesquisadores que estão aqui conosco. Queremos de forma a não ser cansativo, depois nós temos um coffee break — viu, gente? — para dar uma revigorada na energia, mas se tiver alguém que queira usar a palavra, nós vamos abrir esse espaço.

E dizer, Dr. Paulo Curi, que o senhor colocou aqui muito bem, da importância — estou vendo aqui o prefeito Cícero e o Prefeito Aldo — de que o Estado também ajude os municípios. Eu não digo o município de Rolim de Moura, que é um município forte, que tem uma arrecadação boa, mas nós temos muitos municípios aqui no Estado que necessitam da força do Estado.

O Estado vai ter que estar presente com a equipe multidisciplinar, seja na Sesau, seja na própria Seduc, ou essas condições nós estamos colocando à disposição aqui, por exemplo, na Assembleia, no Tribunal de Contas, para ajudar esses municípios, que eles, por

si só, eu acho que não teriam condições de fazer essas implementações dentro das suas cidades.

Agradecer à Clívia, que está aqui conosco também. Esteve comigo nos dois primeiros anos, me ajudou muito nessas pautas aqui — não é, Klívia? Agradecer a você. A Lei da Mãe Atípica aqui do Estado de Rondônia, a primeira do Brasil, foi uma proposta deste deputado para ajudar as famílias. Então, nós estamos sempre em busca de melhorar a condição da vida do rondoniense.

Alguma pessoa que queira falar? Por gentileza.

O SR. AGENOR FERNANDES DE SOUZA - Boa tarde. Cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Cirone. Parabenizar o Tribunal de Contas por meio da comissão que fez essa auditoria, e externar por parte do Conselho Estadual de Educação a alegria do trabalho concluído e com perspectivas de melhorias.

Eu acompanhei, não me aprofundi porque não tive acesso a essa auditoria, mas eu prometo que farei isso tão logo tenha acesso a essa informação. Mas, o plano de ação que eu observei, ele joga, como foi dito por alguns membros da Mesa, “nas costas” da Secretaria de Estado da Educação, cita até, inclusive, redes municipais e redes particulares. Nós sabemos que, como foi dito, vai levar um tempo porque nós estamos bem atrasados em relação à estrutura.

Vou me apresentar. Eu sou Agenor Fernandes, sou Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação. E eu vejo o seguinte, ao invés de nós já entrarmos com um calendário, que sabemos que vai levar um tempo para cumprir, nós vivenciamos muitos anos no Conselho com a precariedade, muitas vezes, das instituições que são especialistas nessa área, são as APAEs, as Pestalozzi's. Então, elas detêm o conhecimento do que é necessário, não em termos de escolarização, mas de atendimento. E a gente sabe que nem todas as crianças têm a possibilidade de assimilar conhecimento. Muitas vão lá parar as atividades da vida diária: saber ir ao banheiro, saber utilizar uma roupa e assim sucessivamente.

O que eu quero dizer com isso? Que enquanto esse plano não seja implementado, por que não fortalecermos essas instituições? Eu acredito que é um primeiro passo, um passo muito importante que a gente consiga fortalecer quem já desempenha o papel. Se está precário, vamos buscar soluções até a implementação total desse plano de ação. É uma alternativa que eu vejo, uma sugestão que eu deixo, não em nome do Conselho que não tenho procuração para falar em nome dos conselheiros, mas é uma carga que eu vejo de imediato pesada para o sistema de ensino — seja ele estadual seja municipal —, enquanto nós temos instituições que já estão fazendo esse papel. Por que não estruturarmos essas instituições enquanto implementamos o plano de ação?

Era essa a minha fala. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professor Agenor. É válida a fala. Nós temos o terceiro

setor que faz um brilhante trabalho e muitas vezes precisa só da cedência do profissional da Secretaria de Assistência Social, da própria Seduc ou da Sesau para continuar esse trabalho dentro da secretaria.

Eu vou passar a palavra aqui para a Vanessa, só para ela complementar esse assunto e depois, Dra. Flávia, defensora, vai falar.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE – Obrigada, deputado. É só para frisar que dentre as propostas de recomendação, nós inserimos parceria e colaboração da Seduc com essas entidades do terceiro setor. Inclusive, visitamos a Pestalozzi, a APAE e a AMA (Associação de Pais e Amigos dos Autistas). Verificamos na ponta e aprendemos muito com eles e podemos perceber, realmente, que eles detêm um conhecimento especializado que não pode ser esquecido. Motivo pelo qual os inserimos aqui nas nossas propostas de recomendação. Era só isso. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Vanessa. Então, se confirma que o Professor Agenor tem dito que precisa sim, mesmo implementando dentro desse Estado, manter esses convênios, essas parcerias de ajuda ao terceiro setor.

Doutora Flávia.

A SRA. FLÁVIA ALBAINÉ FARIAS DA COSTA – Boa tarde. Eu sou Flávia, sou uma mulher branca, de cabelos castanhos ondulados um pouco abaixo do ombro. Uso óculos transparente tartarugado na parte de cima e uma blusa com botões na frente com desenhos de borboletas e flores de fundo branco.

Boa tarde a todos, parabeno pelo trabalho realizado, à equipe do Tribunal de Contas, ao Deputado Cirone, às demais pessoas envolvidas em todo esse trabalho.

A minha fala, na verdade, é para complementar a colocação do Professor Agenor. Eu não sei em que grau de análise a equipe do Tribunal de Contas fez esse aspecto que eu vou mencionar, mas, talvez, a possibilidade do Atendimento Educacional Especializado, que ocorre no contraturno ao ensino regular, que uma das situações apontadas foi a ausência de salas de Atendimento Educacional Especializado, ausência de Salas de Recursos Multifuncionais onde acontece o Atendimento Educacional Especializado. A possibilidade desse Atendimento Educacional Especializado ocorrer nas APAES e nas Pestalozzi's.

Eu não sei como está a infraestrutura dessas instituições hoje, se elas têm condições físicas e profissionais de ofertar esse AEE — Atendimento Educacional Especializado que ocorre no contraturno. Então, a criança iria para a escola regular, de manhã a tarde, e no contraturno ela realizaria o AEE, o Atendimento Educacional Especializado, nessas instituições. Eu não sei, complementando a ideia trazida pelo Professor Agenor, eu não sei se essas instituições estão preparadas para receber isso. Mas, como ele falou

do fortalecimento e como a Vanessa, que está no grupo de auditoria, falou que estão fazendo esses convênios, sobre essa possibilidade, aproveitar o que já existe e ofertar esse AEE nessas instituições no contraturno das escolas regulares.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dra. Flávia. Ficam essas sugestões para a Vanessa. E eu quero reforçar aqui o pedido, tanto da Dra. Flávia, quanto do Professor Agenor. Eu tenho recebido algumas demandas, daí eu deixo aqui para a Irany, que é da Seduc, em relação a isso. Às vezes o profissional está ali há 15, 16, 18 anos, já, fazendo esse trabalho, e as Secretarias estão pedindo esse profissional de volta porque está faltando professor na escola A ou na escola B. Sendo que, depois, nós não vamos conseguir formar esse profissional para ter esse trabalho com os alunos de necessidades especiais.

A Vanessa quer fazer só... Gente, nós vamos fazer esse bate-bola com a Vanessa, porque ela já vai... E aí, depois, a professora Nilza vai falar.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Agradecer à Flávia pelos comentários, que também nos ajudaram muito durante a auditoria. Queria ressaltar, que, no relatório, consta, sim, essa informação de que o atendimento é realizado no contraturno, não necessariamente nas Salas de Recurso, mas também nos Centros de Atendimento Educacionais Especializados. Não obstante, podemos verificar que, por conta da precariedade da estrutura desses centros, eles ainda não se fazem suficientes para atender toda a demanda, mas, sim, o apontamos como uma alternativa existente e que carece de apoio e fortalecimento. Isso está no relatório, na verdade, que vai ser disponibilizado para o público. Obrigada deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Vanessa. Quero aqui convidar para fazer uso da palavra, a Nilza, que é Presidente da Associação dos Pais e Amigos do Autista de Rondônia, a AMA.

A SRA. NILZA MARIA FERREIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Cirone e a todos que estão à Mesa. Na fala da Dra. Flávia, a questão das instituições, a AMA faz um papel muito importante na sociedade há 22 anos; atende 90 crianças, jovens e adultos autistas com uma fila de espera de mais de 200. A Dra. Vanessa foi lá e comprovou e eu falo para vocês que nós temos todo o nosso atendimento, tudo certinho lá, a forma que a gente faz, as salas. O que falta, realmente, é ter um centro que possa ofertar um atendimento melhor para essas crianças, porque nós não temos. Lá é uma casa alugada, (como a Vanessa viu), mas apesar do ambiente pequeno, todas as pessoas que estão ali, os profissionais, são capacitados, assim que eles entram na instituição e estão preparados, sim, para atender a essas crianças, jovens e adultos autistas no contraturno. Quando eles não estão de manhã na AMA,

eles estão na escola. Essa é uma das nossas exigências para atendê-los.

E assim, eu fico muito feliz, muito feliz, por nós estarmos aqui. O Tribunal de Contas deu essa oportunidade de nós estarmos falando, de nós estarmos falando das nossas necessidades, porque a gente precisa. O pessoal da Seduc já conhece, conhece bem a gente; a Seduc (Secretaria Municipal de Educação), a Sesau, a Seas. Eu acho que essas pessoas têm que realmente se unir e fazer um trabalho bacana, porque dá, sim, gente.

Instituições como a APAE, a Sociedade Pestalozzi, estão capacitadas, sim. Eu acho que uma das entidades que ainda sofre muito por não ter um local é a AMA. Mesmo assim, eu friso para vocês, quem for lá na nossa associação, o deputado esteve lá, não é, deputado? Viu e, assim, todas as salas são equipadas. A gente tem condições de receber Emendas, tudo preparado para fazer esse atendimento, com essas crianças, jovens e adultos. Esse é o meu desabafo aqui e muito obrigada. Eu estou muito, muito, muito feliz de estar aqui podendo falar e, realmente, ter um apoio agora do Tribunal de Contas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Nilza. Nós fizemos uma visita lá. Parabéns por essa instituição, faz um belíssimo trabalho. Convidar a Dona Marlene. Vou abrir para mais duas pessoas, senão nós vamos ficar aqui noite afora, falando. É Dona Marlene, mãe da Marina, que quer fazer uso da fala. Já contribuiu aqui outras vezes, em outras Audiências. Por gentileza, Marlene.

A SRA. MARLENE BEZERRA VIEIRA – Boa tarde a todos e a todas; à Mesa. Muito feliz de poder estar aqui, principalmente, porque como eu falei em outras Audiências, como mãe da Marina, o importante é fazer acontecer. Realmente, palavras, ações, sugestões, nós sabemos que existem; porém, como mãe da Marina, intercruzando como uma profissional da educação também, porque eu sou pedagoga, eu desejo que realmente haja esse trabalho entre a escola e a família, realmente, intervenção multidisciplinar, conjuntamente com uma rede de apoio.

E para que isso aconteça é necessário realmente que a educação, que a saúde, que a Secretaria, que a Seas, esteja em conjunto trabalhando, articulando o planejamento estratégico, para que, de fato, possamos operacionalizar na prática essa política. Não é apenas uma vaga, não é apenas a vaga ao aluno, mas principalmente, garantir o sucesso com permanência deste aluno na escola, porque esse é o objetivo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, obrigado Marlene.

A SRA. MARLENE BEZERRA VIEIRA – E como mãe, eu quero me colocar, e como profissional também à disposição para contribuir com esse processo. Eu estou me colocando aqui de forma voluntária para que

nós possamos, de fato, ter uma educação inclusiva que possa trazer, realmente, essa qualidade de vida para as nossas crianças, jovens e adolescentes, no caso, que apresentam a deficiência.

E quero dizer para vocês o seguinte, senhores, que possamos investir nos cursos, na capacitação dos profissionais da educação. É preciso conhecer para conviver; é preciso conviver para conhecer; e, principalmente, para compreender. Que possamos, realmente, trabalhar a base e que a gestão escolar esteja realmente pautada em uma perspectiva inclusiva. E eu gostaria de dizer que nós temos um projeto. E eu me coloco à disposição para ajudar dentro desse processo, porque ele foi pensado, ele foi planejado com carinho, principalmente porque a mãe flui muito mais do que a educadora, mas nós queremos, sim, que tenhamos uma educação equânime, equânime e igualitária. E esse eu tenho certeza absoluta que de alguma forma, com certeza, esse projeto vai contribuir para que possamos ter uma educação inclusiva no Estado de Rondônia, não apenas em Porto Velho, porque eu sei que todos nós precisamos. O Estado de Rondônia precisa realmente que a política seja operacionalizada na prática. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Marxlene, mãe da Marina, como ela se intitula. Obrigado por sua presença, sempre muito ativa participando aqui das nossas Audiências, dessa pauta tão importante. Nós temos uma pessoa remota, para entrar remotamente. Enquanto não entra remotamente, nós vamos abrir espaço para falar. Vamos acabar de ouvir também aqui as nossas autoridades. Nós fizemos um compromisso ao final de eles falarem, aqueles que desejarem falar. E agradecer mais uma vez a Tércia por estar aqui, grande especialista na pauta, tem se dedicado, tem trazido para nós aqui várias sugestões. Eu fico muito feliz aqui com a sua presença, todos os profissionais aqui que estão conosco.

Para fazer uso da palavra, enquanto a mãe que está tentando entrar remotamente não consegue — não entrou, não é? —, eu vou convidar o Dr. Pétersson para fazer uso da fala. Se o Dr. Petérson puder usar a tribuna, que lá nós vamos ter o profissional de libras que vai transmitir a sua fala às pessoas que estão assistindo. Por gentileza, Dr. Petérson. Ele está representando a OAB/RO, e é da Comissão das Pessoas com Deficiência da OAB de Rondônia.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - Boa tarde a todos. Vou fazer minha autodescrição: sou um homem branco, de 32 anos, estatura acredito que um pouco alto, tenho 1,83m de altura, estou com um terno azul, uma camisa branca, uma gravata azul, cabelo estilo social, acredito.

Bom, estou representando a Ordem dos Advogados. Gostaria de, mais uma vez, agradecer imensamente o convite que foi feito por meio do Deputado Cirone Deiró, ao qual eu cumprimento toda a Mesa, para não me estender aos cumprimentos. Gostaria de agradecer

também a presença de algumas pessoas que estão aqui no auditório. A Tércia, uma pessoa que mora no meu coração, que cuida do meu "Be" todos os dias. Eu sou pai de uma pessoa com deficiência. Meu filho Bernardo é autista nível 3 de suporte. E estou Presidente dessa Comissão Especial da Ordem, que cuida da defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Estou muito feliz com esse relatório do TCE. E ao mesmo tempo frustrado. Estou muito feliz que foram elencados muitos problemas, mas ao mesmo tempo frustrado porque a gente precisa começar do zero. Isso é muito dolorido, muito dolorido para mim que sou pai de uma pessoa de oito anos, que eu não sei se ao completar os dezoito anos essa educação nós vamos chegar nesse nível 100% que a gente precisa. Mas, é importante para que nós tratemos o problema, que nós diagnostiquemos o que está acontecendo.

E eu prometo que vou ser bem sucinto na minha fala. E como isso aqui está sendo gravado, está sendo registrado, eu falo na qualidade de advogado e na qualidade também de Presidente dessa Comissão nesse momento para alertar o Poder Executivo, que eu acredito que já passou da hora de nós termos uma superintendência minimamente — nem estou falando de Secretaria —, de uma superintendência que cuide desse assunto em específico que são os direitos da pessoa com deficiência.

Ao ouvir o relatório da Dra. Vanessa, eu percebi que se precisa de uma interseccionalidade, uma intersectorialidade, não é, doutora? As Secretarias precisam se comunicar. Seria muito mais prático e muito mais fácil que nós tivéssemos — e eu falo agora na qualidade de pai — um órgão ao qual eu vou me dirigir. Porque se meu filho precisa de um mediador, se ele precisa de um cuidador, eu não sei se vou na Seas, se eu vou na Seduc, eu não sei se eu vou na Sesau. Então, se nós tivermos alguém para nos direcionar, para que seja um farol de informação do que nós devemos fazer. E na qualidade de Ordem dos Advogados, a quem cobrar, a quem pedir informações do que que está acontecendo, seria muito interessante.

Então, fica o meu pedido ao Executivo, que analise a viabilidade de nós afunilarmos isso, onde essas três Secretarias conversassem entre si, e ao mesmo tempo, tivéssemos ali, minimamente uma superintendência, para que a própria população pudesse trazer suas reivindicações. Porque, hoje, essas reivindicações, vêm para o Deputado Cirone Deiró, que é um legislador; vêm para mim, na qualidade de advogado, que sou mantenedor da Justiça, sou uma pessoa que cuida dos direitos e tenta efetivar esses direitos. Mas, no órgão executivo, que é o órgão que vai executar de fato essa política, nós ainda não temos.

Então, você percebe que em diversos momentos, as próprias falas que foram ditas aqui, ficam, "olha, parece que vai jogar para a Seduc, parece que vai jogar para a Sesau ou vai jogar para Seas." Se nós tivermos como centralizar essas informações e centralizar essas demandas, vai ficar mais fácil, inclusive, para nós termos,

minimamente, um censo. Porque, nem isso nós temos.

Então, nós precisamos saber, quantas pessoas com deficiência estão no ensino de educação, para que a gente possa saber quanto - como o próprio Dr. Paulo Curi me falou, "Eu não sei quantas pessoas são, como é que eu vou contratar, se eu não tenho esse quantitativo?"

Então, acho que a minha fala na qualidade de Ordem dos Advogados é justamente essa: pedir para que esse trabalho realmente alcance os 100%, acredito que o Executivo vai ter que avançar um pouquinho também, justamente nesse sentido. Se não tiver condição de criar uma Secretaria minimamente, uma superintendência, acredito que já é um pontapé inicial, dado o número de pessoas com deficiências que nós temos no Estado, especificamente falando do autismo, tem crescido de forma potencial. Não tem crescido minimamente, não é algo que está apenas afetando uma parcela da população, está afetando grande parte da nossa população, tanto é que vocês todos estão aqui ouvindo, porque vocês querem respostas, vocês querem providências e eu também na qualidade de pai, também quero.

Então, fica mais uma vez o meu agradecimento, deputado, muito obrigado. E quero colocar aqui a Ordem dos Advogados da Seccional de Rondônia à disposição de toda a população, para o que vocês precisarem, relacionado a toda prestação jurisdicional que a Ordem dos Advogados tem prestado a esse Estado. E mais uma vez, me colocar à disposição de vocês na qualidade de Presidente dessa Comissão Especial, que cuida da defesa dos direitos de pessoas com deficiências. O meu muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dr. Péterson. E quero aqui salientar ao Dr. Péterson, que eu fiz uma indicação no ano passado, em 2021, para a criação de uma Superintendência, e já reforcei esse ano novamente, essa semana, pedindo ao governador que faça uma Secretaria de Pessoas com Deficiências no Estado de Rondônia. Justamente, para nós termos a quem procurar e essa Secretaria - fazer igual São Paulo tem, ela que faz a conexão, essa conectividade com as outras Secretarias, seja a Seduc, a Seas, que são os três pilares, e a Secretaria de Saúde.

Então, é de extrema necessidade a criação dessa Secretaria de Pessoas com Deficiências, dentro do Estado de Rondônia. Só assim, nós vamos continuar avançando, aqui no Estado, porque, nós vamos saber a quem procurar, e é ali que ele vai fazer a determinação, e qual Secretaria que vai atender essa pessoa que nos procurou.

O SR. PAULO CURI NETO – Deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem aqui para o Presidente Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI NETO - Só para responder ao Dr. Péterson, isso não passou ao largo da nossa fiscalização, da nossa auditoria. Uma das constatações talvez, uma das mais importantes, é a ausência de intersetorialidade, ou seja, não há uma articulação interna no âmbito do Executivo relativamente ao enfrentamento dessa política. Agora nós vamos cobrar,

cobramos na gestão que responda isso.

Qual é a solução? Vai ser definida pela própria gestão. Se vai criar uma Secretaria, uma superintendência ou vai usar outra estratégia qualquer, compete a eles definirem no plano de ação. Por ocasião do monitoramento, nós vamos avaliar se ela parece ou não ser suficiente para sanar esse problema. Então, só para destacar, se a sua decepção com a auditoria for apenas esse aspecto, eu posso dizer, que não fique decepcionado porque esse tema foi enfrentado.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO - Não, não, tudo bem. Desculpa em quebrar o protocolo. A decepção é justamente no sentido de que nós precisamos avançar e nós estamos no marco zero. Como o senhor falou. Então, como nós precisamos avançar, essa foi a minha decepção na qualidade de pai, na qualidade de pai de uma pessoa com deficiência, mas eu sei que, como eu disse na minha fala, é diagnosticando o problema que nós vamos, nós iremos avançar.

Então, nesse ponto eu estou muito feliz.

O SR. PAULO CURI NETO - E é uma zona de discricionariedade da gestão que o senhor bem sabe como operador de direito, que nós temos que observar, daqui a pouco nós estamos substituindo ao gestor. E estaremos invadindo a competência dele.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO – Não, com certeza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só reforçar mais uma vez, fiz essa indicação no ano passado, estou reforçando essa indicação que eu fiz, para cobrar essa ação do governo. Mas, nós já vimos no programa do Governador Marcos Rocha, no programa de Governo dele, que na próxima gestão de 2023, que ele fez um compromisso no plano de governo dele, de criar essa Secretaria dentro do Estado de Rondônia.

Então, isso para nós foi um avanço. Nós tínhamos indicado lá, e conversei com ele também durante o primeiro turno, dessa necessidade, que é um público que realmente está desassistido dentro do Estado de Rondônia. Nós precisamos, sim, dessa Secretaria. Então, nos deixou mais aliviados, desse compromisso que o governador fez no plano de governo.

Eu quero convidar a Professora Irany — que é Diretora-Geral da Seduc — para fazer uso da fala. Se a professora puder usar a tribuna, professora, porque nós temos os nossos profissionais de libras que podem transmitir às pessoas surdas que estão assistindo à nossa Audiência.

A SRA. IRANY OLIVEIRA LIMA MORAIS - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa aqui em nome do Deputado Cirone Deiró. A nossa Secretária já fez uso da palavra aqui, fez as considerações iniciais e eu continuei aqui na Audiência ouvindo as falas.

Informamos também que os achados dessa auditoria, eles já foram apresentados à Secretaria da Educação há poucos dias, talvez 40 dias atrás. Nós já temos conhecimento. Foi uma auditoria realizada ao longo de meses e nos trouxe, assim, subsídios para que possamos iniciar realmente uma retomada de

atendimento à educação inclusiva no nosso Estado. É redundante dizer de décadas de atraso, acho que não cabe mais essa fala. É acatarmos as exortações que foram feitas pelo Tribunal de Contas por meio dessa auditoria operacional.

Já temos pensado no ano de 2023. É extremamente necessário que as Secretarias se unam em uma rede atendimento, de proteção também, para que possamos levar adiante a elaboração desse plano estratégico que o Tribunal de Contas também, à época da apresentação dos resultados, para nós já se colocou à disposição. Estamos aguardando o Acórdão para que possamos ter o início disso tudo, a criação de uma superintendência ou uma Secretaria que venha atender exclusivamente a questão da educação inclusiva seria maravilhoso para nós.

O deputado já fez essa proposta também, do plano de governo do Coronel Marcos Rocha, de forma que a Secretaria de Educação já irá iniciar esse trabalho de, junto ao Tribunal de Contas, porque se colocaram à disposição. Tem toda uma expertise também, com especialistas, e nós já conversamos sobre isso.

Agradecemos ao Dr. Paulo Curi todo o apoio que ele tem dispensado à Secretaria, em nos fornecer subsídios. Inclusive, agora também com uma avaliação que nós fizemos em todo o Estado, em uma grande parceria com o TCE. E vamos caminhar. Tenho palavras aqui de esperança, de eficácia, de eficiência, para que possamos melhorar e criar melhores atendimentos, melhores expectativas e execução real de melhor atendimento para educação inclusiva no nosso Estado.

Quero também responder a nossa defensora pública sobre as nossas Salas de Recursos, nossas Salas de Multimídias. Temos revitalizado em todo o Estado, em todos os municípios, as nossas Salas de Recursos e também fornecido aos municípios os equipamentos para que os também possam, por meio do regime de colaboração, implementar as Salas de Recursos também para atendimento aos alunos das escolas municipais.

E estamos à disposição dos senhores. E, em nome da nossa Secretária Ana Pacini, protocolo aqui o nosso compromisso de acatar as exortações feitas nessa Audiência Pública e nos achados dessa auditoria também. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professora Irany, nossa Diretora-Geral da Seduc, por esse compromisso firmado aqui perante a Casa de Leis, perante aqui o Tribunal de Contas e perante, o principal, a nossa sociedade.

Eu gostaria de oportunizar a Flaviana, que eu conheci em 2019, está de forma remota para usar a fala. Flaviana, pode... Você está on-line.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) – Boa noite. Boa noite a todos e a todas. Nem posso falar quanto eu estou feliz por tudo isso. E, como o Deputado Cirone já falou, são anos de luta. E eu vim aqui falar um pouquinho sobre essa espera. Assim como o Dr. Pétersson falou, da decepção de espera, que o filho dele já tem oito anos de idade. Imagina os meus que já têm 20 e 22 e só 17 anos a gente luta no Estado de Rondônia por uma educação de qualidade e que possa trazer essa autonomia de vida.

Mas o tempo, ele pode ser cruel, mas também ele pode ser nosso aliado. E por meus filhos terem esse tempo, eu posso dizer que eu continuo e continuarei lutando por todas as crianças do nosso Estado, que ainda irão nascer com algum tipo de deficiência.

Eu sou mãe de UTI, isso significa que eu sou mãe de uma criança prematura. No nosso país, nascem 340 mil crianças prematuras por ano. E é muita criança que tem sequela dentro de uma UTI neonatal. E eu quero que passe o primeiro vídeo para que eu dê continuidade na minha fala.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Flaviana, infelizmente nosso sistema aqui não está conseguindo reproduzir o vídeo. Espero mais um minutinho, vamos ver se a gente consegue.

(Apresentação de vídeo)

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) – A Maria Clara e o Lucas tiveram tempo. O Lucas teve tempo de passar por todo o processo de uma educação inclusiva deficiente que não deu o suporte necessário. Ele teve que se adequar a tudo aquilo que a escola tinha para oferecer. E a Maria Clara teve o tempo de retornar para escola depois de uma pandemia.

Já com a Letícia, o Cauã e a nossa Melissa, o tempo acabou. Eles lutaram. Suas mães Valéria, Francisca e Keliiane lutaram por uma educação inclusiva. Mas, eles eram apenas alguém que estava de passagem neste mundo. E infelizmente esse tempo se encerrou. E nós que poderíamos dar a eles o mínimo de qualidade, o mínimo de uma educação efetiva que eles pudessem fazer parte de tudo isso, como todas as crianças têm direito, foi retirado deles. Infelizmente, eles partiram sem saber o que é uma educação inclusiva.

Então, eu quero deixar aqui, para cada um de nós, estejamos mais precisos, crianças podem ser que cheguem à fase adulta. Mas, possa ser que o jardim da infância, a primeira infância, a primeira escola seja apenas o tempo limite deles. Então, que eles tenham uma educação de qualidade, que eles possam ter uma saúde de qualidade, que eles possam, sim, ter assistência para que eles tenham uma vida curta, mas feliz com tudo aquilo que é direito deles.

Em nome do movimento Mães Coragem, em nome das Marias, em nome das mães atípicas, em nome do Tesouro 21, da Família Down, eu deixo aqui o seguinte: que nós, mães e pais, fazemos parte dessa construção. Se chegamos até aqui é porque tivemos a coragem de falar o que estávamos sentindo. E estamos aqui prontas para continuar contribuindo com os nossos conhecimentos, com as nossas vivências, para que um dia Rondônia seja, assim, um Estado de inclusão.

Um Estado de educação inclusiva de qualidade, onde a criança que nasce, na UTI ela consiga ter todo um acompanhamento, uma estimulação precoce, que ela tenha o acompanhamento na escola e eles se tornem futuros adultos e cheguem no mercado de trabalho. Porque, como todo cidadão, é isso que desejamos para os nossos filhos, que eles cheguem aonde eles quiserem chegar.

Eu quero agradecer aqui a todo o trabalho, agradecer. Tenho muita gratidão pelo Deputado Cirone,

por ele ter nos ouvido, ter escutado. Porque ouvir é diferente de escutar. Ter escutado, ter se sensibilizado por nossas dores, por nossas causas. Nunca chegamos perante ele para falar que somos vítimas, mas, sim, para falar que desejamos ter dignidade, principalmente para os nossos filhos.

E eu acho que é tudo isso que a gente vem construindo durante esses quatro anos. Também não posso deixar de agradecer a Klívia — que sempre foi uma parceira nessa caminhada — e agradecer a todas as Mães Coragem, todas as Mães Atípicas, todas as Marias, todas as Mães Tesouros 21, todas as mães da Família Down. E, que podemos estar separadas em grupos, mas nós sentimos as mesmas dores e queremos no mesmo mundo uma sociedade igualitária. E que os nossos filhos possam ter o direito de ser quem eles são, com todas as limitações que eles têm.

Boa noite e muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Flaviana. Você trouxe exemplos para nós. Nos deixa extremamente emocionados e com um senso de responsabilidade muito maior. Essas crianças que se foram, nós nos solidarizamos com as famílias. E, pode ter certeza, esse compromisso que esta Casa está fazendo, que o Tribunal de Contas está fazendo, que a nossa Diretora executiva da Seduc está fazendo, perante a sociedade nós vamos estar nesses quatro próximos anos — eu como deputado, junto aqui com os colegas deputados, com o Deputado Cássio, que está aqui, o Deputado Pimentel — nós vamos estar cobrando.

Nós vamos ter aqui o trabalho feito pelo Tribunal de Contas dando prazo para os gestores, para que possam fazer, e nós vamos, inclusive, dar condições. Então, esse é o nosso compromisso, Flaviana, a você e a todas as mães de crianças, de pessoas com deficiência aqui no Estado de Rondônia. Nossa gratidão pela sua participação. Estamos caminhando aqui para o final, quero pedir um pouquinho mais de paciência a cada um de vocês que está aqui presente.

Eu quero convidar aqui o Vice-Prefeito de Cacoal, o deputado eleito para a próxima legislatura, senhor Cássio Gois, para fazer uso da fala. Por gentileza, senhor Cássio. Foi eleito ali na cidade de Cacoal e região. Temos o desafio de continuar levando recurso e investimento para a nossa região ali e para todo o Estado de Rondônia.

O SR. CÁSSIO GOIS - Boa tarde. Vou me autodescrever: moreno, 75/76 quilos, olhos pretos, cabelo preto, estou de terno azul, gravata cinza. Não está combinando muito, não, porque o deputado acabou me pegando de surpresa e eu estava com a gravata aqui no paletó, deputado. Mas, agradeço o convite e dizer hoje aqui a todos os presentes, às mães, aos prefeitos, que é uma honra participar dessa Audiência.

Quando o deputado, o Dr. Paulo Curi — que é o proponente desta Mesa — nos convidou, fiquei muito lisonjeado pelo convite. Um convite especial que chegou no gabinete e eu não poderia deixar de participar, porque já estive em um momento nesta Casa como chefe de gabinete e eu me lembro do início. Nós tínhamos no gabinete uma mãe, advogada, Dra. Rosa Maria — ela até estava aqui, mas foi buscar o filho na escola — e ela tem um filho autista. E eu me lembro dessas bandeiras sendo

iniciadas aqui na Assembleia. E o Deputado Cirone Deiró encabeçou, com orgulho, com muita honra, toda essa necessidade que é lutar por essa bandeira. A educação especial vem avançando de uma forma que foi abraçada aqui, porque o Deputado Cirone fez questão que isso acontecesse.

E o resumo dessa Audiência, com os apontamentos do Tribunal de Contas, com toda a fala da auditora, ela aponta realmente uma necessidade da união dos esforços das Secretarias: Seas, Tribunal de Contas, Seduc. É porque lá em Cacoal é Semed, e eu estava com a Semed na cabeça. Eu quero cumprimentar o Secretário aqui e dizer o que nós estamos fazendo em Cacoal. Dito isso, quando a gente chegou na prefeitura de Cacoal, o Prefeito Fúria tem um sonho e ele vem tornando isso realidade, que é organizar.

Eu me lembro que, na transição, conheci o Professor Valdemiro — hoje ele está aqui presente, ao lado do nosso Secretário de Educação — e ele falou: “Olha, Vice-Prefeito, nós precisamos organizar tudo isso aqui. Nós temos a educação hoje e, acredite, pleno 2020 nós não temos esses meninos todos aqui conosco de uma forma diferente”.

E nós demos o primeiro passo, que foi regulamentar a Carteirinha de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autismo. De início, após a regulamentação da lei sancionada pelo prefeito, mais de 70 crianças foram identificadas e foi a partir disso que nós demos o pontapé para que o Centro do Autista fosse idealizado em Cacoal.

Foi um ano e meio para que ele se tornasse realidade. Para a gente construir, senhores, todos os que estão aqui presentes, nós demoraríamos 2, 3, 4 anos, porque uma construção leva esse tempo. Nós tivemos uma decisão diferente, — o Prefeito Aldo, o Prefeito Cícero, que são nossos vizinhos, lá — que foi a locação de um imóvel. Mas, a locação de um imóvel, Secretário, pronto para atender a essas crianças. Mais de 400 metros quadrados de construção, várias salas preparadas para isso. Nós ficamos mais ou menos 6 meses em reforma. Não é isso, Secretário?

E, lá, nós temos sala de música, a exigência da casa de que fosse com piscina, um processo seletivo rigoroso para a contratação de profissionais, e, hoje se tornou realidade. Nós estamos engatinhando. Nós temos uma lista de espera, hoje, apesar das 70 carteirinhas, nós temos uma lista de espera de 200 crianças. E a gente começa a perceber como isso é necessário.

E, hoje, a gente vem aqui, a gente bate um papo, a gente conversa, e a gente coloca Cacoal à disposição, como um laboratório para que vocês façam essa visita para Cacoal. O Deputado Cirone Deiró é de Cacoal. Eu também sou de Cacoal. Não tomei posse ainda, como deputado, mas estou aqui falando como Vice-Prefeito, de uma realidade que nós vamos deixar. Eu deixo de ser Vice-Prefeito em janeiro e venho para a Assembleia, mas para que a gente invista naquela casa, Deputado Cirone Deiró, para que a gente leve esse modelo para os municípios maiores, que têm condição de pleitear.

Eu me lembro de uma das falas do deputado em que ele disse que os municípios maiores têm condições, mas os municípios menores precisam de suporte. É é notório isso. Nós já tivemos ligação de prefeitos e alunos de Primavera de Rondônia, de Ministro Andreazza,

perguntando: "Será que nós podemos matricular os nossos alunos no contraturno nessa casa?" E nós temos uma dificuldade porque a nossa atuação é no município de Cacoal. Nossa demanda lá já é muito grande e a gente, infelizmente, precisa se policiar em relação a isso. Mas, dizer que Cacoal tem o Centro Especializado em Reabilitação, o CER II; nós temos a identificação pela assistência social, e nós temos, agora, pela Secretaria de Educação, o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado em Autismo, provisoriamente em uma casa locada, mas tudo muito bem estruturado. E tudo isso partiu de um momento de transição, em que um prefeito para o outro identifica as demandas de uma Secretaria; e partiu de uma vontade do gestor em ter coragem de aplicar o recurso da educação nessa área.

Então, fica aqui de modelo o município de Cacoal, nesse pontapé inicial. Tudo muito precoce, mães e pais. Tudo muito precoce. Nós estamos aprendendo com vocês lá em Cacoal. Mas, nós demos o start. E eu acredito que o Estado, se puder nos ajudar, vai ser de grande valia tanto a Assembleia, que também vai tomar força; o Tribunal de Contas, que vai nos ajudar a conduzir de forma certa, mas que no futuro a gente esteja aqui no final do nosso próximo mandato, Deputado Cirone Deiró, daqui a quatro anos, colhendo os frutos de mais centros para autistas, de mais crianças com esse suporte; que os números sejam ainda maiores e que o relatório do auditor seja mais positivo.

Essa é a minha contribuição hoje. A prefeitura de Cacoal está à disposição dos demais prefeitos. A Assembleia Legislativa, eu também acredito, que da mesma maneira. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado Vice-Prefeito, Deputado eleito, Cássio, pela contribuição. Tenho certeza de que, com a sensibilidade que o senhor tem, juntamente com o Prefeito Adailton Fúria, esse Centro do Autismo será uma grande referência dentro do Estado de Rondônia.

Quero convidar a Professora Adir, que é Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP), para fazer uso da palavra.

A SRA. ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA - Boa noite a todos. Quero aqui, em nome do Deputado Cirone Deiró, cumprimentar toda a Mesa, todas as autoridades que estão aqui, as valentes mães que estão ali em uma briga diária na gestão dos seus filhos, na condução deles, e propor política, ainda, para todos.

Eu quero fazer minha autodescrição. Eu sou Adir, sou morena, estou de óculos; cabelo escuro; uso uma blusa estampada. Quero dizer também que eu estou tremendo de frio e de emoção.

Na verdade, a minha fala vai ser bem rápida, até pelo avançado da hora. Quero dizer que hoje eu presido uma autarquia de educação profissional e ela pode compor essa proposta intersetorial de política para capacitar as pessoas. Eu vi a mamãe Flaviana que disse sobre a autonomia de vida das pessoas, dos adultos que têm uma deficiência e que toda a família anseia por ver seus filhos no mercado de trabalho.

Então, nós já estamos atendendo as pessoas que são surdas, contratamos intérprete de Libras para

esses alunos serem incluídos em sala de aula e a gente já tem (é um início) mas a gente pode compor essa política pública intersetorial para a formação, que alguns não conseguem chegar no nível superior, mas eles têm que ter a sua autonomia, a sua dignidade. Eu sempre digo que a verdadeira cidadania é quando a gente dá oportunidade para que as pessoas possam ser protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Então, é nesse sentido que eu venho aqui para apresentar uma autarquia de educação profissional que tem política pública, já iniciou uma política pública para atender as pessoas com deficiência, e nós precisamos ampliar. Nós podemos somar a essas equipes para esta formação de pessoas para o mercado de trabalho, para que tenham a sua própria autonomia.

Era isso o que eu queria trazer aqui. E dizer o seguinte, que a gente está junto nessa política. Eu convivo, tenho amigas que têm dificuldades muito grandes, tanto surda, também como outras deficiências, ou até múltiplas deficiências, e a gente precisa dar condição mínima para que as pessoas possam ter autonomia na sua vida e ter sucesso na sua carreira profissional e junto com isso até poder preparar a própria empresa para receber.

Eu concordo também com a fala aqui do deputado, que às vezes ele coloca uma proposta para cumprir uma meta estabelecida ou uma exigência da própria lei e que, às vezes, não oportuniza a condição de receptionar esse futuro trabalhador nesse mercado de trabalho. A gente também pode trabalhar preparando as empresas para esse momento, que nós trabalhamos tanto o jovem, especialmente o adulto, que precisa do mercado de trabalho, mas também preparar as empresas para poderem receptionar, porque a gente trabalha a questão de segurança, a questão ambiental.

Então, a gente precisa contribuir com o todo. É só para colocar à disposição, que existe uma autarquia de educação profissional do Estado que já tem uma política pública de educação inclusiva já iniciada. Precisamos ampliar. Nós estamos iniciando, mas a gente vai ser provocado, somos provocados pelo próprio, no momento é o surdo que procura, ele próprio vai atrás. Mas, a gente pode ampliar isso e preparar para que sejam efetivas essas ações da educação profissional. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professora Adir. A senhora vai ser, sim, como Presidente do IDEP, super importante nessa evolução. Porque a Seduc, juntamente com a Seas, juntamente com a Sesau, vai fazer o básico, mas depois nós precisamos dar oportunidade de trabalho para esse jovem, para esse adulto. E o IDEP, com essa característica profissionalizante, pode dar oportunidade para essas pessoas aqui do nosso Estado. Obrigado pela participação da senhora.

Para finalizar, o último orador da Mesa. Eu quero convidar a Professora Marcilene, que é Secretária Municipal da Educação em Pimenta Bueno, e hoje aqui representa a UNDIME, é o órgão que rege todos Secretários Municipais da Educação do Estado de

Rondônia, que tem uma participação muito ativa lá no GAEPE. Então, a Professora Marcilene está com a fala.

A SRA. MARCILENE RODRIGUES DASILVA SOUZA – Boa noite a todos. Vou fazer minha autodescrição: sou de pele branca, cabelo com luzes, blusa branca e blazer azul, e uso óculos.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Cirone Deiró por essa iniciativa. Dizer que nós, Secretários de Educação, a UNDIME, estamos felizes por estar aqui hoje. Quero aqui, em nome do Gideon, cumprimentar todos os Secretários aqui presentes e os demais que estão no público.

Hoje, a nossa Presidente da UNDIME não está aqui presente porque está representando o GAEPE Rondônia em Campo Grande. Então para nós, Dr. Paulo Curi, que está nos acompanhando, sabe do quanto é importante para a educação o GAEPE. E hoje nós estamos representando o GAEPE Rondônia em Campo Grande.

Então, gente, hoje para nós aqui é um motivo de alegria, um motivo de orgulho estarmos fazendo parte dessa Audiência. Uma Audiência Pública para tratar de políticas públicas educacionais na área da educação especial. Para nós, hoje, Secretários de Educação, é um desafio a educação especial, porque nós precisamos muito de profissionais multidisciplinares; nós precisamos de formação continuada para nossos profissionais e para o atendimento às famílias. Então, temos muita dificuldade.

Vejo, hoje, com essa parceria do Tribunal de Contas, essa parceria com os nossos deputados, esse projeto do Deputado Cirone Deiró vai trazer para nós uma luz na Educação, uma luz na educação especial. Temos aqui hoje também iniciando o Fórum Permanente de Educação Especial de Rondônia, o qual eu e a Marlene fazemos parte, está iniciando, que também virá a somar conosco nessas políticas públicas da educação especial. Então, hoje, enquanto UNDIME, enquanto Secretária de Educação, nós queremos aqui dizer que estamos felizes e temos certeza que essa parceria Tribunal de Contas, Secretário de Educação, Prefeituras e Assembleia Legislativa vamos fazer a diferença.

Então, estamos aqui hoje para agradecer, deputado, o senhor por estar nos proporcionando esse momento. Essas mães que gritam por justiça, que estão sempre nas Secretarias de Educação, na Secretaria de Saúde, muitas vezes não conseguem chegar ao objetivo; como também o Tribunal de Contas, que faz um trabalho inovador na Educação de Rondônia.

Quero aqui me colocar à disposição, como também a todos os Secretários Municipais de Educação aqui representando, dizer que estamos à disposição e que queremos cada vez buscar mais, buscar políticas públicas inovadoras para a nossa educação especial. Estamos juntos para buscar sempre o que for melhor e trabalhar com nossos alunos uma educação de qualidade. Muito obrigada e gratidão a todos por esse trabalho, deste dia de hoje.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professora Marcilene. Quero chamar o nosso staff fotógrafo. Por gentileza, o Dr. Paulo Curi vai fazer aqui uma entrega oficial desta auditoria feita pelo Tribunal de

Contas, e eu gostaria que registrar aqui. Vamos ficar em pé, Dr. Paulo.

(Entrega do relatório e realização da foto oficial)

Obrigado, Dr. Paulo, a toda equipe do Tribunal de Contas pelo engajamento nesta auditoria - já foram nominados os nossos auditores.

Eu quero aqui, de forma especial, agradecer a cada um de vocês que puderam estar aqui nesta tarde, muitos aqui representando as suas entidades. Temos aqui Polícia Militar; Corpo de Bombeiros; as nossas universidades; nossas Secretarias de Educação; o terceiro setor, representado; os prefeitos, através do Aldo e do Cícero - que estão aqui conosco -, todas as autoridades, a nossa gratidão a cada um de vocês.

A causa não é do Deputado Cirone, a causa é nossa, a luta é nossa, é em conjunto. Então, os profissionais que já lidam com os transtornos, nós temos a Dra. Tércia; as presidentes da APAE; da AMA; das Mães Coragem, a todos vocês.

A nossa gratidão, a vocês que estão de forma on-line nos assistindo, que não puderam estar aqui presentes, obrigado. Eu sei que vocês gostariam de estar aqui nesta Audiência - quantas mães, quantos pais me ligaram, mandaram mensagem: "Deputado, infelizmente, devido a esses protestos, nós não vamos estar aí porque nós não temos a certeza do retorno." Mas, eu sei que vocês estão torcendo, vão estar conosco nessa luta e como diz o nosso Presidente do Tribunal de Contas, vai ser votado pelos conselheiros essa auditoria feita, vão ser feitas as recomendações à Seduc, à Seas, à Sesau e nós vamos estar aqui acompanhando, atentos, fiscalizando, marcando novas Audiências, para que nós possamos dar uma satisfação a nossa sociedade.

Como bem diz o nosso Presidente, várias auditorias foram fracassadas, mas essa aqui vocês podem ter certeza, nós vamos estar com ela embaixo do braço. Com a ajuda de cada um de vocês, com a ajuda dos Secretários Municipais, do Governo do Estado, do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, que tem compromisso com a sociedade rondoniense, de nós melhorarmos a cada dia, Irany, a vida dessas crianças, desses jovens, desses adolescentes e das famílias rondonienses.

Obrigado, a cada um de vocês e antes de encerrar essa Sessão, eu quero convidá-los a irem aqui no Salão Nobre da Assembleia Legislativa, participar conosco de um coquetel, oferecido aqui pela Casa de Leis. A Casa de vocês, que aqui é a Casa do povo.

O senhor quer fazer alguma consideração, Dr. Paulo? Então, sem delongas, invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva; agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma excelente noite a todos.

A minha gratidão a todos os servidores da Assembleia legislativa; aos profissionais da Taquigrafia; aos profissionais de libras; aos profissionais de imprensa, que estão aqui conosco. Gratidão a cada um de vocês. Que Deus possa recompensá-los grandemente. E vamos para o coquetel.

(Audiência Pública encerrada às 18 horas e 39 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 931/2022-SRH/D/SG/ALE**

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23/11/2022 a 26/11/2022 ao servidor relacionado que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras e Corumbiara/RO, assessorar o Deputado Estadual Isekiel Neiva durante agenda de vistoria de obras executadas com emendas parlamentares encaminhadas aos referidos municípios, conforme Processo nº 44490/2022-e.

Matrícula	200169128
Nome	Mario Rodrigues Leite
Cargo	Chefe Gabinete Dep.
Lotação	Isekiel Neiva

Porto Velho - RO, 23 de Novembro de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 932/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23/11/2022 a 26/11/2022 ao servidor relacionado que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, cumprir de agenda juntamente com o Deputado Estadual Williames Pimentel, para tratar sobre a viabilização da complementação de recursos para saúde do Estado de Rondônia para o ano de 2023, em reuniões com o Senador Confúcio Moura, conforme Processo nº 44482/2022-e.

Matrícula	200172101
Nome	Nerival Rodrigues Pedraca
Cargo	Assessor Técnico
Lotação	Gab. Dep. Williames Pimentel

Porto Velho - RO, 23 de Novembro de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 933/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 27/11/2022 a 01/12/2022 ao Deputado Estadual Elcirone Moreira Deiro, matrícula nº 200165392, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF e Cacoal/RO, participar de reuniões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para tratar sobre as emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento Geral da União, bem como dar prosseguimento as tratativas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos investimentos para os municípios, conforme Processo nº 43885/2022-e.

Porto Velho - RO, 24 de Novembro de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 934/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 27/11/2022 a 01/12/2022 às servidoras relacionadas, que irão via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, assessorar o Deputado Estadual Cirone Deiró durante reuniões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme Processo nº 43885/2022-e.

Matrícula	200171940
Nome	Alessandra Sousa da Costa
Cargo	Assessor Técnico
Lotação	Gab. da Presidência

Matrícula	200165532
Nome	Izabelle Vecchy Silva Camurça
Cargo	Assessor Esp. Presid.
Lotação	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 24 de Novembro de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO



ADVOCACIA-GERAL

CONTRATO N. 021/2022.

Processo Eletrônico n. 32522/2022-e

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Contratada: EMPRESA MARIA JOSE DA SILVA-ME.

OBJETO: 1.1 Este Contrato tem por objeto a locação de espaço físico para a realização de eventos e cerimônias, pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que serão prestados nas condições estabelecidas em conformidade com as especificações e condições constantes do Termo de Referência - Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº PE019/2022/CPP/ALE/RO.

Parágrafo Único – Constituem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº PE019/2022/CPP/ALE/RO, seus Anexos, bem como os demais documentos constantes no processo administrativo nº 32522/2022-e.

1.2 Objeto da contratação, segue conforme termo de homologação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V-UNIT	V.TOT
1	Locação de Espaço físico para Eventos: Trata-se de disponibilização de espaço físico que esteja localizado num raio de aproximadamente 10 (dez) km da sede da ALE, com estrutura adequada para a realização de eventos com capacidade para até 400 (quatrocentas) pessoas sentadas, com ambiente refrigerado, cozinha equipada, banheiros, mesas, cadeiras e demais objetos e utensílios indispensáveis ao tipo de evento, o local deverá estar devidamente registrado e regularizado perante os órgãos de controle da esfera federal, estadual e municipal.	DIÁRIA	10	4.000,00	40.000,00
VALOR GLOBAL DO GRUPO/LOTE ⇒					40.000,00

DA VIGÊNCIA: 2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado até o limite previsto no Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, e ainda de acordo com a necessidade da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia-ALE/RO, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 1.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.1.2. A ADMINISTRAÇÃO mantenha interesse na realização do serviço;
- 1.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 1.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 1.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PREÇO: 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Gestão/Unidade: 01001

Fonte de Recurso: 01.00.100000 100

Programa de Trabalho: 0112210202062206201

Elemento de Despesa: 33903923

Valor Empenhado: R\$12.000,00 (Doze Mil Reais), **valor proporcional para novembro e dezembro de 2022.**

4.2. No exercício financeiro seguinte, poderá haver complementação de saldo.

DO FORO: 14.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, para dirimir questões oriundas deste Contrato, por mais privilegiado que outro possa parecer.

14.2. Para firmeza, e, como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, será assinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e registrado à fl. 21 do Livro de Registros de Contratos do ano de 2022 da Advocacia-Geral da ALE/RO.

Porto Velho, 22 de novembro de 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral da ALE/RO
Contratante

BARROS DA SILVA SERVIÇOS DE BUFFET LTDA
FABIANE BARROS DA SILVA
Representante
Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 071 SG-SPO/2022

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e § 1º do art. 8º, da Lei nº 5.246, de 18 de janeiro de 2021 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º) (X) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, §1º) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, §2º)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.90.39	0100	1.820.000,00
01.001.01.031.2126.2416	PROMOVER A ATUAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	33.90.39	0100	1.680.000,00
TOTAL				3.500.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.131.2126.2665	REALIZAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	33.90.39	0100	3.500.000,00
TOTAL				3.500.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 22 de novembro de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral